



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Regulação Emocional e Análise do Comportamento Aplicada: entre o que se define e o que se ensina

Yasmin Santos Klautau Costa

Belém – Pará
2026



Regulação Emocional e Análise do Comportamento Aplicada: entre o que se define e o que se ensina

Yasmin Santos Klautau Costa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestra.

Orientador(a): Prof^ª Dr^ª Aline Beckmann de Castro Menezes

Belém – Pará
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
UFPa/Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Biblioteca

- C837r Costa, Yasmin Santos Klautau, 1996-
 Regulação emocional e análise do comportamento aplicada: entre o
 que se define e o que se ensina / Yasmin Santos Klautau Costa. —
 2026.
- 171 f.: il.
- Orientadora: Aline Beckmann de Castro Menezes
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de
 Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em
 Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2026.
1. Psicologia: Análise do comportamento. 2. Psicologia escolar. 3.
 Regulação emocional. 4. Análise conceitual. 5. Análise conceitual. I.
 Título.

CDD - 23. ed. — 150.77

Catalogação na fonte: Maria Célia Santana da Silva – CRB-2/780

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Yasmin Santos Klautau Costa, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.

Contato: Yasmin Santos Klautau Costa

Mail: yklautau@gmail.com



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias Nº. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Defesa de Mestrado

**“Regulação Emocional e Análise do Comportamento Aplicada:
entre o que se define e o que se ensina.”**

Aluna: Yasmin Santos Klautau Costa.

Data da Defesa: 05 de maio de 2026.

Resultado: Aprovada.

Banca Examinadora:

 Documento assinado digitalmente
ALINE BECKMANN DE CASTRO MENEZES
Data: 14/05/2026 09:17:00-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profª Drª Aline Beckmann de Castro Menezes (orientadora – UFPA).

 Documento assinado digitalmente
PAULO RONEY KILPP GOULART
Data: 13/05/2026 18:25:04-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profº Drº Paulo Roney Kilpp Goulart (membro 1 – UFPA).

 Documento assinado digitalmente
ROSANGELA ARAUJO DARWICH
Data: 12/05/2026 21:50:28-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profª Drª Rosângela Araújo Darwich (membro 2 – UNAMA).

Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação Digital no Repositório Institucional da UFPA

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA

Autor*: Yasmin Santos Klautau Costa

Vínculo com a UFPA: () Servidor; (X) Discente Unidade: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Sub Unidade: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Tipo do documento: () Tese; (X) Dissertação; () Livro; () Capítulo de Livro; () Artigo de Periódico; () Trabalho de Evento; () Outro. Especifique: _____

Título do Trabalho: “Regulação Emocional e Análise do Comportamento Aplicada: entre o que se define e o que se ensina”

Data da Defesa: 05/05/26 Área do Conhecimento: Psicologia do Ensino e Aprendizagem.

Agência de Fomento: CAPES.

*Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada.

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

- a. Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- b. Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Pará, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 *Unported*, e de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

() Sim (X) Não

Permitir modificações em sua obra?

() Sim, contanto que compartilhem pela mesma licença (X) Não

O documento está sujeito ao registro de patente?

() Sim (X) Não

A obra continua protegida conforme a Lei Direito Autoral.

Belém (PA), 15/05/2026



Documento assinado digitalmente

YASMIN SANTOS KLAUTAU COSTA

Data: 03/08/2026 08:34:09-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Aos meus avós e meus pais,
por todo amor, apoio e por tornarem possível este caminho.**

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, pelo apoio constante, pela presença nos momentos mais desafiadores e por sustentarem, com carinho e paciência, todos os esforços que tornaram este trabalho possível. Vocês sempre confiaram em mim e sem o incentivo de vocês isso jamais seria possível. Obrigada sempre e para sempre.

À minha orientadora, pela escuta e generosidade ao longo deste processo. Ao Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA), por proporcionar o espaço de formação e produção de conhecimento que possibilitou a realização desta dissertação.

Por fim, levo comigo não apenas os resultados deste trabalho, mas tudo o que foi construído ao longo do caminho, os aprendizados, as dúvidas, os encontros e as transformações que o tornaram possível.

RESUMO

Costa, Y.S.K. (2026). Regulação Emocional e Análise do Comportamento Aplicada: entre o que se define e o que se ensina. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Belém-PA. 171 p.

Esta dissertação investiga o conceito de regulação emocional (RE) a partir de uma perspectiva analítico-comportamental, examinando as relações entre sua definição teórica, sua investigação empírica e sua aplicação no ensino de repertórios regulatórios. Para tanto, foi adotado um delineamento multimétodo, organizado em três fases complementares: (1) uma revisão de escopo, conduzida conforme as diretrizes PRISMA-ScR, com o objetivo de mapear a presença, o uso e os delineamentos metodológicos associados ao termo RE na literatura recente (2020–2025); (2) uma análise conceitual sistemática das definições de RE, orientada por critérios analítico-comportamentais que consideram a especificação do que é regulado, dos processos envolvidos e das condições de ocorrência; e (3) uma análise teórico-analítica da compatibilidade entre uma definição funcional de RE e as dimensões da Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Nos resultados da revisão de escopo 242 estudos foram incluídos na análise final (1,17% do total inicial), nos quais mais da metade não apresentava definição explícita de RE, evidenciando uso difuso e, frequentemente, implícito do construto. A análise conceitual revelou predominância de definições parciais, com maior ênfase na descrição de processos regulatórios e lacunas significativas na especificação das condições de ocorrência, limitando a compreensão funcional do fenômeno. A definição preliminar funcional de RE proposta foi compreendida como um conjunto de relações entre condições antecedentes, respostas e consequências, orientadas à modulação de aspectos das respostas emocionais em contextos específicos. Por fim, a análise da intersecção entre essa definição e as dimensões da ABA sugere que, embora o ensino de repertórios de RE seja potencialmente compatível com o referencial analítico-comportamental, sua implementação exige maior precisão conceitual, descrição tecnológica e alinhamento com critérios de relevância social, mensuração e generalização. Conclui-se que o avanço do campo depende menos da ampliação do uso do termo e mais do refinamento de suas definições, com ênfase na explicitação das relações funcionais que sustentam o comportamento. Tal movimento pode contribuir para o desenvolvimento de intervenções mais coerentes, replicáveis e socialmente relevantes.

Palavras-chave: Regulação emocional; Análise do Comportamento Aplicada; análise conceitual; análise funcional.

ABSTRACT

Costa, Y. S. K. (2026). *Emotion Regulation and Applied Behavior Analysis: Between What Is Defined and What Is Taught*. Master's Thesis. Graduate Program in Theory and Research in Behavior. Belém-PA. 171 pages.

This dissertation investigates the concept of emotion regulation (ER) from a behavior-analytic perspective, examining the relationships between its theoretical definition, its empirical investigation, and its application in teaching regulatory repertoires. To this end, a multimethod design was adopted, organized into three complementary phases: (1) a scoping review, conducted in accordance with PRISMA-ScR guidelines, aiming to map the presence, use, and methodological designs associated with the term ER in recent literature (2020–2025); (2) a systematic conceptual analysis of ER definitions, guided by behavior-analytic criteria that consider the specification of what is regulated, the processes involved, and the conditions under which they occur; and (3) a theoretical-analytical examination of the compatibility between a functional definition of ER and the dimensions of Applied Behavior Analysis (ABA). The results of the scoping review indicated that 242 studies were included in the final analysis (1.17% of the initial total), of which more than half did not present an explicit definition of ER, evidencing a diffuse and often implicit use of the construct. The conceptual analysis revealed a predominance of partial definitions, with greater emphasis on the description of regulatory processes and significant gaps in the specification of conditions of occurrence, limiting a functional understanding of the phenomenon. The proposed functional preliminary definition of ER was conceptualized as a set of relations among antecedent conditions, responses, and consequences, oriented toward the modulation of aspects of emotional responses in specific contexts. Finally, the analysis of the intersection between this definition and the dimensions of ABA suggests that, although the teaching of ER repertoires is potentially compatible with the behavior-analytic framework, its implementation requires greater conceptual precision, technological description, and alignment with criteria of social relevance, measurement, and generalization. It is concluded that the advancement of the field depends less on the expansion of the use of the term and more on the refinement of its definitions, with emphasis on the explicit specification of the functional relations that underlie behavior. Such refinement may contribute to the development of more coherent, replicable, and socially relevant interventions.

Keywords: Emotion regulation; Applied Behavior Analysis; conceptual analysis; functional analysis.

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
MÉTODO.....	20
REVISÃO DE ESCOPO: RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	31
ANÁLISE CONCEITUAL DIRETA.....	40
PROPOSTA PRELIMINAR DE DEFINIÇÃO FUNCIONAL PARA RE.....	46
INTERSECÇÃO ENTRE A PERSPECTIVA FUNCIONAL DE RE E A ABA	51
CONCLUSÃO.....	86
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE A.....	97
APÊNDICE B.....	138

Apresentação

O presente trabalho intitulado “Regulação Emocional e Análise do Comportamento Aplicada: entre o que se define e o que se ensina” está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC), da Universidade Federal do Pará (UFPA). A escolha por estudar a Regulação Emocional sob a perspectiva da Análise do Comportamento foi construída ao longo da minha formação e da prática profissional. Desde a graduação, em atendimentos em escolas e na clínica, o contato frequente com demandas relacionadas ao manejo de emoções tornou esse tema central no cotidiano de trabalho. Esse percurso despertou um interesse que é, ao mesmo tempo, teórico e prático: compreender com mais precisão como a Regulação Emocional vem sendo explorada e, sobretudo, responder a uma inquietação que emergiu da prática: o que significa, de fato, ensinar alguém a regular emoções, e em que condições esse ensino ocorre.

Na prática, torna-se evidente a importância desse tipo de intervenção e a delicadeza envolvida no processo. Intervenções voltadas à Regulação Emocional têm impacto direto na vida das pessoas, influenciando a forma como respondem às situações e se relacionam com o próprio comportamento. Nesse contexto, a falta de clareza deixa de ser apenas um problema teórico e passa a ter implicações éticas. Ao entrar em contato com diferentes propostas de intervenção, foi recorrente a preocupação de que, ao tentar ensinar alguém a lidar com suas emoções, determinadas práticas pudessem estar impondo modelos específicos de enfrentamento ou restringindo a singularidade de experiências valiosas.

É nesse cenário que se insere esta dissertação. O trabalho está organizado de modo a acompanhar o percurso analítico proposto. A “*Introdução*” apresenta a problemática e os objetivos do estudo, seguida do “*Método*”, estruturado em três fases: revisão de escopo, análise conceitual sistemática e integração teórico-analítica. Na sequência, a seção de “*Revisão de*

Escopo: Resultados e Discussão” expõe o mapeamento da literatura, e a “*Análise Conceitual Direta*” aprofunda o exame das definições de Regulação Emocional. Por fim, são apresentadas a “*Proposta Preliminar de Definição Funcional*” e a “*Intersecção entre a perspectiva funcional de Regulação Emocional e a Análise do Comportamento Aplicada*”, discutindo suas implicações para o campo aplicado.

Ao aproximar prática clínica e investigação teórica, este trabalho não busca encerrar a discussão nem estabelecer uma definição única, mas ampliá-la. Parte-se do reconhecimento de que nomear e ensinar não são atos neutros e de que, sem a devida precisão, intervenções podem se aproximar mais do controle do que da ampliação das possibilidades de ação do indivíduo. Assim, esta investigação é, sobretudo, um esforço de abertura, um convite a pensar o fenômeno com cuidado, perspectiva e responsabilidade.

Introdução

Nas últimas décadas, o estudo das emoções deixou de ocupar um lugar periférico para assumir posição central na psicologia contemporânea (Gross, 2015). Tradicionalmente investigadas sob perspectivas fisiológicas, cognitivas e sociais, as emoções passaram a ser compreendidas não apenas como eventos internos, mas como fenômenos complexos, inseridos em contextos históricos, culturais e relacionais (Lazarus, 1991; Scherer, 2005). Esse movimento ampliou o interesse não apenas pela natureza das respostas emocionais, mas também pelos processos envolvidos em sua modulação ao longo do tempo (Gross, 1998; Keltner & Gross, 1999).

Nesse sentido, abordagens clássicas já apontavam que emoções não podem ser reduzidas a estados internos isolados, mas devem ser entendidas como processos relacionais, que emergem da interação entre indivíduo e ambiente, a partir da avaliação do significado das situações vividas (Lazarus, 1991). Mais recentemente, propostas construtivistas avançaram nessa direção ao sugerir que emoções não são entidades discretas previamente dadas, mas experiências construídas pelo cérebro a partir de processos preditivos, estados corporais e sistemas conceituais baseados na experiência (Barrett, 2017). Esses modelos contribuem para deslocar a compreensão das emoções de uma lógica essencialista para uma perspectiva dinâmica e contextual. Ainda assim, permanecem em grande medida no nível descritivo dos processos envolvidos.

A partir de uma perspectiva analítico-comportamental, a análise de fenômenos emocionais exige a explicitação das contingências que os controlam, incluindo as condições antecedentes, as respostas e suas consequências (Skinner, 1953). Episódios emocionais podem ser compreendidos como a interação entre relações respondentes e operantes, envolvendo alterações fisiológicas, respostas verbais e comportamentos públicos, os quais podem assumir múltiplas funções em diferentes contextos (Darwich & Tourinho, 2005). O desafio, portanto,

não se limita a compreender como emoções são avaliadas ou construídas, mas a identificar sob quais condições esses processos ocorrem e quais funções exercem no comportamento, evitando que descrições sobre emoções assumam, por si só, estatuto explicativo.

É nesse cenário que a regulação emocional (RE) emerge como um dos principais focos de investigação. O conceito ganha destaque à medida que se reconhece seu papel em processos transdiagnósticos, trajetórias desenvolvimentais e mecanismos de mudança terapêutica (Cludius et al., 2020; Ford & Gross, 2019). Progressivamente, a RE deixa de ser tratada como um fenômeno secundário e passa a protagonizar tanto como variável explicativa quanto como alvo direto de intervenção, consolidando-se como um dos eixos organizadores da literatura clínica recente.

Esse movimento de expansão, contudo, não foi acompanhado por um refinamento conceitual equivalente. Diferentes autores têm chamado atenção para a variabilidade na forma como a RE é definida e utilizada, frequentemente descrita como estratégia, habilidade ou processo, sem que haja clareza quanto aos critérios que delimitam essas categorias ou às condições sob as quais o termo deve ser aplicado (Cole et al., 2004; Eldesouky & Goodman, 2021). Essa inconsistência não se restringe ao nível terminológico. A pouca clareza se RE se refere ao controle de respostas fisiológicas, à modulação de eventos privados ou à alteração de comportamentos públicos, mas indica que diferentes estudos operam com unidades de análise distintas sob o mesmo rótulo.

A literatura contemporânea reconhece, ainda que de forma pontual, os desafios associados à definição e mensuração da RE. Cole, Martin e Dennis (2004) já destacavam a dificuldade em delimitar o construto e em estabelecer indicadores consistentes para sua avaliação. Pesquisas mais recentes continuam apontando lacunas importantes na forma como a RE é conceituada, sugerindo que parte das dificuldades empíricas do campo pode estar diretamente relacionada à ausência de definições mais precisas (Eldesouky & Goodman, 2021).

Mesmo propostas que buscam maior sensibilidade ao contexto como as que introduzem a noção de flexibilidade regulatória (Aldao et al., 2015) tendem a operar dentro de uma estrutura conceitual predominantemente descritiva.

Nesse panorama, o modelo processual proposto por Gross (1998) se destaca. Este modelo define a RE como os processos pelos quais os indivíduos influenciam quais emoções têm, quando as têm e como as experienciam e expressam. Embora ofereça uma estrutura organizadora que possibilitou avanços importantes na sistematização do campo, a própria amplitude dessa definição constitui também sua principal limitação. Ao centrar-se na ideia de “influência sobre emoções”, o modelo descreve o fenômeno em termos gerais, sem especificar quais respostas são modificadas, por quais comportamentos e sob quais condições. As estratégias regulatórias são organizadas em categorias abrangentes, mas não são definidas em termos das contingências que controlam sua ocorrência.

Essa lacuna tem implicações relevantes. Quando a RE é descrita predominantemente como um processo interno ou como um conjunto de habilidades do indivíduo, há um deslocamento da análise das relações entre comportamento e ambiente para a postulação de entidades internas. Com esse movimento, o construto passa a assumir função explicativa, sendo utilizado para justificar variações comportamentais como ao afirmar que um indivíduo apresenta “dificuldades de RE” sem que se especifiquem as condições que produzem ou mantêm tais padrões. Schlinger (2013) amplia essa crítica ao destacar que termos reificados permanecem amplamente utilizados na psicologia contemporânea, frequentemente com baixo poder analítico.

O problema se torna ainda mais evidente quando se observa que a RE passou a ser incorporada como variável central em modelos de psicopatologia e como alvo de intervenção em diferentes abordagens terapêuticas (Aldao et al., 2010). No entanto, essa expansão não foi acompanhada por um refinamento proporcional na especificação dos mecanismos envolvidos.

Como apontam Hofmann e Hayes (2019), a predominância de modelos baseados em protocolos e categorias diagnósticas tem favorecido o uso de construtos amplos, frequentemente desvinculados de processos de mudança claramente definidos e testáveis. Assim, a ausência de critérios claros para definição e operacionalização da RE não constitui apenas um problema conceitual, mas também um obstáculo metodológico e aplicado, na medida em que dificulta a identificação de variáveis relevantes, a replicação de intervenções e a avaliação de seus efeitos em termos funcionalmente significativos.

Essa imprecisão afeta a transposição do conceito para contextos aplicados, onde a disseminação de programas voltados ao “treino” ou “ensino” de RE ocorre em ritmo acelerado, frequentemente associada ao discurso de práticas baseadas em evidências. Ainda assim, a descrição tecnológica dessas intervenções nem sempre acompanha esse enquadramento, sendo comum que a RE seja apresentada como um objetivo geral, sem especificação das respostas-alvo, das condições de ocorrência ou dos critérios de efetividade. Nessa direção, o ensino de habilidades de RE tende a ser direcionado predominantemente à redução de comportamentos considerados problemáticos, como respostas agressivas ou impulsivas, o que sugere uma delimitação parcial do construto e evidencia dificuldades em caracterizá-lo de forma funcionalmente precisa.

Esse contexto revela um descompasso relevante entre três níveis fundamentais de produção: a formulação teórica, sua investigação empírica e sua aplicação em serviços. Na perspectiva da Análise do Comportamento, essa relação é nuclear, uma vez que é defendido que a validade de intervenções depende diretamente da clareza conceitual e da possibilidade de identificação de relações funcionais entre comportamento e ambiente (Baer et al., 1968; Cooper et al., 2020; Skinner, 1953).

A diferenciação entre os domínios de atuação como a análise experimental, a análise aplicada e a prestação de serviços é importante, uma vez que, embora inter-relacionados,

possuem funções distintas no desenvolvimento e na aplicação do conhecimento científico (Moore & Cooper, 2003). Quando essa distinção se enfraquece e a cadeia entre teoria, pesquisa e aplicação se fragiliza, aumenta-se o risco de que conceitos passem a ser utilizados como rótulos explicativos sem sustentação analítica, aproximando-se de práticas orientadas por resultados imediatos mais do que por princípios. Esse problema tem sido reiterado em análises contemporâneas que apontam para a persistência de construtos na psicologia frequentemente dissociados de suas condições de ocorrência e função (Skinner, 1945; Critchfield & Reed, 2017).

Nesse ponto, a aproximação entre o campo da RE e a Análise do Comportamento se torna particularmente relevante. Enquanto a literatura dominante sobre RE tende a privilegiar descrições processuais ou estratégicas, a abordagem analítico-comportamental oferece ferramentas conceituais para a análise funcional do fenômeno, permitindo especificar relações históricas entre comportamento e ambiente. A articulação entre esses campos possibilita não apenas uma avaliação crítica das definições existentes, mas também a proposição de alternativas conceituais mais alinhadas a critérios de precisão, operacionalização e aplicabilidade.

Ainda no interior da própria Análise do Comportamento, esse debate assume contornos importantes com o desenvolvimento das chamadas terapias de terceira geração. Em grande medida, essas abordagens podem ser compreendidas como um movimento de reaproximação com a análise funcional, ao enfatizarem o papel do contexto, das contingências e da função do comportamento na explicação e intervenção clínica (Hayes, 2004; Hayes et al., 2012; Kohlenberg & Tsai, 1991). Em contraste com modelos mais centrados em topografias específicas de resposta ou em protocolos rígidos, essas propostas buscam trazer foco para as relações que tornam o comportamento funcionalmente relevante em diferentes contextos.

No entanto, esse retorno à função nem sempre ocorre de maneira conceitualmente homogênea. Em alguns casos, a ênfase em “processos” frequentemente descritos em termos abertos ou mediados por linguagem de cunho cognitivo pode introduzir ambiguidades quanto à natureza das variáveis em análise e às relações que efetivamente controlam o comportamento (Hayes et al., 1980; Critchfield & Reed, 2017). Ainda assim, esse movimento sinaliza um esforço importante de recuperar a centralidade da análise funcional como eixo organizador da prática, recolocando a questão não apenas de como o comportamento se apresenta, mas de porque ele ocorre e se mantém em determinadas condições.

A aproximação entre a Análise do Comportamento e o campo da RE não se restringe a uma análise crítica unilateral, mas sim a uma via de enriquecimento mútuo. Enquanto a RE aumenta o escopo de problemas investigados e a relevância clínica da Análise do Comportamento, esta, por sua vez, contribui com ferramentas conceituais que permitem maior precisão na definição, operacionalização e análise funcional dos fenômenos. Essa articulação possibilita o desenvolvimento de modelos mais claros, coerentes e aplicáveis.

O presente trabalho insere-se nesse contexto ao propor uma análise integrada entre produção conceitual e produção empírica sobre RE. Aproximando-se do domínio da investigação conceitual descrito por Dittrich (2011), busca-se examinar não apenas os delineamentos metodológicos da literatura, mas também a forma como o construto é definido e operacionalizado. Especificamente, investiga-se em que medida as definições disponíveis contemplam elementos mínimos para uma descrição funcional do fenômeno e se há coerência entre tais definições e as práticas empíricas adotadas.

Sob uma perspectiva analítico-comportamental, a definição de um conceito exige a explicitação das contingências que o controlam, incluindo condições antecedentes, classes de respostas e consequências relevantes. Quando esses elementos não são especificados, o conceito permanece em nível descritivo topográfico, o que limita sua operacionalização e sua

utilidade em intervenções. A questão não é apenas sobre o que é a RE, mas sob quais condições esse termo é utilizado e a que tipos de eventos ele se refere.

Além disso, o estudo propõe analisar a RE à luz das dimensões da Análise do Comportamento Aplicada (*Applied Behavior Analysis* [ABA]) (Baer, Wolf & Risley, 1968), buscando avaliar em que medida as intervenções descritas na literatura atendem a critérios como aplicabilidade, clareza tecnológica, consistência conceitual e relevância social. Essa aproximação representa uma contribuição original ao campo, na medida em que permite deslocar a discussão de uma análise predominantemente descritiva para uma avaliação funcional e tecnológica do construto.

Ao combinar análise conceitual, revisão empírica e enquadramento analítico-comportamental, este trabalho parte da premissa de que o avanço do campo não depende apenas do aumento no número de estudos, mas do refinamento das categorias utilizadas para descrever o fenômeno. Nesse sentido, a ênfase na explicitação das relações entre comportamento e contexto pode contribuir para a construção de definições mais precisas e, consequentemente, para o desenvolvimento de intervenções coerentes, efetivas e socialmente relevantes.

Método

Este estudo adotou um delineamento sequencial em três fases, com abordagem multimétodo, integrando revisão de escopo, análise conceitual sistemática e análise teórico-analítica. A organização em etapas foi concebida para articular diferentes níveis de análise sobre o construto de RE, de um panorama amplo da literatura para uma investigação mais precisa de seus fundamentos conceituais e de suas implicações no campo aplicado.

Consideradas em conjunto, as três fases permitem não apenas descrever o estado atual da literatura sobre RE, mas também problematizar sua consistência conceitual e discutir suas possibilidades de inserção, especialmente no que se refere ao ensino de repertórios regulatórios sob uma perspectiva funcional.

Primeira Fase: Revisão de Escopo

Inicialmente, foi realizada uma Revisão de Escopo, com recorte analítico voltado à identificação de estudos empíricos interventivos/experimentais que subsidiaram as etapas subsequentes. Esse tipo de revisão é indicado para investigação de conceitos complexos, heterogêneos e amplamente trabalhados na literatura, de maneira que se forma um obstáculo para análises mais precisas (Peters et al., 2015). As principais perguntas que esta revisão pretende responder são:

- Como o termo RE está distribuído na literatura recente?
- Como RE é descrita nas pesquisas empíricas relacionadas ao tema?
- De que maneira as pesquisas aplicadas e experimentais têm abordado e operacionalizado RE?

O processo de identificação, triagem e inclusão dos estudos foi organizado com base nas recomendações do PRISMA-ScR (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Extension for Scoping Reviews) (Tricco et al., 2018), que fornece diretrizes para a condução e relato de revisões de escopo, e está registrado na Figura 1.

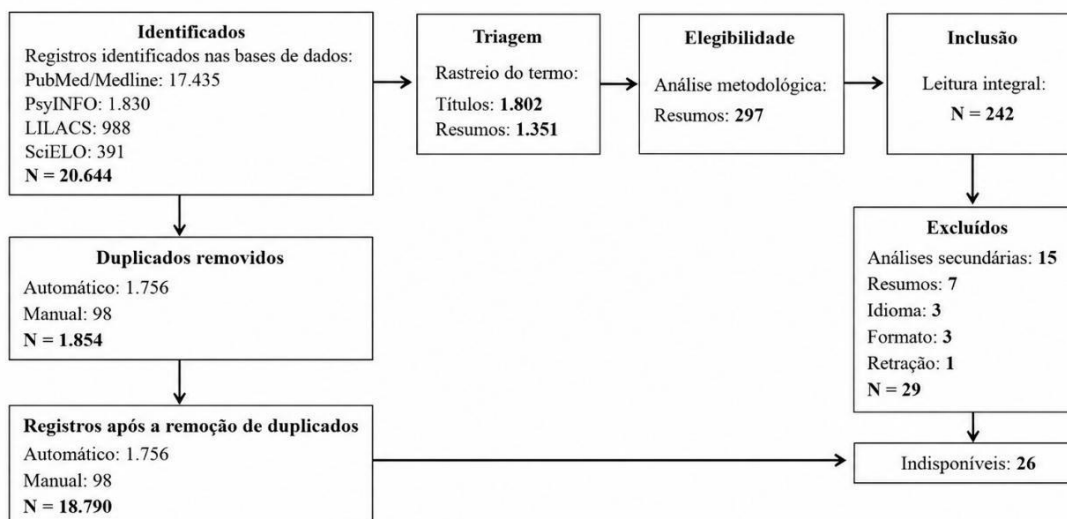


Figura 1

Fluxograma PRISMA ScR

Nota. Elaborado pela autora.

Identificação

A primeira etapa teve como objetivo realizar o reconhecimento dos materiais que poderão ser utilizados na revisão. As bases de dados utilizadas foram: PubMed Medline, PsycINFO, LILACS e SCIELO. O período de publicação da busca ocorreu entre os anos de 2020 e 2025. As combinações de descritores utilizadas foram:

- ("emotion regulation" OR "emotional regulation" OR "emotional self-regulation")

AND

- ("intervention" OR "behavior therapy" OR "applied behavior analysis")

Inicialmente, foram encontrados 20.644 artigos (17435 derivados de PubMed/MEDLINE, 1830 de PsycINFO, 988 de LILACS e 391 de Scielo) e todos foram adicionados ao software *EndNote* de gerenciamento de referências, com a finalidade de melhor organizar e registrar as etapas posteriores.

Triagem

O material identificado nas buscas foi submetido a um processo de filtragem estruturado em duas fases analíticas complementares. Essa estratégia foi adotada para distinguir entre a presença terminológica do construto RE na literatura científica e a existência de investigações empíricas que examinam RE em delineamentos interventivos ou experimentais. A organização em duas etapas segue a lógica de mapeamento de evidências frequentemente empregada em revisões de escopo, permitindo caracterizar tanto o alcance conceitual do termo na literatura quanto a natureza metodológica das pesquisas que o investigam.

Na primeira fase, denominada rastreio do termo RE, buscou-se mapear a presença de RE no conjunto de estudos localizados na triagem. O objetivo foi identificar o universo de publicações que mobilizam o termo RE. Foram incluídos estudos que mencionavam RE no título ou no resumo e que estavam escritos em português, inglês ou espanhol e excluídos estudos duplicados. Essa etapa teve caráter exploratório, permitindo identificar o conjunto ampliado de produções científicas que utilizam o termo RE, independentemente do delineamento metodológico adotado ou do papel atribuído à variável nos estudos.

Na segunda fase, denominada análise metodológica, os estudos previamente selecionados por mencionarem RE no título ou resumo foram reavaliados com foco nas características de seus delineamentos de pesquisa. Essa etapa permitiu identificar, dentre os estudos que utilizam o termo, aqueles que investigam RE por meio de procedimentos interventivos ou experimentais, nos quais a variável é manipulada, treinada ou avaliada como alvo direto de intervenção. Para essa fase, foram mantidos apenas estudos com delineamento interventivo ou experimental. Foram excluídos os estudos voltados para revisões teóricas, análises secundárias de dados, resumos de congresso sem texto completo e artigos indisponíveis para leitura integral.

A adoção desse procedimento permite diferenciar (1) o uso geral de RE na literatura de (2) sua investigação empírica em contextos de intervenção. Dessa forma, a estratégia metodológica adotada permite não apenas mapear a presença de RE na literatura científica, mas também examinar a distribuição dos tipos de delineamento empregados nos estudos que utilizam o termo, possibilitando identificar se as pesquisas interventivas representam uma parcela majoritária ou minoritária da produção científica disponível sobre o tema. A fim de resguardar a qualidade metodológica da revisão, esse processo de análise e seleção foi realizado por dois pesquisadores independentes. Em casos de discordância, um terceiro pesquisador independente foi consultado.

Foram excluídos de forma automatizada pela plataforma *EndNote* 1.756 estudos duplicados e outros 98 duplicados foram excluídos manualmente, totalizando 18.790 estudos para análise de título e resumo.

Rastreio do termo RE

Leitura de títulos. Após a leitura de títulos, foram mantidos 1.802 estudos. Foram excluídos todos os estudos dedicados a temáticas totalmente desvinculadas de RE como: mudanças climáticas, engenharia, ortodontia, microbiologia, nutrição, mecânica, entre outros. Os estudos que citavam RE no título foram mantidos, bem como estudos possivelmente relacionados a RE, como os relacionados a aspectos emocionais no geral, manejo de emoções específicas como raiva ou estresse e habilidades emocionais não identificadas no título.

Leitura de resumos. Nessa etapa, os artigos potencialmente relacionados a RE foram analisados a partir da leitura integral do resumo, sendo selecionados aqueles que citavam explicitamente RE. O número de estudos final mantidos para a próxima fase foi de 1.351.

Análise metodológica. Os estudos previamente identificados foram submetidos a um processo adicional de filtragem, para selecionar aqueles que investigavam intervenções relacionadas à RE. Foram considerados estudos de intervenção aqueles nos quais houve a

implementação de algum procedimento estruturado com o objetivo de modificar, treinar ou influenciar processos emocionais ou regulatórios e avaliar seus efeitos sobre desfechos relacionados à RE.

Foram excluídos os estudos que não apresentavam intervenção empírica, incluindo análises secundárias de dados, estudos exclusivamente observacionais, revisões teóricas e outros delineamentos que não envolviam a aplicação direta de procedimentos experimentais ou terapêuticos.

Assim, foram selecionados para leitura integral os estudos que descreviam a aplicação estruturada de intervenções e experimentações com vistas à produção de mudanças mensuráveis nos desfechos comportamentais, emocionais ou cognitivos analisados, sendo o total de 297 artigos.

Inclusão

Os 297 artigos selecionados foram submetidos à leitura integral e à extração de dados. As informações foram organizadas em tabela estruturada (disponível no Apêndice A), com as seguintes informações: autores, ano de publicação, título, transcrição da descrição do conceito RE e referência teórica utilizada para sua definição.

Após a pesquisa e análise detalhada dos registros identificados na segunda fase do rastreio, 29 artigos foram excluídos por não atenderem aos critérios previamente estabelecidos para a análise de RE. Entre os estudos excluídos, 15 correspondiam a análises secundárias de dados ou análises qualitativas derivadas de intervenções previamente realizadas que só foram identificados nesta etapa. Sete registros consistiam apenas em resumos de congresso, que não disponibilizavam informações metodológicas ou conceituais suficientes para análise. Três artigos foram excluídos por estarem publicados integralmente em idiomas distintos daqueles definidos nos critérios da revisão (sendo eles alemão, turco e holandês), o que inviabilizou a análise com base nos critérios adotados. Um artigo foi excluído por ter sido formalmente

retratado pelo periódico devido a problemas de integridade científica. Por fim, três registros foram excluídos por não se configurarem como artigos empíricos, incluindo uma tese acadêmica, um estudo de viabilidade e um estudo de caráter exploratório que não atendia aos critérios metodológicos definidos para inclusão na análise.

Adicionalmente, 26 artigos foram classificados como indisponíveis, uma vez que não foi possível obter acesso ao texto completo para avaliação. Para minimizar essa limitação, foram realizadas buscas sistemáticas por versões completas desses estudos tanto na internet aberta (bases de dados acadêmicas, repositórios institucionais e versões eventualmente disponibilizadas pelos próprios autores) quanto por meio da Plataforma de Periódicos da CAPES, utilizando o acesso institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA). Ainda assim, parte desses 26 estudos encontrava-se disponível apenas mediante pagamento em plataformas comerciais de periódicos científicos. Considerando que a análise proposta nesta pesquisa exige a leitura integral dos artigos para a identificação da presença ou ausência de definição de RE, tais registros não puderam ser avaliados de forma adequada e, portanto, foram classificados como indisponíveis para fins de análise.

Após a remoção dos artigos excluídos e dos registros indisponíveis, obteve-se um N final de 242 estudos analisáveis.

Segunda Fase: Análise Conceitual com Categorização Qualitativa

Para examinar a qualidade das definições de RE encontradas nos estudos incluídos, foi conduzida uma análise conceitual com categorização qualitativa, fundamentada nos pressupostos da Análise do Comportamento. A adoção dessa estratégia analítica decorre da necessidade de avaliar, de forma mais precisa, como a RE tem sido definida na literatura empírica. Embora o termo seja muito utilizado, suas definições costumam apresentar variações importantes, o que pode dificultar tanto a análise funcional do comportamento quanto a tradução do construto em objetivos de intervenção claramente operacionalizados.

Do ponto de vista metodológico, o procedimento adotado aproxima-se de abordagens de análise qualitativa dirigidas por teoria, nas quais as categorias analíticas são definidas previamente com base em um referencial conceitual (Hsieh & Shannon, 2005). Esse tipo de abordagem permite examinar, de forma sistemática, em que medida os conteúdos analisados correspondem a critérios teóricos previamente estabelecidos, ao invés de depender da indução de categorias a partir dos dados. Além disso, a organização da análise em critérios explícitos dialoga com propostas de análise de conteúdo qualitativa que enfatizam a sistematização, redução e categorização dos dados como forma de produzir descrições conceitualmente consistentes do fenômeno (Elo & Kyngäs, 2008; Preiser et al., 2018).

A análise conceitual direta foi orientada pelas seguintes questões:

- As definições de RE identificam claramente o que está sendo regulado?
- Elas especificam os comportamentos ou processos envolvidos na regulação?
- Elas descrevem as condições sob as quais essas respostas ocorrem?

Essas questões foram utilizadas como eixo para a avaliação da qualidade conceitual das definições analisadas e, para operacionalizar essa análise, foi elaborado um protocolo baseado em três critérios: (a) identificação do que está sendo regulado, com verificação de quais aspectos das respostas emocionais são descritos como alvo da regulação (por exemplo, experiência subjetiva, expressão comportamental e/ou respostas fisiológicas); (b) explicitação dos processos regulatórios, considerando a presença de descrição dos comportamentos, estratégias ou operações envolvidas na regulação; (c) descrição das condições de ocorrência, envolvendo a identificação de eventos antecedentes, demandas contextuais ou situações nas quais as respostas regulatórias são emitidas.

Foram consideradas como definições trechos nos quais os autores explicitamente descrevem o que entendem por RE, independentemente da presença de expressões formais como “*defined as*”, desde que o trecho apresentasse uma caracterização conceitual do termo.

Os trechos foram extraídos com citações diretas dos artigos incluídos na revisão, no próprio idioma em que foram originalmente descritos.

A análise foi conduzida por uma única avaliadora, sendo guiada pelos critérios previamente definidos, com o objetivo de garantir consistência interna na aplicação das categorias, e foram realizadas revisões sucessivas da codificação para assegurar a coerência dos julgamentos. Para sistematizar a avaliação, foi utilizado um sistema de categorização ordinal com três níveis: “Sim” quando o elemento estava explicitamente descrito de forma clara e direta no texto da definição; “Parcial” quando o elemento estava implícito, descrito de forma genérica ou sem delimitação suficiente; e “Não” quando o elemento não estava presente na definição analisada.

A partir dessa codificação, foi possível caracterizar o perfil conceitual das definições analisadas e estabelecer uma classificação geral de sua qualidade. Para isso, foi adotado um sistema de pontuação aplicado aos três critérios avaliados, no qual as categorias “Sim”, “Parcial” e “Não” receberam, respectivamente, os valores 1, 0,5 e 0, resultando em uma pontuação máxima de 3 pontos por definição.

Com base na soma dessas pontuações, as definições foram distribuídas em três níveis de qualidade conceitual. Foram classificadas como baixa qualidade aquelas com pontuação inferior ou igual a 1; como de qualidade média, aquelas com pontuação entre 1 e 2,5; e como de alta qualidade, aquelas com pontuação igual ou superior a 2,5. O cálculo das pontuações e a organização dos dados foram realizados em planilha eletrônica, de forma a sistematizar a aplicação dos critérios e garantir precisão na classificação.

Esse procedimento permitiu sintetizar os critérios analíticos em um indicador único, sem perder de vista as diferenças entre os níveis de detalhamento conceitual presentes nas definições. Ao mesmo tempo, a explicitação dos critérios e das regras de classificação buscou assegurar consistência na avaliação e transparência no processo analítico.

Os resultados dessa análise (disponíveis no Apêndice B) subsidiaram a elaboração de uma proposta preliminar de definição funcional de RE, orientada pela identificação das relações entre condições antecedentes, respostas e consequências descritas na literatura. Essa proposta integra os elementos mais consistentes identificados nas definições analisadas, ao mesmo tempo em que explicita a RE em termos de sua função comportamental, em consonância com o referencial analítico-comportamental adotado neste estudo.

Terceira Fase: Análise da Intersecção entre a Perspectiva Funcional de RE e as Dimensões da ABA

A partir da delimitação conceitual construída anteriormente, foi conduzida uma análise teórico-conceitual voltada à investigação da compatibilidade entre a definição funcional preliminar de RE e o referencial da ABA. Diferentemente de uma análise empírica, esta etapa assumiu caráter analítico-interpretativo, para examinar em que medida o conceito de RE, reconstruído em termos funcionais, pode ser articulado de forma coerente com os critérios que definem a prática analítico-comportamental.

O referencial adotado para essa análise foi o conjunto das sete dimensões da ABA propostas por Baer, Wolf e Risley (1968, 1987): aplicada, comportamental, analítica, tecnológica, conceitualmente sistemática, eficaz e generalizável. Essas dimensões foram utilizadas como categorias analíticas, sendo eixos organizadores da avaliação da consistência conceitual e aplicada do ensino de RE.

A escolha desse referencial fundamenta-se no papel das dimensões da ABA como critérios historicamente estabelecidos para avaliar a qualidade, a coerência e a relevância de intervenções analítico-comportamentais. Ao mesmo tempo, é discutido como a aplicação dessas dimensões tem sido objeto de debate na literatura, especialmente no que se refere ao risco de sua utilização como um conjunto rígido de critérios formais (Critchfield & Reed, 2017).

A análise foi orientada por uma questão central: em que medida é possível conceituar e ensinar RE de modo compatível com as exigências conceituais, metodológicas e éticas da ABA? Para responder a essa questão, foi adotado um procedimento estruturado em quatro movimentos, aplicados a cada uma das sete dimensões: (a) apresentação da definição da dimensão com base na literatura clássica e contemporânea da área; (b) exame do grau de alinhamento entre a definição funcional de RE e os critérios implicados em cada dimensão; (c) levantamento de possibilidades de ensino e intervenção em RE que sejam coerentes com o referencial analítico-comportamental; (d) discussão dos principais desafios conceituais, metodológicos e éticos associados à inserção da RE no escopo da ABA, incluindo lacunas na literatura e possíveis problemáticas.

Essa estrutura permitiu uma análise sistemática e comparável entre as dimensões, favorecendo a identificação de padrões de convergência e divergência na articulação entre o conceito de RE e o referencial da ABA. É importante destacar que esta etapa não teve como objetivo classificar intervenções existentes como adequadas ou inadequadas, nem verificar formalmente a presença das dimensões em estudos empíricos. Em vez disso, buscou-se examinar o próprio conceito de RE como objeto de ensino, investigando as condições sob as quais sua definição funcional permite (ou limita) sua incorporação coerente ao campo aplicado.

Adicionalmente, a análise foi conduzida segundo o preceito de que interpretações conceituais devem manter coerência relacional e funcional, evitando explicações mentalistas e priorizando a identificação das variáveis de controle do comportamento (Borba & Tourinho, 2009). Esse enquadre orientou a avaliação da RE não como um construto abstrato, mas como um conjunto de relações entre eventos antecedentes, respostas e consequências, passível de análise funcional e, potencialmente, de ensino.

O produto desse processo consiste em uma matriz analítica (Tabela 1), na qual a definição funcional preliminar de RE é articulada às dimensões da ABA. Essa matriz sintetiza

os principais pontos de compatibilidade, bem como as tensões conceituais e metodológicas identificadas, oferecendo um modelo interpretativo para a análise do ensino de RE sob uma perspectiva analítico-comportamental.

Revisão de Escopo: Resultados e Discussão

Do total de 20.644 registros inicialmente identificados, apenas 1.351 estudos mencionavam RE no título ou no resumo, correspondendo a aproximadamente 6,5% da literatura recuperada. Mesmo considerando a primeira fase de filtragem como ponto de partida para a investigação conceitual de RE, a leitura de títulos e resumos evidencia uma inconsistência relevante na área: a grande diversidade de termos e denominações empregadas para descrever fenômenos semelhantes, questão previamente apontada na literatura (Walker et al., 2024).

Foram aceitos os termos “*emotional regulation*”, “*regulation of emotion*”, “*regulate emotions*”, “*regulating emotions*”, e “*emotional self-regulation*”. Porém, foram descartados os seguintes termos: *Affect regulation*; *Affective and interpersonal regulation*; *Aggression regulation*; *Emotional adjustment*; *Emotional awareness*; *Emotional balance*; *Emotional change*; *Emotional competence*; *Emotional control*; *Emotional development*; *Emotional dysregulation*; *Emotional induction*; *Emotional instability*; *Emotional intelligence*; *Emotional knowledge*; *Emotional monitoring*; *Emotional processing*; *Emotional reactivity*; *Emotional recognition*; *Emotional suppression*; *Emotion skills*; *Emotion tolerance*; *Implicit regulation*; *Mood regulation*; *Physiological regulation*; e *Stress reduction*.

Embora diversos termos apresentem proximidade semântica com o fenômeno investigado, eles não correspondem necessariamente ao conceito de RE. Muitos deles referem-se a habilidades correlatas, desfechos emocionais, processos adjacentes ou dimensões do funcionamento emocional e sua inclusão poderia ampliar indevidamente o escopo da revisão e comprometer a consistência da análise. Além disso, parte dos termos excluídos designa estratégias específicas, traços, estados emocionais ou manifestações associadas a dificuldades regulatórias.

Especificamente, o termo “*emotional dysregulation*” também foi excluído por descrever predominantemente um estado ou condição caracterizada por dificuldades no manejo emocional, frequentemente interpretada como característica clínica ou traço associado a determinados quadros psicopatológicos. Diferentemente da RE, que se refere a um processo ou habilidade envolvendo estratégias de modulação das respostas emocionais, o termo “desregulação emocional” costuma ser empregado para indicar prejuízo, instabilidade, déficit ou fator transdiagnóstico. A inclusão desse termo deslocaria o foco da revisão do estudo de processos regulatórios para a investigação de estados ou manifestações disfuncionais.

Essa variabilidade terminológica sugere falta de consenso e imprecisão na definição do fenômeno investigado. A exclusão dos termos citados não representa desconsideração de sua relevância, mas busca reduzir ambiguidades e favorecer uma compreensão mais precisa do estado atual da produção científica sobre o tema. Reconhece-se, contudo, que essa delimitação pode ter resultado na não inclusão de investigações potencialmente pertinentes que abordaram fenômenos regulatórios sob outras denominações ou sem fundamentação explícita. Tal limitação evidencia a necessidade de maior clareza terminológica na área, a fim de favorecer a identificação, comparação e síntese das evidências disponíveis.

Ao fim das fases de filtragem, entre os 1.351 estudos que mencionavam RE em título ou resumo, 297 apresentavam delineamento interventivo, o que corresponde a aproximadamente 21,98% desse conjunto de publicações. Ou seja, cerca de quatro em cada cinco estudos que mencionam RE não investigam intervenções ou procedimentos experimentais diretamente relacionados ao tema, sendo predominantemente compostos por pesquisas observacionais, correlacionais, psicométricas, análises secundárias de intervenções previamente realizadas ou discussões teóricas e conceituais. Apenas uma parcela reduzida da produção identificada envolve delineamentos capazes de examinar relações causais envolvendo processos de RE.

Ainda considerando o conjunto total de registros inicialmente identificados, apenas 242 estudos atenderam a todos os critérios de elegibilidade e foram incluídos na análise final, correspondendo a aproximadamente 17,91% da literatura que menciona RE. Esse resultado indica que menos de 2% dos registros inicialmente identificados resultaram em estudos empíricos interventivos ou experimentais analisáveis relacionados à RE, evidenciando uma diferença substancial entre a ampla presença do termo na literatura científica e o número de investigações que efetivamente examinam intervenções ou manipulações experimentais voltadas a esse conceito.

No conjunto final de estudos incluídos, 108 artigos apresentavam alguma descrição explícita de RE, seja por meio de definição direta do termo ou por caracterizações baseadas na literatura teórica da área. Por outro lado, 133 artigos (mais da metade dos estudos incluídos) não apresentavam uma descrição clara do conceito de RE, embora utilizassem o termo ao longo do texto ou avaliassem variáveis relacionadas ao construto em seus delineamentos de pesquisa. A ausência de uma definição formal, contudo, não significa que a RE estivesse ausente nesses estudos. Em diversos casos, o termo era mobilizado como aspecto relevante para a compreensão dos fenômenos investigados, associado a autores ou modelos difundidos na área. Em outros estudos, o construto era abordado de maneira parcial, por meio da discussão de estratégias específicas de RE, como reavaliação cognitiva ou supressão emocional, ou por meio da utilização de medidas relacionadas ao processo regulatório, sem uma definição explícita de RE nos textos analisados.

A leitura qualitativa dos dados permitiu identificar padrões recorrentes nos artigos que utilizam o termo sem apresentar uma definição direta. O padrão mais frequente corresponde ao uso implícito do conceito, no qual os autores mencionam mudanças ou melhorias na RE como resultado das intervenções investigadas, tratando o fenômeno como autoexplicativo e dispensando sua definição teórica. Esse tipo de abordagem é observado em estudos como

Brechet, d'Audigier e Audras-Torrent (2022), que investigam o uso do desenho como técnica de RE em crianças e Cummings et al. (2023), que examinam mudanças no repertório de estratégias de RE em adolescentes após intervenção comportamental.

A substituição do conceito por estratégias específicas de RE também foi verificada, situação em que processos particulares como reavaliação cognitiva, supressão emocional ou distração são discutidos como indicadores do fenômeno, sem que RE seja definida propriamente. Isso pode ser identificado em estudos como Anderson et al. (2021) e Duijndam et al. (2020), que investigam estratégias regulatórias específicas sem apresentar uma definição mais abrangente.

Também foram identificados estudos que operacionalizam a RE exclusivamente por meio de instrumentos psicométricos, utilizando escalas padronizadas e assumindo implicitamente que o conceito está representado pela medida empregada. Esse tipo de abordagem aparece em Andersen et al. (2021), que utilizam a Escala de Dificuldades na Regulação Emocional (*Difficulties in Emotion Regulation Scale* [DERS]) em um protocolo de *mindfulness*; em Czepeczor-Bernat et al. (2021), que também investigam RE com DERS; e em Yuan et al. (2024) que discutem o efeito da Terapia de Aceitação e Compromisso na RE, no comportamento de autolesão não suicida e na flexibilidade psicológica em adolescentes utilizando o Questionário de Regulação Emocional Cognitiva (*Cognitive Emotion Regulation Questionnaire* [CERQ]).

Outro padrão envolve estudos que investigam protocolos de intervenção psicológica, como programas baseados em *mindfulness*, terapias comportamentais ou treinamentos de habilidades, nos quais a RE aparece como alvo terapêutico ou desfecho esperado, sem discussão conceitual específica. Exemplos incluem Abasi et al. (2021), que investigam a eficácia da *Emotion Regulation Therapy* para transtorno de ansiedade social, e Gasol et al.

(2022) que avaliam a viabilidade da *Dialectical Behavior Therapy* (Terapia Comportamental Dialética [DBT]) como alternativa para desregulação emocional.

Por fim, alguns estudos se concentram em desregulação emocional ou em correlatos neurobiológicos dos processos emocionais, enfatizando mecanismos fisiológicos ou neurais específicos. Nesses casos, o foco recai apenas sobre aspectos específicos do funcionamento biológico dos processos emocionais. Esse padrão é observado, por exemplo, em Barnhofer et al. (2021), que investigam alterações neurais associadas à RE em pacientes com depressão após treinamento em *mindfulness*, e em Douw et al. (2020), que examinam mudanças em RE associadas à estimulação magnética transcraniana em indivíduos com transtorno obsessivo compulsivo.

Esse resultado demonstra que cerca de metade dos estudos incluídos na análise não apresenta definição explícita do conceito de RE, mesmo em pesquisas que utilizam o construto como variável relevante em intervenções psicológicas, protocolos terapêuticos ou manipulações experimentais. Esse achado evidencia uma variação importante no uso do termo e reforça a necessidade de examinar com mais cuidado como RE tem sido empregada em estudos de intervenção.

Os achados sugerem certo descompasso entre a difusão do termo RE na literatura científica, a produção de evidências experimentais e a precisão com que é empregado nos estudos empíricos. Embora seja mobilizado em diferentes áreas da pesquisa psicológica, uma pequena parcela das investigações examina intervenções ou procedimentos experimentais capazes de testar relações causais envolvendo processos de RE. Na literatura recente, o termo tem sido frequentemente utilizado como um conceito compartilhado, porém nem sempre claramente delimitado ou empiricamente testado. Todo o processo progressivo de filtragem da literatura evidencia a redução substancial entre o volume inicial de estudos identificados, a

presença do termo RE, a adoção de delineamentos interventivos e, por fim, o número final de estudos com maior precisão conceitual.

Entre os estudos que apresentaram definição explícita de RE, observou-se concentração em um número reduzido de referenciais teóricos. O aspecto mais evidente é a forte concentração das definições em um número reduzido de modelos conceituais, com predominância clara do modelo processual proposto por Gross. Entre os 108 estudos que apresentaram definição explícita, 61 (55,96%) baseiam-se diretamente em formulações derivadas desse referencial teórico (Gross, 1998, 1999, 2007, 2014) ou em variações associadas ao mesmo modelo. Nesse referencial, a RE é compreendida como o conjunto de processos pelos quais os indivíduos influenciam quais emoções experimentam, quando essas emoções ocorrem e de que maneira são vivenciadas ou expressas (Gross, 1998). Essa formulação processual é a referência mais frequente entre os estudos empíricos analisados.

Outros referenciais teóricos aparecem de forma substancialmente menos frequente. Entre os estudos analisados, sete (6,42%) utilizam o modelo proposto por Thompson (1994), no qual a RE é definida como o conjunto de processos responsáveis por monitorar, avaliar e modificar reações emocionais, especialmente em função das demandas contextuais e dos objetivos do indivíduo. Em comparação ao modelo de Gross, essa abordagem enfatiza de maneira mais direta a função regulatória no desenvolvimento socioemocional e nos processos adaptativos.

Outro referencial identificado corresponde ao modelo multidimensional de RE proposto por Gratz e Roemer (2004), utilizado em oito estudos (7,34%) do conjunto analisado. Esse modelo, associado à escala DERS, concebe RE como um construto composto por múltiplas dimensões, incluindo consciência e compreensão das emoções, aceitação das experiências emocionais, capacidade de manter comportamento orientado a objetivos diante de estados emocionais negativos, controle de impulsos e acesso a estratégias regulatórias

percebidas como eficazes. Esse tipo de definição aparece principalmente em estudos clínicos ou em pesquisas voltadas à psicopatologia.

Um número ainda menor de estudos utiliza referenciais vinculados à literatura de inteligência emocional. Três estudos (2,75%) empregam formulações associadas ao modelo de Mayer e Salovey (1997), no qual a RE é compreendida como uma das habilidades constitutivas da inteligência emocional, envolvendo a capacidade de monitorar, compreender e manejar emoções em si mesmo e nos outros em contextos sociais e pessoais.

A literatura também apresenta referências pontuais a modelos que enfatizam a flexibilidade regulatória. No conjunto analisado, apenas um estudo (0,92%) fundamenta sua definição em abordagens associadas à flexibilidade regulatória, como as propostas por Aldao, Sheppes e Gross (2015) ou por Bonanno e Burton (2013), que destacam a capacidade de adaptar estratégias regulatórias às demandas situacionais.

Além desses referenciais identificados, um conjunto heterogêneo de 27 estudos (24,77%) utiliza referenciais diversos ou formulações conceituais menos recorrentes, incluindo abordagens desenvolvimentistas (Eisenberg et al., 2000), modelos motivacionais da RE (Tamir, 2016) e outras formulações teóricas presentes em literaturas específicas. Por fim, dois estudos (1,83%) apresentam definições sem citar explicitamente qualquer referencial teórico, indicando o uso do termo sem ancoragem teórica clara.

Esses dados mostram a predominância do modelo de Gross na literatura empírica sobre RE. Mais da metade dos estudos que apresentam o conceito (55,96%) e utilizam a definição processual clássica. Em contraste, todos os demais referenciais somados correspondem a 44,04% das definições identificadas, distribuídas entre múltiplos modelos teóricos.

Outro aspecto relevante é a baixa incidência de modelos clínicos como base conceitual evidente. Embora instrumentos derivados do modelo de Gratz e Roemer sejam comumente utilizados em pesquisas empíricas, especialmente em contextos clínicos, apenas 7,34% dos

estudos analisados adotam esse referencial. De forma semelhante, o modelo de Thompson (1994), frequentemente citado na literatura clássica sobre RE, aparece em apenas 6,42% das definições identificadas. Observa-se ainda que, mesmo entre os estudos que apresentam definição, uma pequena proporção (1,83%) utiliza o termo sem qualquer referência teórica direta.

A análise qualitativa das definições também revelou alguns padrões recorrentes. Em primeiro lugar, nota-se uma forte dependência de um número restrito de autores, particularmente Gross, Thompson e Gratz, indicando a hegemonia de determinados referenciais teóricos na literatura empírica sobre RE. Em segundo lugar, muitos estudos apresentam versões simplificadas das definições originais, frequentemente reduzindo formulações conceituais mais complexas à ideia geral de que a RE corresponde à capacidade de gerenciar ou controlar emoções. Esse processo de simplificação tende a reduzir a precisão teórica do construto.

Além disso, em diversos casos a definição aparece de forma superficial, restrita a descrições introdutórias e sem articulação direta com o delineamento metodológico ou com as variáveis investigadas. O termo funciona mais como um marcador terminológico do que como um conceito efetivamente operacionalizado. Também é frequente a sobreposição entre RE e construtos relacionados, como autorregulação, inteligência emocional e enfrentamento, o que contribui para a heterogeneidade conceitual observada.

Outro aspecto particularmente relevante é a ênfase predominante nos processos ou estratégias de RE. Em geral, o construto é descrito em termos de operações como reavaliação, supressão ou modulação da intensidade emocional, com foco na forma como as respostas são alteradas. Essa abordagem privilegia a topografia do comportamento regulatório, sem examinar de maneira sistemática as condições sob as quais essas respostas ocorrem e as funções que desempenham.

Em conjunto, os achados desta revisão tornam difícil sustentar a ideia de que RE, tal como vem sendo mobilizada na literatura, constitui um construto conceitualmente consolidado no campo empírico. Apesar de sua presença recorrente nos estudos, observa-se que o termo frequentemente opera como um rótulo amplo e pouco delimitado, utilizado sem definição explícita ou reduzido à descrição de estratégias específicas, medidas psicométricas ou desfechos clínicos. Esse uso difuso enfraquece sua utilidade analítica e compromete a possibilidade de acumulação sistemática de conhecimento. Além disso, a baixa proporção de estudos com delineamentos interventivos ou experimentais evidencia que, em grande parte da literatura, a RE não é diretamente manipulada nem investigada em termos de relações causais, permanecendo mais como inferência do que como variável de fato examinada.

Análise Conceitual Direta

Partindo da Análise do Comportamento, a descrição de um conceito exige a explicitação de seus critérios definidores, isto é, a especificação das contingências e dos eventos comportamentais aos quais o termo se refere. Nesse contexto, conceitos são compreendidos como práticas verbais mantidas por contingências sociais, cujo significado não reside em entidades internas hipotéticas, mas nas variáveis que controlam seu uso (Skinner, 1945; Schlinger, 2013). Uma definição adequada deve identificar condições antecedentes, respostas envolvidas e consequências relevantes, delimitando o fenômeno e assegurando precisão analítica e possibilidade de replicação (Cooper, Heron, & Heward, 2020; Hawkins & Dobes, 1977).

Para nortear a presente investigação, estabeleceu-se como critério desejável que a descrição de RE incluísse:

- A identificação do que está sendo regulado (respostas emocionais públicas e/ou privadas);
- A explicitação dos comportamentos que compõem o processo regulatório (como monitoramento, modulação, supressão, reavaliação ou alteração de contingências);
- A descrição das condições sob as quais tais respostas ocorrem.

Os resultados dessa análise seguindo o processo descrito na seção Método estão relatados detalhadamente no Apêndice B.

Identificação do que está sendo regulado

O primeiro critério analisado refere-se à clareza com que os estudos identificam qual dimensão da emoção constitui o alvo da regulação. Esse aspecto envolve explicitar se o processo regulatório se refere à modulação da experiência subjetiva da emoção, da expressão comportamental, de respostas fisiológicas ou de múltiplos componentes do sistema emocional.

Entre os estudos analisados, 60 apresentaram identificação clara do alvo da regulação. Nessas definições, RE é descrita como processos voltados à modificação da intensidade, duração ou expressão das emoções. Em geral, tais definições trazem que a regulação envolve algum tipo de modulação das respostas emocionais diante de eventos internos ou externos.

Já 47 artigos apresentaram identificação apenas parcial desse elemento. Nessas situações, o conceito é frequentemente descrito de forma mais abstrata, como “controle das emoções”, “manejo emocional” ou “gestão de estados emocionais”, sem delimitação clara de quais componentes do sistema emocional estão sendo modificados. Não fica evidente se a regulação se refere à experiência privada da emoção, às respostas observáveis associadas a ela ou a ambas.

Além disso, um estudo não apresentou identificação clara do que estaria sendo regulado, utilizando definições muito abertas ou circulares. RE é descrita nesses casos como uma capacidade adaptativa geral ou como uma habilidade de funcionamento psicológico saudável, sem especificação do objeto da regulação.

A falta de delimitação clara do que está sendo regulado representa uma limitação conceitual importante. Para descrever adequadamente um processo de regulação, é necessário identificar qual tipo de resposta está sendo modificada, já que diferentes componentes das respostas emocionais podem depender de condições distintas. No entanto, cerca de 43,52% dos estudos se referem de forma genérica a “emoções”, “respostas emocionais” ou “experiências afetivas”. Mesmo em estudos que mencionam aspectos mais específicos, como intensidade, duração ou expressão emocional, como Scheffel et al. (2021) e Molina e O’Shea (2020), as definições costumam ser incompletas, pois raramente especificam se o foco está em respostas fisiológicas, comportamentais ou verbais, nem diferenciam esses componentes de forma clara. Nota-se que, embora a literatura reconheça que as emoções são complexas, essa complexidade nem sempre é incorporada de maneira precisa nas definições de RE.

Explicitação dos processos regulatórios

O segundo critério refere-se à presença de descrições explícitas dos comportamentos ou processos que compõem a regulação. Esse elemento envolve indicar quais operações comportamentais ou estratégias são responsáveis pela modulação das respostas emocionais.

Houve maior consistência conceitual na literatura analisada nesse aspecto. Noventa artigos apresentaram explicitação de processos regulatórios, geralmente por meio da descrição de estratégias específicas de RE. Entre as estratégias mais frequentemente mencionadas encontram-se aceitação (sete menções), reavaliação cognitiva (cinco menções), modulação da atenção (três menções), supressão emocional (duas menções) e estratégias comportamentais de enfrentamento (duas menções).

17 estudos apresentaram explicitação parcial, nos quais a regulação é descrita como um processo ativo de manejo emocional, porém sem detalhamento claro dos mecanismos envolvidos. Além deles, apenas um não apresentou descrição dos processos regulatórios, caracterizando a RE como uma habilidade global ou traço psicológico.

Os resultados apresentam que a literatura frequentemente descreve a RE em termos de estratégias ou repertórios comportamentais. No entanto, essas descrições costumam permanecer em nível geral, sem explicitar as relações entre comportamento e ambiente. Há também um uso recorrente de termos genéricos e, por vezes, circulares, como “regular emoções” ou “gerenciar respostas emocionais”, sem detalhamento dos comportamentos envolvidos (e.g., Aghamohammadi et al., 2022; Heinen et al., 2021). Mesmo quando aparecem termos como “controle” ou “modulação”, eles são pouco operacionalizados. Estratégias específicas, como reavaliação ou supressão, são menos comuns nas definições e aparecem mais nas seções metodológicas, apontando uma dissociação entre o uso dessas estratégias na prática empírica e sua incorporação nas definições do construto.

Descrição das condições de ocorrência das respostas regulatórias

O terceiro critério analisado refere-se à presença de descrições das condições sob as quais as respostas regulatórias ocorrem, incluindo eventos antecedentes, demandas situacionais ou contextos sociais que evocam a necessidade de RE.

Esse foi o elemento menos observado nas definições analisadas. Apenas 26 artigos apresentaram indicação clara dessas condições, descrevendo explicitamente que RE ocorre em resposta a demandas ambientais, desafios, objetivos ou contextos específicos que requerem modulação das respostas emocionais. Vinte e nove estudos apresentaram parcialmente, mencionando que a regulação ocorre em situações emocionalmente relevantes, porém sem especificação clara das variáveis contextuais envolvidas.

Por outro lado, 53 artigos não incluíram referência explícita às condições de ocorrência das respostas regulatórias. Nessas definições, a RE é dissociada das contingências ambientais nas quais o comportamento ocorre. Essa ausência aponta uma limitação conceitual importante. Para compreender o comportamento, é necessário identificar as condições que o evocam. Quando essas condições não são especificadas, a RE tende a ser descrita como algo interno, o que dificulta sua análise em relação ao ambiente. Quase metade das definições (49,07%) não explicita contextos ou antecedentes. Quando isso aparece, costuma ser de forma vaga, como “quando emoções surgem” ou “em função de objetivos”. Referências mais claras ao papel do ambiente são raras, o que limita a compreensão da RE como um fenômeno dependente de contexto e dificulta análises e intervenções mais precisas.

Classificação geral da qualidade conceitual

A partir da combinação dos três critérios analisados, foi realizada uma classificação geral da qualidade das definições. Quarenta e quatro artigos (40,74%) foram classificados como apresentando alta qualidade conceitual, por contemplarem de forma clara os três elementos analisados. A maioria dos estudos, 54 artigos (51,85%), apresentou qualidade intermediária, caracterizada pela presença de alguns elementos definidores, porém com lacunas

relevantes, especialmente no que se refere à especificação das condições sob as quais o processo regulatório ocorre. Por fim, oito artigos (7,41%) foram classificados como apresentando baixa qualidade, por apresentarem definições vagas ou incompletas.

Os dados mostram que menos da metade dos estudos apresenta definições de RE que integram, de forma clara, três aspectos centrais: o que está sendo regulado, quais processos estão envolvidos e em que condições eles ocorrem. Predominam definições parciais, nas quais um ou mais desses elementos aparecem de forma vaga ou apenas implícita.

A lacuna mais recorrente diz respeito justamente às condições de ocorrência. Em muitos trabalhos, a RE é descrita como uma habilidade do indivíduo, sem referência ao contexto em que essas respostas são emitidas. Com isso, a relação entre comportamento e ambiente tende a ficar pouco definida.

Essa imprecisão tem efeitos diretos no campo aplicado. Intervenções frequentemente se propõem a “treinar RE”, mas nem sempre deixam claro quais comportamentos estão sendo ensinados, em que situações devem ocorrer ou como sua aquisição será avaliada. Quando o conceito é amplo demais, os objetivos também se tornam genéricos, o que dificulta tanto o planejamento do ensino quanto a verificação de seus efeitos e da generalização do repertório.

A variabilidade nas definições também impacta a mensuração. Diferentes estudos avaliam aspectos como estratégias cognitivas, dificuldades percebidas ou padrões comportamentais, o que limita a comparabilidade dos resultados e a interpretação conjunta dos achados.

De modo geral, definições pouco delimitadas dificultam a tradução da RE em objetivos claros de intervenção. Como profissionais se orientam pela literatura para estruturar suas práticas, descrições imprecisas tornam mais difícil estabelecer metas específicas e mensuráveis. Nesse sentido, maior precisão conceitual, especialmente na delimitação do que é

regulado, de como ocorre a regulação e em que condições, tende a favorecer tanto o avanço da pesquisa quanto o desenvolvimento de intervenções mais bem operacionalizadas.

Proposta preliminar de definição funcional de RE

Considerando as limitações identificadas na literatura analisada, torna-se pertinente discutir a necessidade de uma definição mais precisa de RE, especialmente a partir de um referencial analítico-comportamental. A revisão desvela que a literatura empírica tende a descrever o construto por meio de definições abertas, com baixa especificação dos comportamentos envolvidos e pouca explicitação das condições sob as quais tais comportamentos ocorrem.

Esse padrão se mantém mesmo quando considerado à luz do modelo teórico mais influente da área, proposto por James J. Gross (1998). Sua definição clássica descreve a RE como os processos pelos quais os indivíduos influenciam quais emoções têm, quando as têm e como as experienciam e expressam. Embora essa formulação represente um avanço importante ao reconhecer a natureza dinâmica das emoções, ela permanece, em grande medida, em nível descritivo topográfico.

O modelo processual de Gross organiza a RE em estágios e categorias estratégicas, oferecendo um arranjo útil para classificar comportamentos regulatórios (Gross, 2015; McRae & Gross, 2020). No entanto, ao enfatizar como as estratégias ocorrem, pouco explicita as relações entre antecedentes, respostas e consequências que as sustentam. A valorização de estratégias como a reavaliação, em detrimento da supressão, baseia-se frequentemente em desfechos autorrelatados ou correlacionais (Webb et al., 2012), o que limita a identificação das contingências envolvidas.

A distinção entre capacidade e frequência de uso evidencia esse problema: saber regular emoções não implica que esse repertório seja mobilizado em contextos naturais (McRae, 2013), indicando lacunas na compreensão das variáveis de controle. Evidências adicionais apontam limites conceituais na própria categorização das estratégias. A meta-análise de Webb et al. (2012) mostra variabilidade dentro de uma mesma categoria, sugerindo que rótulos como

“reavaliação” ou “supressão” agrupam procedimentos heterogêneos, com funções distintas. Embora proponha maior refinamento taxonômico, a análise permanece centrada na comparação de efeitos médios sobre desfechos emocionais, mantendo o foco no produto da regulação, e não nas contingências que organizam sua ocorrência. Ainda que variáveis como intensidade emocional, contexto e frequência de uso sejam identificadas como moderadoras, elas são tratadas como fatores amplos, e não como componentes de relações funcionais específicas.

Considerando a perspectiva analítico-comportamental, comportamentos com formas semelhantes podem exercer funções distintas a depender das contingências que os mantêm. Nesse sentido, regular uma emoção não se reduz à diminuição de sua intensidade, duração ou expressão, mas envolve a análise das variáveis antecedentes e consequentes que tornam determinadas respostas mais ou menos prováveis em contextos específicos.

É importante considerar que a RE se configura como um repertório que se desenvolve ao longo da história de aprendizagem do indivíduo, em interação com diferentes contextos e contingências. As formas pelas quais as pessoas respondem às suas emoções (incluindo quando, como e por que) estão diretamente relacionadas às experiências prévias, às condições ambientais e às consequências associadas a essas respostas ao longo do tempo. As crenças e interpretações pessoais sobre esse fenômeno podem ser compreendidas como parte desse repertório aprendido, influenciando a maneira como as emoções são avaliadas e como os indivíduos se engajam em tentativas de regulação (Preece et al., 2022; Johnston et al., 2025).

Embora formulações recentes ampliem o modelo ao incorporar aspectos como contexto, flexibilidade e variabilidade individual (Gross & Ford, 2024; Gross & Petrova, 2023), a definição central do construto permanece predominantemente inalterada. A RE segue sendo concebida como um processo de influência sobre estados emocionais, com ênfase em

categorias descritivas amplas e em eventos internos, enquanto as relações funcionais entre comportamento e ambiente permanecem pouco explicitadas.

Estudos sobre flexibilidade regulatória indicam que a capacidade de ajustar estratégias às demandas situacionais está associada a melhores indicadores de saúde psicológica, como menor ansiedade e depressão e maior bem-estar (Werner et al., 2026). No entanto, mesmo nessas propostas, a ênfase recai sobre a adequação entre estratégia e contexto, sem especificação das contingências que tornam determinadas respostas mais ou menos prováveis. Assim, a flexibilidade tende a ser tratada como uma capacidade geral do indivíduo, frequentemente inferida a partir de autorrelatos, o que limita sua análise em termos funcionais.

Um dos aspectos mais críticos identificados refere-se à ausência de especificação das condições sob as quais as respostas regulatórias ocorrem. Na maioria dos estudos, a RE é tratada como uma capacidade individual, dissociada das contingências que evocam e mantêm o comportamento, o que limita sua análise funcional (Skinner, 1945; Cooper et al., 2020). Essa imprecisão tem implicações diretas em contextos aplicados: intervenções frequentemente estabelecem objetivos como “melhorar a RE” sem especificar comportamentos-alvo, condições de ocorrência ou critérios de aquisição.

Nesse cenário, o avanço do campo se beneficiaria de maior precisão conceitual. A integração com uma perspectiva analítico-comportamental permite descrever a RE em termos de relações funcionais entre comportamento e ambiente, favorecendo definições mais operacionais, mensuráveis e úteis tanto para pesquisa quanto para intervenção. A partir dessa perspectiva, a RE pode ser compreendida como:

Um conjunto de respostas comportamentais, públicas e/ou privadas, emitidas em contextos nos quais eventos evocam respostas emocionais, e que alteram a probabilidade, a intensidade, a duração ou a forma de ocorrência dessas respostas por meio das consequências que produzem, podendo tais efeitos ser discriminados pelo indivíduo como mais ou menos

eficazes e constituindo-se como padrões selecionados e mantidos por suas consequências ao longo da história de interação do indivíduo com o ambiente.

Desse modo, a regulação não se define pela simples emissão de estratégias, mas pelo manejo funcional das variáveis que controlam a ocorrência das respostas emocionais. Essa proposta inicial desloca o foco de estados internos para classes de respostas e suas relações com o ambiente, permitindo uma análise mais precisa do fenômeno e destacando quatro aspectos centrais:

- RE é entendida como um conjunto de comportamentos, e não como uma capacidade abstrata.
- Tais comportamentos ocorrem sob condições específicas, sendo sensíveis às contingências contextuais.
- Seus efeitos consistem na modulação de diferentes dimensões das respostas emocionais, seja por meio da alteração direta das condições ambientais, seja pela emissão de respostas que modificam a relação entre o organismo e o ambiente.
- A discriminação dos efeitos dessas respostas pelo indivíduo constitui parte do repertório, podendo influenciar sua manutenção e variabilidade.

A adoção de uma definição funcional de RE potencialmente contribui para maior clareza na operacionalização do construto, favorece a comparação entre estudos e aprimorar a precisão na mensuração de variáveis. No âmbito aplicado, pode auxiliar na identificação de comportamentos-alvo, na definição de contextos relevantes para intervenção e na avaliação da aquisição e generalização dos repertórios, representando um passo importante para o refinamento conceitual do campo e para o fortalecimento de suas aplicações práticas.

A comparação entre a definição encontrada no levantamento literário e a definição funcional aqui apresentada evidencia diferenças importantes no nível de análise do construto. A literatura interventiva define RE principalmente como os processos pelos quais os indivíduos

influenciam quais emoções têm, quando as têm e como as experienciam e expressam. Essa formulação permanece centrada na modificação de estados emocionais e na descrição de estratégias regulatórias. Em contraste, a definição funcional proposta desloca o foco da influência sobre emoções para a análise das relações entre comportamento e ambiente, compreendendo a RE como um conjunto de respostas emitidas sob determinadas condições e mantidas por contingências específicas.

Essa diferença implica uma mudança relevante na unidade de análise. Na formulação processual, o fenômeno é descrito em termos de estados internos e suas variações, enquanto na abordagem funcional o foco recai sobre classes de comportamento e suas relações com variáveis antecedentes e consequentes. Como resultado, a proposta preliminar permite maior precisão na identificação dos comportamentos envolvidos, das condições sob as quais ocorrem e dos efeitos que produzem.

A priorização da função do comportamento, em vez de sua forma, permite reduzir o risco de interpretações normativas sobre o que constitui uma regulação “adequada”. Em contraste com abordagens centradas em estratégias, nas quais a eficácia é frequentemente inferida a partir da topografia da resposta (como redução da intensidade emocional), a análise funcional considera o comportamento em relação às condições em que ocorre e aos efeitos que produz.

Assim, embora a definição processual tenha sido fundamental para a consolidação do campo, a incorporação de uma perspectiva funcional pode ampliar sua precisão analítica e sua utilidade em contextos interventivos, ao favorecer a identificação de comportamentos-alvo e das contingências que os mantêm.

Intersecção entre a perspectiva funcional de RE e a ABA

A delimitação conceitual construída na primeira etapa deste estudo permite avançar de uma discussão predominantemente descritiva da RE para uma análise propriamente aplicada do fenômeno. Ao assumir a RE em termos funcionais (como um conjunto de relações entre respostas, eventos antecedentes e consequentes) desloca-se o foco de definições abertas e frequentemente heterogêneas para a investigação das condições sob as quais repertórios regulatórios podem ser ensinados, mantidos e generalizados. É nesse ponto que a ABA se torna um referencial particularmente relevante.

Conforme Moore e Cooper (2003), a ABA se caracteriza como uma disciplina voltada à produção de conhecimento aplicado sobre problemas socialmente relevantes, com ênfase na investigação de relações funcionais e na disseminação de práticas baseadas em evidências. Nesse enquadre, não basta que uma intervenção produza alguma mudança observável; é necessário que ela seja socialmente significativa, tecnologicamente descrita, conceitualmente coerente, confiável e passível de generalização. Em outras palavras, a força da ABA não reside apenas na aplicabilidade, mas no compromisso de articular relevância social, precisão analítica e utilidade tecnológica.

Ao mesmo tempo, a literatura da própria área mostra que esse compromisso nem sempre se mantém intacto na produção contemporânea. Deitz (1978) já chamava atenção para um possível deslocamento do foco científico da ABA, alertando para o risco de a investigação das relações funcionais ceder lugar à busca por resultados positivos mais imediatos. Pouco depois, Hayes, Rincover e Solnick (1980) descreveram esse movimento como uma tendência da área se tornar progressivamente mais técnica e menos conceitual, com redução de análises de componentes e paramétricas, menor atenção à generalização e crescente ênfase na demonstração de que procedimentos “funcionam”, sem o mesmo investimento na compreensão das variáveis responsáveis por esse funcionamento. Essa crítica é particularmente importante

porque mostra que a tensão entre tecnologia e ciência não é um detalhe recente, ela atravessa a história da própria ABA.

Nas discussões mais atuais, esse problema não desaparece, mas assume novas formas. Em vez de um afastamento explícito da análise conceitual, observa-se, em muitos casos, um uso rígido e pouco reflexivo das próprias dimensões clássicas da ABA. Critchfield e Reed (2017) argumentam que, ao serem tratadas como um conjunto simultaneamente necessário e suficiente para definir o que conta como pesquisa aplicada legítima, as sete dimensões propostas por Baer, Wolf e Risley (1968) podem funcionar como um filtro excessivamente estreito. Nessa lógica, estudos socialmente relevantes, mas que não se encaixam perfeitamente em todos os critérios, tendem a ser desvalorizados ou excluídos. O resultado é paradoxo: um referencial originalmente criado para fortalecer o rigor e a relevância da área pode, quando aplicado de forma rígida, reduzir sua sensibilidade analítica e sua abertura metodológica.

Essa discussão ganha ainda mais força quando articulada à análise recente de Heward et al. (2022). Ao mapearem 350 domínios de comportamento socialmente significativo já estudados empiricamente pela ABA, os autores demonstram a abrangência da área, ao mesmo tempo que reconhecem um descompasso entre essa capacidade de aplicação e seu impacto efetivo em larga escala. Segundo eles, a ABA expandiu seu alcance, mas ainda concentra boa parte de sua produção em certos nichos, sobretudo autismo e déficits do desenvolvimento, enquanto muitos problemas amplos da vida cotidiana e da organização social seguem sem exploração. Várias dessas áreas contam apenas com evidência inicial, pouco replicada ou sem escala suficiente para produzir efeitos sociais duradouros. A ABA dispõe de um arcabouço promissor, mas ainda enfrenta dificuldades para transformar potencial teórico em impacto cumulativo e socialmente distribuído.

Essas críticas são especialmente relevantes para o caso da RE, e aqui o problema deixa de ser a relevância do tema, passando a ser a delimitação do comportamento-alvo. Em muitos

contextos, fala-se em “ensinar RE” antes que esteja suficientemente claro o que, exatamente, está sendo ensinado: classes de respostas específicas, repertórios de discriminação, estratégias verbais, padrões de autocontrole, manejo de contingências, ou uma combinação desses elementos. Isso torna a RE um terreno sensível ao risco de formalismo metodológico apontado por Critchfield e Reed (2017): intervenções podem parecer compatíveis com a linguagem da ABA, sem que haja uma descrição funcional clara do comportamento-alvo, das variáveis em operação ou dos critérios pelos quais a mudança será avaliada.

Por outro lado, justamente por sua complexidade, a RE também evidencia o quanto uma adesão meramente estrutural às dimensões da ABA pode ser insuficiente. Se o fenômeno é relacional, contextual e funcionalmente dependente, sua análise dificilmente se beneficia de um uso das dimensões como mero “checklist”. Em alguns casos, isso pode até favorecer a legitimação de intervenções que apresentam uma aparência de rigor, como por exemplo pelo uso de terminologia comportamental ou de procedimentos padronizados, sem que a análise funcional do fenômeno esteja realmente desenvolvida. Em outros, pode levar ao descarte de propostas potencialmente mais sofisticadas, apenas porque elas não se ajustam com facilidade aos formatos mais tradicionais de mensuração ou delineamento. A RE não só desafia a aplicação das dimensões da ABA como também revela os limites de uma leitura rígida dessas dimensões.

Ainda assim, esse não é um argumento para abandonar o referencial clássico, mas para retomá-lo com maior precisão e densidade conceitual. As sete dimensões propostas por Baer, Wolf e Risley (1968; 1987) (aplicada, comportamental, analítica, tecnológica, conceitualmente sistemática, eficaz e generalizável) permanecem fundamentais para avaliar a qualidade e a coerência de intervenções analítico-comportamentais. Como lembram revisões recentes, sua atualidade permanece evidente (Azoubel & Vilarés, 2023), inclusive em debates que propõem sua ampliação, como a inclusão da compaixão como dimensão relevante da prática aplicada

(Penney et al., 2023). O problema, portanto, não está na existência desses critérios, mas no modo como são utilizados: se como ferramentas para aprofundar a análise ou como marcadores formais de pertencimento disciplinar.

No presente estudo, a escolha desse referencial responde diretamente ao descompasso entre a expansão clínica do termo “treino de RE” e a frequente ausência de descrições funcionais e tecnológicas suficientemente claras das intervenções assim nomeadas. Em um cenário no qual a RE se tornou um alvo recorrente em serviços, protocolos e programas clínicos, torna-se necessário perguntar se ela está de fato sendo ensinada, em que termos isso ocorre e com que nível de coerência.

Além disso, diante de um cenário mais amplo de questionamentos éticos e sociais acerca de práticas realizadas em nome da ABA, torna-se urgente ampliar a precisão conceitual e a transparência na descrição das tecnologias empregadas. Esse contexto é ilustrado por debates recentes, como o dossiê “Denúncia ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania” (Junior, 2024), que reforçam a necessidade de maior rigor científico, ético e tecnológico na área.

A interpretação behaviorista radical oferece então um recurso decisivo. Conforme propõem Borba e Tourinho (2009), interpretações comportamentais consistentes devem ser relacionais, funcionais e selecionistas, evitando explicações mentalistas ou meramente fisiológicas, sendo avaliadas por sua utilidade instrumental e articulação com a rede conceitual da Análise do Comportamento. Aplicado à RE, isso significa que sua viabilidade como alvo de ensino não pode ser julgada a partir de rótulos ou descrições genéricas, mas a partir da possibilidade de reconstruí-la em termos funcionalmente inteligíveis: o que está sendo regulado, por quais respostas, sob quais condições e com quais efeitos.

O objetivo desta etapa não é então simplesmente verificar se intervenções em RE “cabem” dentro das dimensões da ABA, mas examinar em que medida o próprio conceito de

RE pode ser articulado de forma coerente com elas. A pergunta passa a ser, portanto, se é possível ensinar RE de modo que essa intervenção seja, ao mesmo tempo, socialmente relevante, observável em seus componentes comportamentais, funcionalmente analisável, tecnologicamente descrita, conceitualmente sistemática, suficientemente eficaz e passível de generalização. Em vez de tratar essa pergunta como uma formalidade classificatória, ela será assumida aqui como problema teórico e aplicado.

Metodologicamente, a análise será organizada a partir das sete dimensões da ABA, tomadas como categorias analíticas. Para cada uma delas, serão seguidos quatro movimentos:

- A descrição conceitual da dimensão com base nos textos clássicos;
- A análise da compatibilidade entre o conceito funcional de RE e os critérios implicados nessa dimensão;
- A identificação de potencialidades do ensino de RE nesse enquadre;
- A discussão dos principais desafios, limites e tensões encontrados na literatura.

O propósito não é apenas concluir se a RE pode ou não ser ensinada dentro de uma perspectiva analítico-comportamental, mas explicitar sob quais condições esse ensino preserva o rigor conceitual, metodológico e ético que a própria ABA exige de si mesma.

A Tabela 1 sintetiza de que modo a reconstrução funcional de RE reorganiza sua análise nas dimensões da ABA. Em vez de tomar a RE como um construto unitário e autoevidente, o quadro explica como sua definição em termos de relações funcionais permite maior precisão analítica, ao mesmo tempo em que evidencia tensões metodológicas, conceituais e éticas que permanecem abertas.

Tabela 1

Construção funcional da Regulação Emocional nas dimensões da Análise do Comportamento Aplicada

Dimensão da ABA	Exigência central da dimensão	RE em formulações tradicionais	RE em perspectiva funcional	Principais tensões/críticas
Aplicada	O comportamento-alvo e seus efeitos devem ter relevância social demonstrável	RE costuma ser tratada como alvo importante porque está associada a sofrimento psicológico, dificuldades sociais e prejuízos adaptativos	RE passa a ser entendida como conjunto de repertórios regulatórios com função relevante no contexto do indivíduo, cuja importância precisa ser demonstrada em termos de efeitos concretos e socialmente validados	O risco é presumir relevância apenas pela popularidade clínica do termo; sem definição funcional, a validade social tende a ser declarada e não demonstrada
Comportamental	O fenômeno deve ser definido em termos observáveis, mensuráveis e confiáveis	RE frequentemente aparece como habilidade, capacidade ou processo interno, de difícil delimitação observacional	RE é reconstruída como classe funcional de respostas públicas e privadas, analisada em relação a antecedentes, consequências e padrões de ocorrência ao longo do tempo	A dificuldade deixa de ser apenas “observar emoção” e passa a ser construir unidades analíticas compatíveis com a complexidade funcional do fenômeno
Analítica	É necessário demonstrar relações funcionais entre variáveis	RE costuma aparecer como variável de desfecho, inferida por escalas ou medidas agregadas	RE pode ser analisada em termos de contingências que alteram probabilidade, intensidade ou duração de respostas emocionais e regulatórias	Mesmo com definição funcional, muitos estudos ainda não isolam variáveis críticas nem demonstram controle funcional claro
Tecnológica	Os procedimentos devem ser descritos com precisão suficiente para replicação	Intervenções são frequentemente descritas por rótulos gerais (“treino de RE”, “mindfulness”, “aceitação”) sem detalhamento operacional	A perspectiva funcional exige descrição de respostas-alvo, condições evocadoras, consequências programadas, critérios de aquisição e condições de generalização	O principal problema é que o termo RE é usado como objetivo clínico, mas nem sempre como procedimento ensinável e replicável

Conceitualmente sistemática	Os procedimentos devem estar articulados a princípios da Análise do Comportamento	RE é frequentemente explicada por linguagem híbrida, com termos de diferentes tradições nem sempre traduzidos funcionalmente	RE é organizada conceitualmente como relação entre comportamento e ambiente, incluindo discriminação, modulação, exposição, repertórios alternativos e contingências mantenedoras	A reconstrução funcional aumenta coerência, mas a literatura ainda usa o termo de modo agregador e pouco analítico
Eficaz	A intervenção deve produzir mudanças robustas e relevantes	A eficácia costuma ser inferida por redução de sintomas, melhora em escores e maior “controle emocional”	Em perspectiva funcional, eficácia envolve modificação de repertórios claramente definidos, ampliação de possibilidades de interação com o ambiente e efeitos significativos para a qualidade de vida	Redução de respostas emocionais pode não significar melhora real; há risco de confundir supressão com adaptação
Generalidade	Os efeitos devem se manter e transferir para outros contextos, pessoas e momentos	A generalização muitas vezes é presumida a partir de melhora no setting de intervenção	RE, por ser um fenômeno contextual, exige transferência funcional para ambientes naturais, flexibilidade comportamental e manutenção sem suporte direto	A generalização não ocorre automaticamente; muitos estudos ainda operam em lógica de “treinar e esperar”

Aplicada

A dimensão aplicada, conforme proposta por Baer, Wolf e Risley (1968), refere-se à relevância social do comportamento-alvo e dos efeitos produzidos pela intervenção. Mais do que promover mudanças observáveis, uma prática analítico-comportamental deve incidir sobre repertórios que tenham impacto significativo na vida do indivíduo e de sua comunidade. Nesse sentido, a escolha do que ensinar não é neutra, pois envolve critérios de valor, utilidade e pertinência social.

Entretanto, o próprio significado do termo “aplicada” não é tão simples quanto pode parecer à primeira vista. Como discute Canaan-Oliveira (2003), a literatura da área abriga pelo menos três usos distintos desse termo: aplicação como prestação de serviço, aplicação como

forma de pesquisa e aplicação como articulação entre pesquisa e intervenção. Isso é importante porque mostra que a dimensão aplicada não pode ser reduzida à mera resolução prática de problemas, nem à simples presença de um contexto clínico ou educacional. O caráter aplicado de uma intervenção depende, mais profundamente, da forma como sua relevância social é definida, investigada e demonstrada. Não basta que um fenômeno seja valorizado no discurso profissional ou cotidiano, é preciso esclarecer em que sentido ele constitui, de fato, um alvo socialmente importante para uma análise analítico-comportamental.

Quando considerada sob essa perspectiva, RE aparenta aderência à dimensão aplicada. Dificuldades na regulação de respostas emocionais têm sido consistentemente associadas a diversos problemas clínicos, educacionais e sociais, incluindo comportamentos autolesivos, risco suicida, dificuldades interpessoais e prejuízos no funcionamento adaptativo (Gratz & Roemer, 2004; Marrero et al., 2023; Laporte et al., 2021; Eisenberg et al., 2000). Em contextos educacionais, tais dificuldades também se relacionam a problemas de engajamento, desempenho acadêmico e participação em atividades socialmente organizadas. No cenário contemporâneo, a RE tem sido amplamente demandada por famílias, escolas e serviços de saúde, consolidando-se como um alvo socialmente relevante e culturalmente valorizado.

No entanto, essa aparente compatibilidade exige uma análise mais cuidadosa quando considerada a partir de uma perspectiva funcional. A relevância social da RE não pode ser assumida apenas com base em sua popularidade ou em sua recorrência no discurso clínico. Torna-se necessário especificar, em termos comportamentais, quais repertórios estão sendo denominados como “RE” e em que medida sua modificação produz efeitos concretos, mensuráveis e socialmente validados no ambiente do indivíduo.

Essa questão é particularmente crítica diante do risco de circularidade conceitual: intervenções podem ser consideradas relevantes por se dedicarem à “RE”, ao mesmo tempo em que melhorias no funcionamento do indivíduo são tomadas como evidência de que a RE

foi ensinada. A discussão de Canaan-Oliveira (2003) ajuda a explicitar um problema central nesse ponto: quando o “aplicado” é entendido apenas como resposta a uma demanda prática, corre-se o risco de enfraquecer a exigência analítica de demonstrar funcionalmente o que está sendo modificado. Na ausência da definição funcional, a relevância social da RE tende a ser presumida, e não demonstrada.

Esse problema não é apenas teórico. Uma revisão sistemática recente sobre avaliações de validade social na literatura da ABA mostrou que esse aspecto, embora importante para a definição da dimensão aplicada, é frequentemente subutilizado e pouco integrado aos delineamentos de pesquisa. Em muitos casos, quando a validade social é avaliada, ela se restringe a medidas de satisfação com procedimentos ou resultados, geralmente aplicadas apenas ao final das intervenções e sem a participação de diferentes pessoas envolvidas no contexto do indivíduo, como familiares, professores ou outros profissionais. Além disso, constatou-se pouca atenção à relevância dos próprios objetivos da intervenção, justamente a questão fundamental sobre se aquilo que está sendo ensinado faz real diferença na vida do indivíduo (Leif et al., 2024). Esses achados reforçam a ideia de que a relevância social tende a ser presumida e não sistematicamente investigada, mesmo dentro de uma tradição que a coloca como critério essencial.

Quando descrita em termos funcionais como classes de respostas que alteram a probabilidade, a intensidade ou a duração de outras respostas sob determinadas condições antecedentes e consequentes, a RE pode ser analisada com maior precisão em relação à sua relevância. Torna-se possível investigar se o ensino de determinados repertórios (como discriminação de eventos privados, respostas alternativas sob controle de estímulos evocadores ou estratégias de manejo de contingências) produz mudanças que são efetivamente significativas e generalizáveis.

Ainda assim, a análise da RE na dimensão aplicada evidencia uma tensão importante: embora reconhecida como relevante, sua operacionalização frequentemente carece de especificidade suficiente para garantir que essa relevância seja atingida.

E talvez esse seja um dos pontos mais delicados dessa discussão, reconhecer que a RE é um tema importante não resolve, por si só, o problema de como ensiná-la de forma analítica, funcional e socialmente validada. Mais do que assumir que a RE constitui um alvo aplicado, é necessário demonstrar sob quais condições o ensino de repertórios regulatórios produz mudanças que sejam, de fato, valorizadas pelo indivíduo e por seu contexto.

Esse ponto se torna crítico quando se observa como muitos programas de “treino de RE” são conduzidos na prática. Frequentemente, a intervenção se orienta pela redução de respostas emocionais consideradas indesejáveis (como choro, irritação ou explosões comportamentais) sem uma análise mais cuidadosa das funções que essas respostas desempenham. Nesses casos, a RE pode ser tratada na prática como sinônimo de supressão, deslocando o foco da compreensão funcional para o controle imediato do comportamento.

Essa tendência tem sido também problematizada em discussões contemporâneas da área. Johnson (2025), por exemplo, ao analisar criticamente práticas analítico-comportamentais a partir da perspectiva de indivíduos autistas, argumenta que intervenções frequentemente priorizam a modificação de comportamentos considerados socialmente aceitáveis, mesmo quando isso implica a supressão de respostas que possuem funções relevantes para o próprio indivíduo. Nessa lógica, comportamentos são avaliados mais por sua conformidade com normas externas do que por sua função no repertório do sujeito, o que pode levar à produção de mudanças comportamentais que aparentam adaptação, mas não necessariamente promovem autonomia e bem-estar.

Esse risco é ainda maior em indivíduos com repertórios comunicativos restritos. Para muitos deles, respostas emocionais intensas funcionam como formas disponíveis de

comunicação e de modificação do ambiente. Reduzi-las sem o ensino de respostas alternativas pode significar restringir o repertório do indivíduo, diminuindo a expressão do problema sem, necessariamente, melhorar sua qualidade de vida.

O problema não está em reduzir respostas que geram prejuízo, mas em fazer isso sem alterar as condições que as produzem. Respostas emocionais não ocorrem isoladamente, elas fazem parte de relações funcionais que envolvem história de aprendizagem, contexto e repertórios disponíveis. Intervir apenas na topografia tende a produzir efeitos limitados ou temporários.

Quando a perspectiva do próprio indivíduo não é considerada, há um risco ético relevante. Intervenções podem ser consideradas bem-sucedidas com base em indicadores externos, como redução de comportamentos disruptivos, sem que se saiba se essas mudanças são realmente benéficas para quem as vivencia.

Analisar a RE na dimensão aplicada exige uma desconstrução importante: sair de uma lógica centrada na eliminação de respostas indesejadas e avançar para a construção de repertórios funcionais e contextualizados. Ensinar RE vai além de reduzir respostas, pois deveria ampliar as possibilidades do indivíduo de interagir com seu ambiente de forma mais eficaz e significativa.

Assim, a maior questão passa a ser sobre quais repertórios precisam ser ensinados, em que condições e com quais efeitos, para que o indivíduo possa lidar melhor com as demandas do seu contexto. A prática profissional envolvendo RE só pode ser considerada verdadeiramente aplicada quando seus efeitos se traduzem em mudanças concretas, significativas e socialmente validadas na vida do indivíduo. É no compromisso com a relevância real, e não apenas declarada, que se sustenta sua consistência.

Comportamental

Entre as dimensões propostas por Baer, Wolf e Risley (1968), a dimensão comportamental coloca um critério aparentemente simples, mas conceitualmente exigente: os alvos de intervenção devem ser definidos em termos observáveis, mensuráveis e passíveis de registro confiável. Em outras palavras, não basta que a mudança seja percebida, é necessário que aquilo que está sendo modificado possa ser identificado com clareza, acompanhado ao longo do tempo e descrito de forma que diferentes observadores possam concordar sobre sua ocorrência.

Quando o foco recai sobre a RE, o problema não se resume ao fato de que a RE pode ser descrita por termos amplos ou inferenciais, mas à própria natureza do fenômeno. Diferentemente de comportamentos tradicionalmente investigados na ABA, a RE não se apresenta como uma resposta única com topografia estável. Trata-se, antes, de uma classe funcional de comportamentos que varia em função do contexto e cuja organização se dá ao longo do tempo. Assim, a dificuldade não está apenas na observação, mas na definição da unidade de análise.

Essa dificuldade se reflete nas estratégias de mensuração adotadas na literatura. Uma primeira abordagem consiste no registro direto de respostas observáveis específicas, como choro, esquiva, verbalizações ou emissão de estratégias ensinadas (e.g., Heath et al., 2021; Abasi et al., 2021). Embora esse tipo de medida permita observação direta, tende a abordar apenas fragmentos do fenômeno, podendo desconsiderar as funções que tais respostas desempenham em diferentes contextos. Por exemplo, a redução de choro ou de comportamentos de esquiva pode ser interpretada como melhora na RE. Entretanto, o próprio choro, assim como a esquiva, pode constituir uma estratégia de RE, na medida em que modifica a interação do indivíduo com o ambiente, comunica desconforto ou altera contingências relevantes. Assim, a simples diminuição dessas topografias não indica, necessariamente, melhora, podendo apenas refletir a eliminação de respostas que anteriormente exerciam

funções adaptativas em determinado contexto. Da mesma forma, a emissão de uma estratégia ensinada (como distração ou reavaliação) não garante que o comportamento esteja funcionalmente integrado ao repertório do indivíduo, podendo ocorrer sob controle instrucional restrito ou em contextos pouco representativos.

Nesse sentido, a mesma topografia comportamental pode corresponder a funções distintas, assim como diferentes respostas podem exercer funções equivalentes, o que limita a interpretação baseada exclusivamente na forma do comportamento. Ao privilegiar indicadores observáveis isolados, essa abordagem corre o risco de reduzir a RE a um conjunto de respostas pontuais, sem considerar as condições sob as quais ocorrem e os efeitos que produzem ao longo do tempo.

Uma segunda estratégia envolve o uso de instrumentos psicométricos, nos quais a RE é inferida a partir de autorrelatos ou escores em escalas padronizadas. Nesse tipo de abordagem, o construto costuma ser operacionalizado por meio de medidas como DERS ou CERQ, utilizadas em estudos de intervenção e contextos clínicos. Em protocolos baseados em *mindfulness* ou terapias contextuais, mudanças em escores são frequentemente interpretadas como evidência de melhora na RE (e.g., Andersen et al., 2021; Zhu et al., 2023).

Embora esses instrumentos permitam padronização e comparação entre estudos, eles deslocam a análise para indicadores indiretos do fenômeno. Em muitos casos, a RE é tratada como equivalente ao escore obtido na escala, sem explicitação das classes de comportamento que compõem esse resultado. Além disso, tais medidas tendem a capturar percepções globais ou autorrelatos retrospectivos, o que dificulta a identificação das contingências específicas sob as quais os comportamentos regulatórios ocorrem e se alteram.

Como consequência, mudanças nos escores podem refletir variações na forma como o indivíduo descreve sua experiência emocional, sem que isso corresponda necessariamente a alterações consistentes no repertório comportamental em contextos naturais. Assim, embora

úteis como indicadores complementares, essas medidas apresentam limitações quando utilizadas como principal evidência de RE, especialmente sem dados que permitam analisar a função do comportamento.

Uma terceira possibilidade, ainda menos explorada, consiste na análise de padrões comportamentais distribuídos ao longo do tempo. Nessa abordagem, o foco se deslocaria da ocorrência de respostas isoladas para regularidades mais abrangentes, como variações na probabilidade de resposta, flexibilidade diante de mudanças contextuais e sensibilidade às contingências ambientais. Em intervenções e serviços prestados, esse tipo de análise pode ser observado na avaliação de mudanças na frequência e na variabilidade de respostas emocionais ao longo de múltiplas sessões, ou na capacidade do indivíduo de adaptar suas respostas a diferentes demandas situacionais, em vez de apenas emitir estratégias específicas treinadas.

Em intervenções baseadas em DBT ou *Acceptance and Commitment Therapy* (Terapia de Aceitação e Compromisso [ACT]), embora a mensuração inclua indicadores pontuais, alguns estudos começam a considerar mudanças mais amplas no padrão de funcionamento, como maior variabilidade comportamental, redução da rigidez nas respostas e aumento da responsividade ao contexto (e.g., Heath et al., 2021; Yuan et al., 2024). Esses indicadores apontam para uma compreensão implícita da RE como um repertório distribuído e dependente de contexto.

Alinhada a perspectivas molares do comportamento (Baum, 2002; Rachlin, 2017) e à tradição contextualista da Análise do Comportamento (Morris, 1988; Pelaez, 1994), essa leitura permite compreender a RE não como um evento pontual, mas como um padrão organizado de interação entre organismo e ambiente ao longo do tempo. Regular emoções, portanto, não se reduz à emissão de respostas específicas, mas envolve a construção de repertórios que se mantêm ao longo do tempo, variam conforme o contexto e produzem consequências agregadas.

Essas mudanças no modelo de análise têm implicações importantes. Ao considerar padrões em vez de episódios isolados, é possível avaliar não apenas se o indivíduo emite determinadas respostas, mas como essas respostas se organizam ao longo de diferentes situações e ao longo do tempo. Isso implica reconhecer que a função do comportamento não pode ser plenamente compreendida sem a consideração das variáveis contextuais (atuais e históricas) que participam da configuração dessas relações. Torna-se possível identificar, por exemplo, se um repertório regulatório é flexível, se generaliza para novos contextos e se se mantém na ausência de controle instrucional direto.

Mais do que registrar a ocorrência de comportamentos específicos, a análise molar amplia a compreensão da RE ao considerar a organização funcional desses comportamentos em contextos naturais. Trata-se de uma mudança de foco que não abandona a exigência de observação, mas a reposiciona em um enfoque mais compatível com a complexidade do fenômeno, incorporando a noção de que contingências e contexto interagem de forma dinâmica na determinação do comportamento ao longo do desenvolvimento.

Dessa forma, seria possível viabilizar questões importantes para a própria noção de observação. O critério comportamental não exige que todo fenômeno seja reduzido a respostas discretas, mas que seja possível identificar, de forma consistente, as relações funcionais que o constituem. A questão principal não é se a RE envolve eventos privados, mas como esses eventos se articulam com respostas públicas e com as contingências que controlam sua ocorrência. Quando tratada apenas como um processo interno ou uma capacidade abstrata, a RE se afasta da análise comportamental, mas quando descrita em termos de relações entre respostas, antecedentes e consequências, torna-se passível de investigação mais precisa.

Além disso, a dimensão comportamental envolve também a questão da confiabilidade. Definições operacionais pouco precisas, limites pouco claros entre episódios e ausência de critérios consistentes de registro comprometem a concordância entre observadores e a

replicabilidade dos achados. Esse problema é particularmente relevante no caso da RE, em que a variabilidade situacional e a multiplicidade de formas de resposta tornam a delimitação do comportamento-alvo mais difícil. A exigência de mensuração não se resolve apenas com a identificação de respostas observáveis, mas requer definições que preservem a função do comportamento e permitam consistência na sua identificação.

Analisar a RE a partir de episódios isolados é insuficiente. Respostas emocionais e regulatórias são selecionadas ao longo de histórias de interação com o ambiente e se organizam em padrões que se estendem no tempo. Como argumentado por Baum (2002), relações imediatas entre estímulos e respostas não esgotam a explicação de fenômenos comportamentais complexos, é necessário considerar padrões de ação e suas consequências agregadas. Nessa direção, a RE pode ser compreendida como uma organização funcional do comportamento, expressa em regularidades, variações e escolhas em diferentes contextos.

Logo, mais do que garantir que respostas específicas possam ser observadas, a análise comportamental da RE exige a construção de unidades analíticas que preservem sua natureza funcional. O desafio não está em tornar o fenômeno observável, mas em evitar que, ao fazê-lo, ele seja reduzido a recortes que perdem justamente aquilo que o caracteriza: sua organização contextual, histórica e relacional.

Analítica

A dimensão analítica (Baer, Wolf & Risley, 1968) consiste na demonstração de relações funcionais entre variáveis. Ela se refere à evidência de que mudanças no comportamento são sistematicamente produzidas pela manipulação de condições específicas. Logo, não basta que uma intervenção esteja correlacionada a mudanças comportamentais, é necessário demonstrar que essas mudanças ocorrem em função das variáveis introduzidas, e não de fatores não controlados.

Quando considerada no campo da RE, essa exigência revela um descompasso importante entre o uso do termo na literatura e o tipo de evidência produzida pelos estudos. Embora a RE seja frequentemente descrita como alvo de intervenção, nem sempre os delineamentos empregados permitem identificar relações funcionais claras envolvendo esse construto.

Como visto anteriormente, uma parcela significativa da literatura baseia-se em delineamentos nos quais a RE é tratada como variável de desfecho, avaliada por meio de escalas pré e pós-intervenção. Nesses casos, a RE não é diretamente manipulada, mas inferida a partir de mudanças associadas à intervenção, o que limita a identificação de relações funcionais específicas entre procedimentos e comportamento. Ainda que se observe melhora em escores, raramente se investiga se tais mudanças são mediadas por alterações em repertórios comportamentais, fazendo com que a RE opere como variável intermediária pressuposta, mas não testada, fragilizando a cadeia causal entre intervenção, processo e resultado.

Mesmo em estudos com delineamento experimental ou quase-experimental, foi notável a ausência de análise de componentes ou de manipulações que permitiriam identificar quais elementos da intervenção são responsáveis pelas mudanças observadas. Intervenções como programas baseados em DBT ou terapias específicas são frequentemente avaliadas como pacotes, dificultando a identificação das variáveis críticas envolvidas. Os resultados são majoritariamente apresentados de forma agregada, sem isolamento dos componentes responsáveis pelas mudanças.

No ensaio clínico randomizado conduzido por Asarnow et al. (2021), que avaliou a eficácia da DBT para adolescentes com comportamento suicida e automutilação, observa-se esse padrão. Embora o estudo represente um avanço importante ao investigar a RE como mecanismo de mudança, a intervenção é implementada como um conjunto integrado de componentes que inclui psicoterapia individual, treino de habilidades em grupo multifamiliar,

coaching telefônico e envolvimento parental, sendo os efeitos analisados em nível global do pacote terapêutico.

Ainda que análises de mediação indiquem que melhorias em RE estão associadas à remissão de comportamentos de automutilação, não há isolamento experimental dos diferentes componentes da intervenção, o que limita a identificação de quais procedimentos específicos são responsáveis pelas mudanças observadas.

De fato, em muitos casos a literatura demonstra eficácia, mas não necessariamente análise. Como apontado desde Hayes, Rincover e Solnick (1980), a ênfase em demonstrar que intervenções “funcionam” pode ocorrer em detrimento da identificação das variáveis responsáveis por esse funcionamento, uma vez que a demonstração de efeito não equivale à demonstração de controle experimental. Mudanças consistentes podem ser observadas mesmo na ausência de manipulação sistemática de variáveis específicas, o que torna insuficiente a inferência de relações funcionais apenas a partir de diferenças entre condições ou momentos de avaliação. No caso da RE, isso se traduz em intervenções que produzem mudanças mensuráveis, mas cuja relação funcional com o construto é pouco especificada.

Outro aspecto relevante refere-se ao nível em que a RE é tratada nas análises. O construto comumente aparece como variável única, sem decomposição em unidades analíticas menores. Isso dificulta a identificação de relações funcionais específicas, uma vez que diferentes processos como discriminação de estados internos, emissão de respostas alternativas ou modificação de contingências ambientais podem estar envolvidos sob a mesma denominação. Sem essa decomposição, é difícil estabelecer quais relações estão efetivamente sendo testadas.

A própria definição de RE influencia diretamente a possibilidade de análise. Quando o construto é definido superficialmente, como “capacidade de gerenciar emoções”, sua operacionalização tende a ocorrer por meio de indicadores indiretos ou agregados, o que limita

a precisão. Por outro lado, definições mais específicas, que identificam classes de respostas e condições de ocorrência, favorecem delineamentos mais sensíveis à detecção de relações funcionais.

Isso não significa que a RE não possa ser analisada dentro da dimensão analítica, mas sim que sua análise exige um nível de especificação que nem sempre está presente na literatura atual. Intervenções que manipulam diretamente contingências relacionadas ao comportamento emocional (por exemplo, ao alterar condições antecedentes, reforçamento diferencial ou acesso a estratégias específicas) poderiam possibilitar a observação de efeitos mais claramente atribuíveis às variáveis manipuladas. No entanto, esses delineamentos ainda são minoritários no conjunto da produção analisada.

Diante disso, a análise da RE sob a dimensão analítica evidencia uma tensão entre o status do construto como alvo de intervenção e o nível de evidência funcional produzido pelos estudos. Embora a literatura apresente avanços importantes na demonstração de eficácia de intervenções, há uma lacuna na identificação precisa das relações entre procedimentos e mudanças comportamentais.

Assim, mais do que perguntar se intervenções em RE produzem efeitos, é necessário examinar em quais condições esses efeitos ocorrem e quais variáveis os controlam. A dimensão analítica encontra sua contribuição mais crítica para o refinamento do campo no direcionamento da demonstração de eficácia para a análise de relações funcionais.

Tecnológica

Conforme proposto por Baer, Wolf e Risley (1968), a clareza e a precisão com que os procedimentos de intervenção são descritos são o objeto de interesse da dimensão tecnológica. Uma intervenção é considerada tecnológica quando pode ser replicada por outro profissional a partir de sua descrição, sem depender de inferências, interpretações ou conhecimento implícito

do aplicador. Trata-se de tornar explícito o que é feito, como é feito e sob quais condições é feito.

O objetivo central de muitas intervenções consiste em “treinar RE”, “promoção de RE”, mas a descrição dos procedimentos diretamente responsáveis por esse efeito permanece genérica ou dependente de outros modelos, onde múltiplos componentes são introduzidos simultaneamente, dificultando a identificação das variáveis responsáveis pelos efeitos observados. Em estudos como os de Bonfatti et al. (2021) e Cañabate et al. (2020), a promoção de RE é conduzida a partir da combinação de diferentes estratégias, incluindo atividades lúdicas, práticas corporais, exercícios de respiração e técnicas de atenção plena aplicadas de forma integrada ao longo de sessões estruturadas. Embora tais intervenções apresentem resultados positivos em medidas pré e pós-teste, o delineamento adotado não permite discriminar quais elementos específicos do conjunto foram responsáveis pelas mudanças observadas. Além disso, a demonstração de relações funcionais entre os procedimentos implementados e a ocorrência de respostas regulatórias é limitada, mantendo a análise restrita a níveis descritivos e agregados dos efeitos da intervenção.

É comum que no campo da prestação de serviços as intervenções sejam descritas a partir de seus enquadres teóricos como DBT, ACT ou mesmo protocolos de *mindfulness*, sem especificação clara das contingências envolvidas no processo. A intervenção é identificada pelo nome do modelo, e não pelos comportamentos que são ensinados, pelas condições sob as quais ocorrem ou pelos critérios que definem seu sucesso. Ainda que manuais existam em modelos como esses, sua transposição para a prática nem sempre preserva o nível de detalhamento necessário para replicação analítica.

Essa dificuldade não é exclusiva do campo da RE. Análises sobre a própria estrutura de planos comportamentais mostram que, mesmo em contextos explicitamente analítico-comportamentais, há grande variabilidade na forma como intervenções são descritas, com

ausência de consenso sobre quais componentes são essenciais e pouca padronização na organização dos procedimentos (Quigley et al., 2018). Isso sugere que, mesmo quando há esforço de sistematização, a dimensão tecnológica nem sempre se traduz em descrições suficientemente precisas para garantir replicação consistente.

Outro ponto relevante refere-se à ausência de critérios explícitos de aquisição e generalização. Em alguns estudos, considera-se que a habilidade foi aprendida quando há melhora em medidas ou redução de comportamentos considerados problemáticos. No entanto, raramente são definidos critérios comportamentais que indiquem, de forma objetiva, que um repertório regulatório foi estabelecido. Também é incomum a descrição sistemática de procedimentos voltados à generalização para diferentes contextos, pessoas ou situações emocionalmente relevantes.

Um exemplo desse padrão pode ser observado no estudo de Carbonero-Martín et al. (2022), que avaliou um programa de educação emocional para professores e identificou melhorias significativas em medidas de autorrelato de inteligência emocional (percepção, compreensão e regulação). Apesar da estruturação do programa e do uso de estratégias experienciais e reflexivas, os critérios de aquisição permanecem ancorados exclusivamente em mudanças naquelas medidas, sem a definição de respostas-alvo observáveis ou de parâmetros que permitam verificar a instalação do repertório em termos comportamentais. Da mesma forma, o programa inclui atividades de aplicação prática e incentivo à reflexão fora das sessões, mas não há descrição sistemática de procedimentos programados para promover e avaliar a generalização do repertório para contextos naturais.

Já o estudo de Elzohairy et al. (2024) investigou os efeitos de um programa de treinamento em *mindfulness* para crianças com TDAH e, embora a intervenção apresente uma estrutura clara de sessões, com ensino progressivo de habilidades como atenção ao momento presente, observação de pensamentos e RE, os efeitos são avaliados predominantemente por

meio de escalas padronizadas. Nesse contexto, a aquisição do repertório é inferida a partir da variação nesses indicadores baseados em autorrelato, sem a explicitação de critérios comportamentais que definam o domínio das habilidades ensinadas.

Ainda que o programa inclua tarefas de casa e envolvimento familiar como estratégias para favorecer a aplicação das habilidades no cotidiano, não são descritos procedimentos sistemáticos de programação de generalização, de modo que a generalização permanece assumida como um efeito esperado. Tais limitações se articulam à dimensão da generalidade, entretanto, sob a perspectiva tecnológica, evidenciam também a ausência de especificação dos procedimentos responsáveis por produzir e avaliar tais efeitos.

Esse problema não é apenas metodológico, mas conceitual. Quando o construto não é definido em termos comportamentais claros, é difícil especificar o que exatamente deve ser ensinado. Como resultado, a intervenção tende a se organizar em torno de rótulos que orientam a prática, mas não delimitam seus componentes operacionais. Nesse cenário, o que se denomina como “treino de RE” pode abranger desde instruções verbais pontuais até programas estruturados de ensino, sem distinção clara entre esses modos de intervenção.

O desenvolvimento de intervenções que descrevam ações com base em princípios analítico-comportamentais mais explícitos como treino de discriminação de eventos privados, ensino de respostas alternativas sob controle de estímulos evocadores ou mesmo a manipulação direta de contingências parece uma alternativa viável em busca de descrição dos procedimentos. Nesses casos, identifica-se não apenas o que é ensinado, mas como o ensino ocorre, quais variáveis são manipuladas e como os efeitos são avaliados. Ainda assim, esse tipo de detalhamento permanece minoritário no conjunto da literatura analisada e da prestação de serviços.

A análise da RE sob a dimensão tecnológica evidencia, portanto, uma assimetria importante: enquanto o termo é fortemente utilizado para nomear objetivos de intervenção, os

procedimentos que deveriam sustentá-lo nem sempre são descritos com precisão suficiente para permitir replicação e análise. O risco é que a RE funcione como um marcador de intenção clínica, e não como um conjunto de procedimentos tecnologicamente definidos.

Tal cenário tem implicações diretas para a prática. Sem descrição clara dos procedimentos, torna-se difícil avaliar a integridade da intervenção, comparar resultados entre estudos ou mesmo identificar quais elementos são responsáveis pelas mudanças observadas. Mais do que isso, abre-se espaço para diversas variações na aplicação de programas que compartilham o mesmo rótulo, mas diferem substancialmente em sua implementação. Como discutem Detrich e Critchfield (2025), a produção de tecnologias eficazes não assegura, por si só, sua disseminação ou uso em larga escala, evidenciando que a adoção de práticas também é um fenômeno comportamental que precisa ser analisado. Assim, descrições pouco precisas não apenas dificultam a replicação, mas também limitam o acesso, a implementação e a sustentabilidade das intervenções.

Desse modo, a dimensão tecnológica desloca a discussão da RE de “o que se pretende ensinar” para “como isso é efetivamente ensinado”. Essa mudança não apenas permite avaliar a consistência das intervenções existentes, mas também aponta um caminho promissor para o avanço do campo. Maior especificação dos procedimentos, incluindo a descrição das respostas-alvo, das condições de ensino e dos critérios de aquisição, favorece a replicação dos estudos, a identificação das variáveis críticas e a disseminação de práticas mais acessíveis e sistematizadas. O refinamento tecnológico, portanto, não se limita a uma exigência metodológica, mas aumenta concretamente as possibilidades de ensino e treino de repertórios de RE em diferentes contextos aplicados.

Conceitualmente sistemática

A dimensão conceitual refere-se à coerência entre os procedimentos utilizados e os princípios teóricos que fundamentam a Análise do Comportamento (Baer, Wolf & Risley,

1968). Mais do que utilizar técnicas eficazes, o objetivo é garantir que as intervenções estejam ancoradas em um corpo conceitual consistente, de modo que os procedimentos empregados possam ser compreendidos com base nas relações funcionais já estabelecidas. É necessário ir além de uma intervenção que produza efeitos, buscando que esses efeitos sejam interpretáveis dentro do arcabouço analítico-comportamental.

Diferente de questões relacionadas à mensuração ou à descrição de procedimentos, a dimensão conceitual diz respeito à forma como o fenômeno é pensado, nomeado e integrado teoricamente. E é justamente nesse nível que a RE, com frequência, passa a operar de maneira ambígua.

Termos e explicações que não são ancorados em princípios comportamentais acabam sendo introduzidos por profissionais para descrever práticas no campo analítico-comportamental. Expressões como “processamento emocional”, “regulação interna” ou “habilidade de lidar com emoções” aparecem frequentemente sem tradução funcional clara, funcionando mais como rótulos sumários do que como unidades conceituais definidas. Ainda que os procedimentos possam ser compatíveis com a ABA, sua descrição conceitual se aproxima de modelos explicativos distintos, produzindo uma combinação teórica nem sempre explicitada.

Esse deslocamento não ocorre de forma isolada, mas acompanha transformações dentro da própria área. Análises recentes indicam que a dimensão conceitual da ABA tem, progressivamente, se organizado menos em torno de processos comportamentais básicos e mais a partir de sistemas conceituais orientados por procedimentos e aplicações (Araiba, 2024). Nesse cenário, conceitos passam a ser definidos pelo que permitem fazer e não necessariamente pelas relações funcionais que descrevem, favorecendo um uso pragmático, mas nem sempre sistemático do aparato conceitual. O resultado é a coexistência de várias formas de descrever o comportamento que, embora úteis, nem sempre se articulam entre si de maneira coerente.

No caso da RE, esse movimento é particularmente evidente. Quando o conceito é utilizado de forma pouco delimitada, ele participa de processos distintos sob uma mesma denominação, dificultando a análise das relações entre comportamento e ambiente. Mais do que um problema terminológico, trata-se de uma perda de precisão conceitual: diferentes classes de respostas, controladas por variáveis distintas, passam a ser tratadas a priori como se fossem manifestações de um mesmo fenômeno.

Além disso, observa-se que a justificativa teórica das intervenções em muitos estudos não acompanha o nível de detalhamento metodológico. Procedimentos são aplicados e avaliados, mas nem sempre se explicita sua relação com princípios básicos como reforçamento, controle de estímulos, operações motivadoras ou história de aprendizagem. Com isso, mesmo quando há evidência de eficácia, a interpretação dos resultados tende a se afastar de uma análise funcional mais rigorosa, dificultando o acúmulo sistemático de conhecimento.

Nesse ponto, fenômenos como a RE tensionam os limites das formas tradicionais de investigação na área. Propostas oriundas das chamadas Terapias Contextuais têm sugerido que a Análise do Comportamento, ao lidar com fenômenos complexos, pode se beneficiar da incorporação de estratégias que ampliem o acesso às dimensões experienciais e às variáveis contextuais envolvidas na determinação do comportamento (Hayes et al., 2012). O foco desloca-se de categorias diagnósticas ou descrições topográficas para a identificação de processos que operam ao longo do tempo e em interação com contextos históricos e situacionais, tendo como objetivo central a previsão e a influência do comportamento com precisão, amplitude e profundidade.

Nesse sentido, Ciarrochi et al. (2021) argumentam que o paradigma tradicional da ciência das intervenções, centrado em protocolos para categorias diagnósticas, tende a obscurecer os processos de mudança que operam de forma dinâmica e contextualizada. Essa discussão não implica uma ruptura com o behaviorismo, mas evidencia que a complexidade de

certos fenômenos pode não ser plenamente capturada por descrições conceituais rigidamente delimitadas.

Ao mesmo tempo em que a RE demanda integração conceitual, ela também expõe os limites de abordagens que operam com categorias amplas sem reconstrução funcional explícita. Sem esse esforço, há o risco de que termos oriundos de outras tradições sejam incorporados sem a devida tradução analítico-comportamental, enfraquecendo a coerência interna das intervenções. A RE funciona aqui como um conceito “ponte”, mas sem necessariamente manter consistência com os princípios que deveriam organizá-la.

Por outro lado, quando a RE é descrita em termos de relações funcionais e envolvendo classes de respostas públicas e privadas, sob controle de condições antecedentes e consequências específicas, torna-se possível integrá-la de maneira mais consistente ao campo da Análise do Comportamento. Isso não implica reduzir sua complexidade, mas organizá-la conceitualmente de modo que diferentes processos possam ser distinguidos, analisados e relacionados a variáveis ambientais identificáveis.

Ainda assim, esse tipo de reconstrução conceitual permanece menos frequente na literatura. Em muitos casos, o avanço metodológico das intervenções não é acompanhado por um refinamento conceitual equivalente. O resultado é um campo que acumula evidências de eficácia, mas nem sempre avança com a mesma consistência na delimitação do que, exatamente, está sendo ensinado.

Diante disso, a dimensão conceitual convida a um tipo diferente de rigor: não apenas fazer funcionar, nem apenas descrever com precisão, mas sustentar teoricamente o que se faz. No caso da RE, isso implica um esforço contínuo de tradução conceitual, no qual os termos utilizados são reconstruídos à luz de relações funcionais. Esse movimento entre expansão e precisão pode favorecer que a RE deixe de operar como uma categoria apenas descritiva e passe a funcionar como um conceito analiticamente útil.

Eficaz

A questão da eficácia ocupa um lugar importante e, ao mesmo tempo, potencialmente enganoso nas discussões sobre intervenções em RE. Frequentemente, intervenções são consideradas bem-sucedidas quando produzem melhora, seja na forma de redução de sintomas, aumento de escores ou relatos de maior controle emocional. Essa associação aparentemente intuitiva entre mudança observada e eficácia se torna mais complexa quando se examina o que, exatamente, está sendo tomado como evidência dessa melhora. Na tradição da ABA, a dimensão eficaz conforme proposta por Baer, Wolf e Risley (1968) não se limita à ocorrência de mudanças, mas envolve a produção de efeitos suficientemente robustos e significativos no comportamento-alvo. Assim, a questão não é apenas se houve mudança, mas que tipo de mudança ocorreu, em que condições e em relação a quais classes de comportamento.

Partindo do cenário atual de RE, essa dimensão é aparentemente atendida. Um número crescente de estudos relata melhorias em indicadores associados à RE após intervenções clínicas, educacionais ou baseadas em habilidades específicas. Reduções em sintomas, aumento em escores de autorregulação e melhora em medidas de funcionamento global costumam ser interpretados como evidência de que a RE foi, de fato, ensinada e fortalecida.

Entretanto, uma análise mais cuidadosa revela que a noção de eficácia, nesse campo, nem sempre está diretamente vinculada à modificação de classes comportamentais claramente definidas. A evidência de eficácia frequentemente repousa sobre medidas indiretas, como escores em instrumentos psicométricos ou autorrelatos (como CERQ e DERS), o que desloca a avaliação da mudança para indicadores que nem sempre permitem identificar quais repertórios foram efetivamente alterados, sob quais condições e com quais consequências.

Essa forma de mensuração introduz uma questão relevante: em que medida mudanças em indicadores de RE refletem transformações no comportamento, e não apenas alterações na forma como o indivíduo descreve ou interpreta sua experiência emocional? Embora essas

medidas sejam úteis para captar dimensões subjetivas importantes, sua utilização como principal evidência de eficácia pode obscurecer a análise das relações funcionais envolvidas. A eficácia tende a ser inferida indiretamente, não diretamente demonstrada em termos comportamentais.

Além disso, a própria definição do que conta como “melhora” em RE não é explicada com precisão. Em diversos estudos, a redução de respostas emocionais intensas ou de comportamentos considerados problemáticos é tomada como indicador suficiente de eficácia. No entanto, como discutido anteriormente, tais respostas frequentemente desempenham funções relevantes no repertório do indivíduo. Sua diminuição, quando não acompanhada pela construção de alternativas funcionais, pode representar não uma ampliação de repertório, mas uma restrição comportamental.

Uma questão adicional se impõe quando se examina a eficácia de intervenções em RE: em que medida a redução ou o controle de respostas emocionais constitui um indicador de melhora na qualidade de vida do indivíduo. Parte significativa dos programas de intervenção tende a operar com uma lógica implícita na qual a diminuição da intensidade ou da frequência de respostas emocionais é tomada como objetivo prioritário e essa suposição merece ser problematizada. Respostas emocionais, mesmo quando intensas, podem desempenhar funções relevantes, como sinalizar necessidades, mediar interações sociais ou produzir alterações no ambiente.

Essa modulação não é necessariamente sinônimo de benefício, especialmente quando ocorre sem a ampliação concomitante de repertórios expressivos e discriminativos. É possível observar que aspectos como o treino de expressividade emocional, o aumento da exposição a eventos emocionalmente relevantes e o desenvolvimento de respostas alternativas diante de tais eventos tendem a receber menor ênfase na literatura, apesar de seu potencial impacto sobre a qualidade das interações e sobre a adaptação do indivíduo ao seu contexto. A eficácia não

pode ser reduzida à capacidade de atenuar respostas, mas deve ser analisada em termos de como as intervenções ampliam ou restringem as possibilidades do indivíduo de entrar em contato com eventos emocionais e responder a eles de maneira funcionalmente sensível ao ambiente.

Essa limitação se torna ainda mais evidente quando se considera que a avaliação de eficácia tem historicamente se concentrado predominantemente em resultados positivos, com menor atenção a dimensões como qualidade de vida, experiência subjetiva e possíveis efeitos adversos das intervenções (Leaf et al., 2022). Logo, mudanças comportamentais observadas podem coexistir com impactos negativos ou com ausência de melhorias significativas na experiência do indivíduo, evidenciando que a eficácia, tal como frequentemente medida, não esgota a análise dos efeitos de uma intervenção.

Nesse ponto, a dimensão eficaz se articula diretamente com a dimensão aplicada. Uma intervenção pode produzir mudanças mensuráveis sem que essas mudanças sejam, de fato, significativas do ponto de vista funcional ou social. A eficácia não pode ser dissociada da relevância: mudanças precisam ser avaliadas não apenas por sua ocorrência, mas por seus efeitos sobre a capacidade do indivíduo de interagir com seu ambiente de forma mais adaptativa, flexível e autônoma. Essa concepção amplia a noção de eficácia para além da obtenção imediata de resultados, aproximando-a da questão da manutenção e extensão dos efeitos, aspectos examinados de forma específica na dimensão da generalidade.

Outro aspecto importante refere-se à estabilidade e à consistência dos efeitos produzidos. Frequentemente a eficácia é avaliada a partir de comparações entre momentos pré e pós-intervenção, sem acompanhamento sistemático da manutenção das mudanças ao longo do tempo ou de sua ocorrência em contextos variados. Isso limita a compreensão sobre a robustez dos efeitos, uma vez que mudanças observadas em condições estruturadas de

intervenção podem não se sustentar na retirada do suporte contínuo ou fora do ambiente de treino.

Adicionalmente, a eficácia costuma ser atribuída a intervenções complexas, compostas por múltiplos componentes, sem que se identifique quais elementos são responsáveis pelos efeitos observados. Em casos assim, a intervenção é considerada eficaz como um todo, mas permanece pouco claro quais procedimentos são críticos para a produção da mudança. Essa limitação, já discutida na dimensão analítica, tem implicações diretas para a interpretação da eficácia, uma vez que efeitos positivos não necessariamente indicam compreensão das variáveis que os produziram.

Ainda assim, isso não implica negar a existência de evidências positivas no campo da RE, mas situá-las de forma crítica. Os dados disponíveis indicam que intervenções nomeadas como voltadas à RE podem produzir mudanças consistentes em diferentes indicadores. No entanto, a análise da dimensão eficaz sugere que tais mudanças nem sempre são avaliadas em termos de sua correspondência com repertórios comportamentais funcionalmente definidos.

O refinamento na forma como a eficácia é concebida e investigada é necessário. Em uma perspectiva analítico-comportamental, a eficácia de intervenções em RE poderia ser mais adequadamente avaliada a partir de critérios como: (1) a modificação de classes de resposta claramente definidas; (2) a demonstração de que essas mudanças ocorrem sob condições específicas identificáveis; (3) a produção de efeitos que ampliem as possibilidades de interação do indivíduo com seu ambiente; e (4) a consistência desses efeitos ao longo do tempo e em diferentes contextos.

A incorporação sistemática desses critérios pode apresentar desafios experimentais, especialmente diante de demandas por controle de variáveis, padronização de procedimentos e delimitação de unidades de análise. Porém, tais limitações não justificam sua exclusão das possibilidades de análise. Em contextos clínicos e de prestação de serviços esses critérios

podem ser incorporados de maneira mais direta e sensível, orientando a avaliação da intervenção a partir de indicadores funcionalmente relevantes para cada caso individualmente. Paralelamente, o próprio contexto experimental pode avançar no desenvolvimento de delineamentos, instrumentos e procedimentos que permitam captar, mesmo que parcialmente, aspectos como a ampliação de repertórios, a flexibilidade comportamental e a adaptação a contextos variados, indicando direções possíveis para o refinamento da produção na área.

O foco se volta para como, para quem e sob quais condições as intervenções produzem mudanças que possam ser consideradas eficazes. Esse deslocamento não reduz a importância da dimensão eficaz, mas a reposiciona em um nível de análise mais compatível com a complexidade do fenômeno, evitando que a eficácia seja tratada como um dado autoevidente e permitindo que ela seja investigada como uma propriedade relacional entre comportamento, ambiente e intervenção.

Generalidade

Por fim, a discussão sobre generalidade coloca a análise das intervenções em RE em um ponto decisivo: não basta que mudanças ocorram, é necessário que elas se mantenham e se reorganizem diante da variabilidade do ambiente. Baer, Wolf e Risley (1968) já indicavam que uma intervenção só pode ser considerada plenamente bem-sucedida quando seus efeitos se estendem para além das condições nas quais foi originalmente implementada, persistindo ao longo do tempo, em diferentes contextos e sem o controle direto das contingências programadas. A generalidade, não se refere apenas à permanência da mudança, mas à sua transferência funcional para situações relevantes do cotidiano.

Diferentemente de comportamentos discretos e delimitados, a RE envolve padrões de resposta que se distribuem ao longo de múltiplos contextos, interações e momentos temporais. Regular emoções não ocorre em condições estáveis ou previsíveis, depende da sensibilidade do indivíduo às variações contextuais, à presença de diferentes estímulos evocadores e à

disponibilidade de repertórios alternativos diante dessas condições. Portanto, a generalidade constitui um elemento intrínseco à própria definição funcional da RE.

Apesar disso, a literatura sobre intervenções em RE apresenta limitações importantes na avaliação dessa dimensão. Em grande parte dos estudos levantados, a generalização não é abordada ou é inferida a partir de mudanças observadas em contextos controlados ou por meio de medidas aplicadas em momentos específicos, sem acompanhamento sistemático da ocorrência desses comportamentos em ambientes naturais. A transferência dos efeitos para contextos como família, escola ou interações sociais cotidianas nem sempre é diretamente avaliada, dificultando a identificação de se os repertórios ensinados estão integrados ao funcionamento do indivíduo fora do setting de intervenção. Esse padrão é consistente com críticas clássicas da área, que apontam que a generalização frequentemente é assumida, mas não demonstrada empiricamente, sendo tratada como um possível desdobramento da intervenção, e não como um alvo de planejamento sistemático (Stokes & Baer, 1977; Stokes & Osnes, 1989).

Assim como discutido nas outras dimensões, a forma como a RE é operacionalizada influencia diretamente a possibilidade de avaliar sua generalização. Quando definida em termos amplos ou inferenciais, é difícil identificar quais respostas deveriam ser observadas em novos contextos e sob quais condições sua ocorrência indicaria generalização. A ausência de unidades analíticas claramente definidas compromete não apenas a mensuração, mas também a interpretação da extensão dos efeitos.

Outro aspecto relevante diz respeito à forma como os repertórios são ensinados. Intervenções que dependem fortemente de controle instrucional, de contextos altamente estruturados ou de pistas específicas tendem a produzir respostas que permanecem restritas às condições de treino. O comportamento pode ocorrer de forma adequada durante a intervenção, mas não se manter ou não se transferir para situações nas quais as contingências diferem. Logo,

a generalização não é um subproduto automático da aprendizagem, mas um efeito que depende das condições sob as quais o comportamento é estabelecido e mantido, perspectiva que converge com a proposição de que a ausência de generalização não deve ser atribuída ao indivíduo ou ao fenômeno em si, mas à falta de programação adequada das condições necessárias para sua ocorrência (Stokes & Baer, 1977).

Revisões da literatura indicam inclusive que a generalização e a manutenção das mudanças comportamentais ainda são inconsistentes na pesquisa aplicada, sendo frequentemente negligenciadas ou avaliadas de forma limitada. Estudos mostram que uma parcela significativa das intervenções não inclui medidas sistemáticas dessas dimensões, ou recorre a estratégias implícitas de “treinar e esperar”, nas quais a generalização é apenas verificada após a intervenção, sem que tenha sido previamente planejada (Arnold-Saritepe et al., 2009), o que caracteriza uma lacuna importante entre a relevância conceitual da generalidade e sua efetiva incorporação nos delineamentos de pesquisa e prática clínica.

Essa discussão se conecta diretamente com a problematização apresentada anteriormente sobre a natureza das mudanças promovidas por intervenções em RE. Se a eficácia é avaliada predominantemente pela redução de respostas em contextos específicos, há o risco de que os efeitos observados não se sustentem em situações nas quais essas respostas possuem função relevante. Por outro lado, repertórios que envolvem discriminação contextual, flexibilidade comportamental, tolerância a eventos aversivos e ampliação da expressividade tendem, por sua própria natureza, a apresentar maior potencial de generalização, justamente por não dependerem de condições rígidas ou de controle instrucional restrito.

A generalidade também se relaciona com o próprio modelo de ensino adotado. Ensinar estratégias específicas pode produzir efeitos localizados, enquanto o ensino de repertórios mais amplos tende a favorecer a transferência dos efeitos para novos contextos. A questão não é

apenas se a intervenção generaliza, mas que tipo de repertório está sendo ensinado e em que medida ele é generalizável.

Contribuições recentes como as de Ford, Gross e Gruber (2019), indicam que, em contextos naturais, os indivíduos raramente utilizam estratégias regulatórias de forma isolada, recorrendo, ao contrário, a combinações e sequências de múltiplas respostas ao longo de um mesmo episódio emocional, sugerindo que a RE não se organiza como um repertório fixo, mas como um conjunto flexível de respostas sob controle de múltiplas variáveis contextuais. Isso implica reconhecer que a generalidade não pode ser reduzida à simples transferência de uma resposta aprendida para novos contextos, mas envolve a capacidade do repertório de variar, combinar-se e adaptar-se funcionalmente diante de diferentes condições ambientais.

Do ponto de vista metodológico, a avaliação da generalidade apresenta desafios importantes, especialmente em delineamentos experimentais. No entanto, assim como discutido na dimensão eficaz, essas dificuldades não justificam a exclusão da generalização como critério central de análise. Na prática clínica, a observação de mudanças em múltiplos ambientes, a coleta de dados com diferentes informantes e o acompanhamento longitudinal podem contribuir para uma avaliação mais sensível dessa dimensão. Paralelamente, o desenvolvimento de delineamentos que incorporem variação sistemática de contextos e estímulos pode ampliar a capacidade de investigação da generalização também no contexto experimental.

Dessa forma, a análise da RE à luz da dimensão da generalidade evidencia que a extensão dos efeitos não pode ser tratada como um desdobramento secundário da intervenção. Ao contrário, ela constitui um critério fundamental para avaliar se os repertórios ensinados são funcionalmente relevantes e adaptativos em diferentes condições. Intervenções que produzem mudanças restritas ao contexto de aplicação podem ser consideradas eficazes em termos locais, mas permanecem limitadas quanto ao seu impacto mais amplo.

A discussão sobre generalidade recoloca a questão de se as intervenções em RE apenas produzem mudanças, mas se essas mudanças se mantêm, se transferem e se reorganizam diante da variabilidade do ambiente. É nesse nível que a análise o ensino da RE encontra um de seus maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma de suas principais possibilidades de avanço dentro da perspectiva da ABA.

Conclusão

O presente estudo partiu de uma questão central: em que medida RE, tal como tem sido mobilizada na literatura contemporânea, constitui um construto conceitualmente delimitado, empiricamente investigado e aplicável sob uma perspectiva funcional? Ao articular revisão de escopo, análise conceitual sistemática e exame teórico à luz das dimensões da ABA, foi possível avançar na compreensão dessa questão em diferentes níveis de análise.

Os resultados evidenciam, de forma consistente, um descompasso entre a disseminação do termo RE e sua efetiva operacionalização na literatura científica. Embora presente em um volume expressivo de publicações, apenas uma parcela reduzida dos estudos investiga intervenções ou delineamentos experimentais, e uma fração ainda menor apresenta definições conceitualmente completas do construto. Esse achado não apenas confirma a heterogeneidade previamente apontada na literatura, mas explicita sua extensão e implicações, indicando que a RE tem sido frequentemente utilizada como um rótulo, nem sempre acompanhado de critérios claros que permitam sua análise funcional ou sua tradução em práticas interventivas replicáveis.

A análise conceitual aprofundou esse cenário ao demonstrar que, mesmo entre os estudos que apresentam definições explícitas, há lacunas importantes na especificação dos elementos fundamentais do fenômeno. Em particular, a ausência recorrente de descrição das condições sob as quais os comportamentos regulatórios ocorrem revela uma tendência a tratar a RE como uma capacidade individual, dissociada das contingências ambientais que a evocam e mantêm, comprometendo a precisão conceitual e a possibilidade de identificação de relações funcionais, que constituem o núcleo da análise analítico-comportamental.

Ao propor uma leitura funcional da RE, este trabalho buscou deslocar o foco de definições baseadas em estratégias ou processos internos para uma análise centrada em relações entre comportamento e ambiente. Foi possível evidenciar que o problema não reside apenas na

diversidade de termos ou modelos, mas na forma como o construto tem sido utilizado: frequentemente como explicação causal do comportamento, em vez de um conceito descritivo e analítico cuja ocorrência e funções devem ser investigadas. Nesse sentido, a proposta de definição funcional preliminarmente apresentada oferece um enquadre que favorece maior coerência e aplicabilidade, especialmente no contexto do ensino de repertórios regulatórios.

A intersecção entre essa perspectiva funcional e as dimensões da ABA mostrou que, embora seja possível conceituar e ensinar RE de forma compatível com os critérios analítico-comportamentais, essa integração ainda enfrenta desafios importantes. Entre eles, destacam-se a tendência a presumir relevância social sem validação empírica, a dificuldade em delimitar unidades comportamentais compatíveis com a complexidade do fenômeno, a ausência de demonstração clara de controle funcional em muitos estudos e a descrição insuficiente de procedimentos interventivos. Esses pontos indicam que a incorporação da RE ao campo aplicado exige refinamento conceitual, além de ganhos metodológicos e tecnológicos.

A partir desses achados, alguns desdobramentos para pesquisas futuras se mostram particularmente relevantes. Em primeiro lugar, há necessidade de investigações empíricas que operacionalizem a RE em termos funcionais, examinando diretamente as relações entre condições antecedentes, respostas regulatórias e consequências. Em segundo lugar, torna-se importante desenvolver e testar intervenções que descrevam com profundidade seus componentes, permitindo avaliação de eficácia, replicação e análise de generalização. Além disso, recomenda-se maior integração entre medidas comportamentais e contextuais, reduzindo a dependência exclusiva de instrumentos psicométricos como indicadores do fenômeno. Por fim, estudos que investiguem a validade social de repertórios regulatórios em diferentes contextos podem contribuir para alinhar o construto às demandas reais dos indivíduos e comunidades.

Em suma, os resultados contribuem para o avanço do campo ao explicitar limites frequentemente naturalizados e ao propor caminhos para sua superação e sugerem que os próximos passos no campo da RE não dependem apenas do aumento da produção científica, mas de um movimento de lapidação. Ao enfatizar a necessidade de explicitar as relações funcionais envolvidas, este trabalho propõe que a utilidade do conceito de RE reside menos em sua popularidade e mais em sua capacidade de orientar análises e intervenções que sejam, de fato, precisas, coerentes e socialmente relevantes.

Referências

- Abasi, I., Pourshahbaz, A., Mohammadkhani, P., Dolatshahi, B., Moradveisi, L., & Mennin, D. S. (2021). Emotion regulation therapy for social anxiety disorder: A single case series study. *Behavioural and Cognitive Psychotherapy*, 49(6), 658–672.
- Aghamohammadi, F., Saed, O., Ahmadi, R., & Kharaghani, R. (2022). The effectiveness of adapted group mindfulness-based stress management program on perceived stress and emotion regulation in midwives: A randomized clinical trial. *BMC Psychology*, 10(1), 123.
- Aldao, A., Nolen-Hoeksema, S., & Schweizer, S. (2010). Emotion-regulation strategies across psychopathology: A meta-analytic review. *Clinical Psychology Review*, 30(2), 217–237.
- Aldao, A., Sheppes, G., & Gross, J. J. (2015). Emotion regulation flexibility. *Cognitive Therapy and Research*, 39(3), 263–278.
- Andersen, E., Geiger, P., Schiller, C., Bluth, K., Watkins, L., Zhang, Y., & Gaylord, S. (2021). Effects of mindfulness-based stress reduction on experimental pain sensitivity and cortisol responses in women with early life abuse. *Biopsychosocial Science and Medicine*, 83(6), 515–527.
- Anderson, S. R., Li, W., Han, S., & Reynolds Losin, E. A. (2021). Expressive suppression to pain in others reduces negative emotion but not vicarious pain. *Cognitive, Affective, & Behavioral Neuroscience*, 21(2), 292–310.
- Araiba, S. (2024). The evolution of the conceptually systematic dimension in applied behavior analysis. *Behavior Analysis in Practice*. Advance online publication.
- Arnold-Saritepe, A. M., Phillips, K. J., Taylor, S. A., Gomes-Ng, S., Lo, M., & Daly, S. (2023). Generalization and maintenance. In *Handbook of applied behavior analysis for children with autism* (pp. 415–433).
- Asarnow, J. R., Berk, M. S., Bedics, J., Adrian, M., Gallop, R., Cohen, J., ... & McCauley, E. (2021). Dialectical behavior therapy for suicidal self-harming youth: Emotion regulation,

- mechanisms, and mediators. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 60(9), 1105-1115.
- Azoubel, M. S., & Vilares, J. E. C. (2023). Quais são e quais devem ser as dimensões da análise do comportamento aplicada? *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 19(1).
- Baer, D. M., Wolf, M. M., & Risley, T. R. (1968). Some current dimensions of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 1(1), 91–97.
- Baer, D. M., Wolf, M. M., & Risley, T. R. (1987). Some still-current dimensions of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 20(4), 313–327.
- Barnhofer, T., Reess, T. J., Fissler, M., Winnebeck, E., Grimm, S., Gärtner, M., & Hölzel, B. K. (2021). Effects of mindfulness training on emotion regulation. *Biopsychosocial Science and Medicine*, 83(6), 579–591.
- Barrett, L. F. (2017). The theory of constructed emotion. *Social Cognitive and Affective Neuroscience*, 12(1), 1–23.
- Baum, W. M. (2002). From molecular to molar. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 78(1), 95–116.
- Bonanno, G. A., & Burton, C. L. (2013). Regulatory flexibility. *Perspectives on Psychological Science*, 8(6), 591–612.
- Bonfatti, J. S., Costa, A. G. M., Lutz, A. G., Bastos, M. O., & Rodrigues, M. C. (2021). Habilidades de autorregulação emocional e resolução de problemas interpessoais em pré-escolares: Relato de experiência. *Psicologia Revista*, 30(2), 459–473.
- Borba, A., & Tourinho, E. Z. (2009). Usos do conceito de eventos privados. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 14(2), 89–96.
- Brechet, C., d’Audigier, L., & Audras-Torrent, L. (2022). Drawing as an emotion regulation technique. *Psychology of Aesthetics, Creativity, and the Arts*, 16(2), 221–232.

- Burney, K. D., Poling, A., & Carr, J. E. (2025). Qualitative behavior analysis. *Behavior Analysis in Practice*. Advance online publication.
- Canaan-Oliveira, S. (2003). Dimensão aplicada na análise do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16, 349–354.
- Cañabate, D., Santos, M., Rodríguez, D., Serra, T., & Colomer, J. (2020). Emotional self-regulation through introjective practices in physical education. *Education Sciences*, 10(8), 208.
- Carbonero-Martín, M. Á., Arteaga-Cedeño, W. L., Martín-Antón, L. J., & Molinero-González, P. (2022). Group segmentation as a strategy for implementing the intervention programme in emotional education for infant and primary teachers. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(23), 15702.
- Ciarrochi, J., Hayes, S. C., & Hofmann, S. G. (2021). Toward a unified framework for process-based therapy: A contextual behavioral science approach. *Clinical Psychology Review*, 86, 102027.
- Cludius, B., Mennin, D., & Ehring, T. (2020). Emotion regulation as a transdiagnostic process. *Emotion*, 20(1), 37.
- Cole, P. M., Martin, S. E., & Dennis, T. A. (2004). Emotion regulation as a scientific construct. *Child Development*, 75(2), 317–333.
- Cooper, J. O., Heron, T. E., & Heward, W. L. (2020). *Applied behavior analysis* (3rd ed.). Pearson.
- Critchfield, T. S., & Reed, D. D. (2017). The fuzzy concept of ABA research. *The Behavior Analyst*, 40(1), 123–159.
- Cummings, C., Lansing, A. H., Hadley, W., & Houck, C. D. (2023). Intervention impact on emotion regulation. *Emotion*, 23(7), 2105–2117.
- Czepczor-Bernat, K., Brytek-Matera, A., & Staniszevska, A. (2021). Web-based psychoeducation effects. *Archives of Women's Mental Health*, 24(3), 423–435.
- Darwich, R. A., & Tourinho, E. Z. (2005). Respostas emocionais. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7(1), 107–118.

- Deitz, S. M. (1978). Current status of ABA. *American Psychologist*, 33(9), 805–814.
- Detrich, R., & Critchfield, T. S. (2025). Seven dimensions are not enough. *Perspectives on Behavior Science*, 48(3), 677–688.
- Dittrich, A. (2011). Investigação conceitual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15(especial), 27–33.
- Douw, L., Quaak, M., Fitzsimmons, S. M., et al. (2020). Network properties and emotion regulation. *Brain Stimulation*, 13(2), 318–326.
- Duijndam, S., Karreman, A., Denollet, J., & Kupper, N. (2020). Emotion regulation in social interaction. *International Journal of Psychophysiology*, 158, 62–72.
- Eisenberg, N., Spinrad, T. L., & Cumberland, A. (2000). Socialization of emotion. In *Handbook of emotions*.
- Eldesouky, L., & Goodman, F. R. (2021). What are we missing in emotion regulation science?
- Elo, S., & Kyngäs, H. (2008). Qualitative content analysis. *Journal of Advanced Nursing*, 62(1), 107–115.
- Elzohairy, N. W., Elzlbany, G. A. M., Khamis, B. I., El-Monshed, A. H., & Atta, M. H. R. (2024). Mindfulness-based training effect on attention, impulsivity, and emotional regulation among children with ADHD: The role of family engagement in randomized controlled trials. *Archives of psychiatric nursing*, 53, 204-214.
- Ford, B. Q., & Gross, J. J. (2019). Why beliefs about emotion matter. *Current Directions in Psychological Science*, 28(1), 74–81.
- Ford, B. Q., Gross, J. J., & Gruber, J. (2019). Broadening our field of view: The role of emotion polyregulation. *Emotion Review*, 11(3), 197–208.
- Gasol, X., Navarro-Haro, M. V., Fernández-Felipe, I., et al. (2022). DBT skills training. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(1), 494.
- Gratz, K. L., & Roemer, L. (2004). Multidimensional assessment. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 26(1), 41–54.

- Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation. *Review of General Psychology*, 2(3), 271–299.
- Gross, J. J. (1999). Emotion regulation. *Cognition and Emotion*, 13(5), 551–573.
- Gross, J. J. (2007). *Handbook of emotion regulation*. Guilford Press.
- Gross, J. J. (2014). Emotion regulation. In *Handbook of emotion regulation* (2nd ed.).
- Gross, J. J. (2015). Emotion regulation. *Psychological Inquiry*, 26(1), 1–26.
- Gross, J. J., & Ford, B. Q. (Eds.). (2024). *Handbook of emotion regulation* (3rd ed.). Guilford Press.
- Gross, J. J., & Petrova, P. K. (2023). Emotion regulation. *Annual Review of Psychology*, 74, 489–514.
- Hawkins, R. P., & Dobes, R. W. (1977). Functional definition of behavior. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 10(3), 493–500.
- Hayes, S. C. (2004). ACT and third wave therapies. *Behavior Therapy*, 35(4), 639–665.
- Hayes, S. C., Rincover, A., & Solnick, J. V. (1980). Technical drift. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 13(2), 275–285.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Wilson, K. G. (2012). Contextual behavioral science: Creating a science more adequate to the challenge of the human condition. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 1(1–2), 1–16.
- Hayes, S. C., Strosahl, K. D., & Wilson, K. G. (2012). *Acceptance and commitment therapy*. Guilford Press.
- Heath, N. L., Carsley, D., De Riggi, M. E., et al. (2021). Mindfulness and emotion regulation. *Child and Adolescent Mental Health*, 26(3), 214–221.
- Heinen, M., de Souza, K. R. V., Deluca, V., Gusmão, M., & da Silva Oliveira, M. (2021). Protocolo preventivo da terapia de regulação infantil: Estudo piloto no ambiente escolar. *Psico*, 52(4), e36589.

- Heward, W. L., Critchfield, T. S., Reed, D. D., et al. (2022). ABA from A to Z. *Perspectives on Behavior Science*, 45(2), 327–359.
- Hofmann, S. G., & Hayes, S. C. (2019). Process-based therapy. *Clinical Psychological Science*, 7(1), 37–50.
- Hsieh, H. F., & Shannon, S. E. (2005). Qualitative content analysis. *Qualitative Health Research*, 15(9), 1277–1288.
- Johnson, J. F. (2025). Building the future of ABA. *Societies*, 15(3), 72.
- Johnston, T. E., Gross, J. J., Chen, W., et al. (2025). Emotion beliefs. *Personality and Individual Differences*, 240, 113066.
- Keltner, D., & Gross, J. J. (1999). Functional accounts of emotions. *Cognition & Emotion*, 13(5), 467–480.
- Kohlenberg, R. J., & Tsai, M. (1991). *Functional analytic psychotherapy*. Plenum Press.
- Laporte, N., Klein Tuate, S., Ozolins, A., et al. (2021). Emotion regulation and self-harm. *Frontiers in Psychology*, 12, 710751.
- Leaf, J. B., Cihon, J. H., Leaf, R., et al. (2022). Concerns about ABA. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 52(6), 2838–2853.
- Leif, E. S., Kelenc-Gasior, N., Bloomfield, B. S., et al. (2024). Social validity review. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 57(3), 542–559.
- Lazarus, R. S. (1991). *Emotion and adaptation*. Oxford University Press.
- Marrero, R. J., Bello, M., Morales-Marrero, D., & Fumero, A. (2023). Emotion regulation difficulties. *Children*, 10(6), 1057.
- Mayer, J. D., & Salovey, P. (1997). Emotional intelligence. In *Emotional development and emotional intelligence*. Basic Books.
- McRae, K. (2013). Emotion regulation frequency. *Social and Personality Psychology Compass*, 7(5), 289–302.

- McRae, K., & Gross, J. J. (2020). Emotion regulation. *Emotion*, 20(1), 1–9.
- Molina, A., & O'Shea, D. (2020). Mindful emotion regulation, savouring and proactive behaviour: The role of supervisor justice. *Applied Psychology*, 69(1), 148–175.
- Moore, J., & Cooper, J. O. (2003). Domains of behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 26(1), 69–84.
- Morris, E. K. (1988). Contextualism: The world view of behavior analysis. *Journal of Experimental Child Psychology*, 46(3), 289–323.
- Pelaez, M. (1994). Contextualism in behavior analysis of development: Upon further reflection. *Behavioral Development*, 4(2), 7–12.
- Penney, A. M., Bateman, K. J., Veverka, Y., et al. (2023). Compassion as eighth dimension. *Behavior Analysis in Practice*, 1–15.
- Peters, M. D. J., Godfrey, C. M., Khalil, H., et al. (2015). Scoping reviews guidance. *JBIC Evidence Implementation*, 13(3), 141–146.
- Preece, D. A., Hasking, P., Boyes, M., et al. (2022). Emotion beliefs. *Journal of Affective Disorders Reports*, 9, 100351.
- Preiser, R., Mancilla García, M., Hill, L., & Klein, L. (2018). Qualitative content analysis. In *A guide to systems research*. Routledge.
- Quigley, S. P., Ross, R. K., Field, S., & Conway, A. A. (2018). Behavior analytic service plans. *Behavior Analysis in Practice*, 11(4), 436–444.
- Rachlin, H. (2017). Teleological behaviorism. *Journal of Theoretical and Philosophical Psychology*, 37(2), 65–76.
- Scheffel, C., Graupner, S. T., Gärtner, A., Zerna, J., Strobel, A., & Dörfel, D. (2021). Effort beats effectiveness in emotion regulation choice: Differences between suppression and distancing in subjective and physiological measures. *Psychophysiology*, 58(11), e13908.
- Scherer, K. R. (2005). What are emotions? *Social Science Information*, 44(4), 695–729.

- Schlinger Jr, H. D. (2013). A functional analysis of psychological terms redux. *The Behavior Analyst*, 36(2), 255-266.
- Skinner, B. F. (1945). Operational analysis. *Psychological Review*, 52(5), 270–277.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. Macmillan.
- Stokes, T. F., & Baer, D. M. (1977). Generalization. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 10(2), 349–367.
- Stokes, T. F., & Osnes, P. G. (1989). An operant pursuit of generalization. *Behavior Therapy*, 20(3), 337-355.
- Tamir, M. (2016). Motives in emotion regulation. *Personality and Social Psychology Review*, 20(3), 199–222.
- Thompson, R. A. (1994). Emotion regulation. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 59(2–3), 25–52.
- Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., et al. (2018). PRISMA-ScR. *Annals of Internal Medicine*, 169(7), 467–473.
- Walker, S. A., López-Pérez, B., Beckmann, J. F., et al. (2024). Unified language framework. *Emotion*.
- Webb, T. L., Miles, E., & Sheeran, P. (2012). Meta-analysis of emotion regulation. *Psychological Bulletin*, 138(4), 775.
- Werner, K. M., Preece, D. A., Berkman, E. T., & Gross, J. J. (2025). Regulatory flexibility. *Journal of Affective Disorders*.
- Yuan, J., Zheng, M., Liu, D., & Wang, L. (2024). ACT and emotion regulation. *Alpha Psychiatry*, 25(1), 47–53.
- Zhu, P., Liu, X., Shang, X., et al. (2023). Mindfulness and emotion regulation. *Holistic Nursing Practice*, 37(1), 38–46.

Apêndice A – Artigos submetidos à leitura integral

Referência	Título	Descrição do conceito de RE	Referências utilizadas
Brechet, C., d'Audigier, L., & Audras-Torrent, L. (2022).	<i>The use of drawing as an emotion regulation technique with children.</i>	NÃO DESCRITO.	
Abasi, I., Pourshahbaz, A., Mohammadkhani, P., Dolatshahi, B., Moradveisi, L., & Mennin, D. S. (2021).	<i>Emotion regulation therapy for social anxiety disorder: a single case series study.</i>	NÃO DESCRITO.	
Aghamohammadi, F., Saed, O., Ahmadi, R., & Kharaghani, R. (2022).	<i>The effectiveness of adapted group mindfulness-based stress management program on perceived stress and emotion regulation in midwives: a randomized clinical trial.</i>	“ER known as an ability to manage and regulate emotions (including stress)”.	Aldao A, Sheppes G, Gross JJ. Emotion regulation flexibility. Cogn Ther Res. 2015;39:263–78
Al-Refae, M., Al-Refae, A., Munroe, M., Sardella, N. A., & Ferrari, M. (2021).	<i>A self-compassion and mindfulness-based cognitive mobile intervention (Serene) for depression, anxiety, and stress: Promoting adaptive emotional regulation and wisdom</i>	NÃO DESCRITO	
Aligoltabar, S., Nasiri-Amiri, F., Khafri, S., Adib-Rad, H., Barat, S., Pahlavan, Z., ... & Faramarzi, M. (2025).	<i>Efficacy of internet-based emotion-focused cognitive behavior therapy (IECBT) in improving stress and anxiety of women with suspected fetal malformation: A randomized controlled trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
Alvarez, T. M. B. (2025).	<i>Entrenamiento en habilidades de regulación emocional: estudio de caso de una paciente con Trastorno Límite de Personalidad, ansiedad y problemas tiroideos.</i>	“Por regulación emocional, se entiende a ‘la capacidad de la persona para disminuir el malestar emocional que le provocan las respuestas secundarias intensas a las emociones primarias’”.	Chacón, F. M. (2023). Regulación emocional de la Terapia Dialéctica Conductual en paciente con diagnóstico de Trastorno de Personalidad Límite. Revista Ciencia y Salud, 7(1) 1-20.
Amani, B., Krzeczowski, J. E., Savoy, C., Schmidt, L. A., & Van Lieshout, R. J. (2023).	<i>The impact of peer-delivered cognitive behavioral therapy for postpartum depression on infant emotion regulation.</i>	NÃO DESCRITO.	

Amani, B., Krzeczowski, J. E., Schmidt, L. A., & Van Lieshout, R. J. (2025).	<i>Public health nurse-delivered cognitive behavioral therapy for postpartum depression: Assessing the effects of maternal treatment on infant emotion regulation.</i>	NÃO DESCRITO	
Amundsen, R., Riby, L. M., Hamilton, C., Hope, M., & McGann, D. (2020).	<i>Mindfulness in primary school children as a route to enhanced life satisfaction, positive outlook and effective emotion regulation.</i>	<i>“Emotion regulation has been defined as the conscious and unconscious strategies one employs to maintain, increase or decrease components of an emotional response”.</i>	Gross JJ. The emerging field of emotion regulation: an integrative review. Rev Gen Psychol. 1998;2(3):271.
Andersen, E., Geiger, P., Schiller, C., Bluth, K., Watkins, L., Zhang, Y., ... & Gaylord, S. (2021).	<i>Effects of mindfulness-based stress reduction on experimental pain sensitivity and cortisol responses in women with early life abuse: A randomized controlled trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
Anderson, S. R., Li, W., Han, S., & Reynolds Losin, E. A. (2021).	<i>Expressive suppression to pain in others reduces negative emotion but not vicarious pain in the observer.</i>	NÃO DESCRITO.	
Applebaum, A. J., Panjwani, A. A., Buda, K., O’Toole, M. S., Hoyt, M. A., Garcia, A., ... & Mennin, D. S. (2020).	<i>Emotion regulation therapy for cancer caregivers—an open trial of a mechanism-targeted approach to addressing caregiver distress.</i>	NÃO DESCRITO.	
Aranberri-Ruiz, A., Aritzeta, A., Olarza, A., Soroa, G., & Mindeguia, R. (2022).	<i>Reducing anxiety and social stress in primary education: A breath-focused heart rate variability biofeedback intervention.</i>	<i>“Most emotional regulation processes, are conscious and refer to the efforts that we as subjects make to change our own emotions. Emotional regulation consists of three phases: identification, selection, and implementation”.</i>	Gross, J.J.; Sheppes, G.; Urry, H.L. Cognition and Emotion Lecture at the 2010 SPSP Emotion Preconference. Cogn. Emot. 2011, 25, 765–781.
Ardi, Z., Golland, Y., Shafir, R., Sheppes, G., & Levit-Binnun, N. (2021).	<i>The effects of mindfulness-based stress reduction on the association between autonomic interoceptive signals and emotion regulation selection.</i>	NÃO DESCRITO.	

Aritzeta, A., Aranberri-Ruiz, A., Soroa, G., Mindeguia, R., & Olarza, A. (2022).	<i>Emotional self-regulation in primary education: A heart rate-variability biofeedback intervention programme.</i>	NÃO DESCRITO	
Asarnow, J. R., Berk, M. S., Bedics, J., Adrian, M., Gallop, R., Cohen, J., ... & McCauley, E. (2021).	<i>Dialectical behavior therapy for suicidal self-harming youth: Emotion regulation, mechanisms, and mediators.</i>	<i>“Although definitions of emotion regulation vary, DBT conceptualizes emotion regulation as involving the following: sensitivity to emotional stimuli; intensity of emotional reactions; and ability to regulate negative affective responses”</i>	Neacsiu AD, Bohus M, Linehan MM. Dialectical behavior therapy: an intervention for emotion dysregulation. In: Handbook of Emotion Regulation. 2nd ed. New York, NY: Guilford; 2014:491-507.
Atta, M. H. R., El-Gueneidy, M. M., & Lachine, O. A. R. (2024).	<i>The influence of an emotion regulation intervention on challenges in emotion regulation and cognitive strategies in patients with depression.</i>	<i>“ER involves modulating which emotions one experiences, the timing of these emotions, and how one feels or expresses them”</i>	Berking M, Wirtz CM, Svaldi J, Hofmann SG. Emotion regulation predicts symptoms of depression over five years. Behav Res Ther. 2019;117:25–31. McRae K, Gross J. Emotion regulation. Emotion. 2020;20(1):1–9.
Baeza-Velasco, C., Genty, C., Jaussent, I., Benramdane, M., Courtet, P., & Olié, E. (2020).	<i>Study protocol of a multicenter randomized controlled trial of mindfulness-based intervention versus relaxation to reduce emotional exhaustion in medical students in France: the “Must prevent”.</i>	NÃO DESCRITO.	
Barnhofer, T., Reess, T. J., Fissler, M., Winnebeck, E., Grimm, S., Gärtner, M., ... & Hölzel, B. K. (2021).	<i>Effects of mindfulness training on emotion regulation in patients with depression: reduced dorsolateral prefrontal cortex activation indexes early beneficial changes.</i>	NÃO DESCRITO.	
Barrio-Martínez, S., González-Blanch, C., Priede, A., Muñoz-Navarro, R., Medrano, L. A., Moriana, J. A., ... & Cano-Vindel, A. (2022).	<i>Emotion regulation as a moderator of outcomes of transdiagnostic group cognitive-behavioral therapy for emotional disorders.</i>	<i>“A process by which individuals control their emotions in order to respond adequately to the demands of the environment”</i>	Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. Review of General Psychology, 2(5), 271–299.

Battaglini, A. M., Zareian, B., & LeMoult, J. (2025).	<i>Intra-versus interpersonal emotion regulation: Associations with affect, relationship quality and closeness, and biological markers of stress.</i>	<i>“The process by which emotional experiences are managed is known as emotion regulation”</i>	Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. <i>Review of General Psychology</i> , 2(5), 271–299.
Behrouian, M., Ramezani, T., Dehghan, M., Sabahi, A., & Ebrahimnejad Zarandi, B. (2021).	<i>The effect of the emotion regulation training on the resilience of caregivers of patients with schizophrenia: a parallel randomized controlled trial.</i>	<i>“All strategies used to reduce, increase, or maintain positive or negative emotions are referred to as emotion regulation”</i>	Gross JJ. Antecedent- and response-focused emotion regulation: divergent consequences for experience, expression, and physiology. <i>J Pers Soc Psychol</i> . 1998;74(1):224–37.
Bernstein, E. E., Heeren, A., & McNally, R. J. (2020).	<i>A network approach to understanding the emotion regulation benefits of aerobic exercise.</i>	NÃO DESCRITO.	
Berthold-Losleben, M., Papalini, S., Habel, U., Losleben, K., Schneider, F., Amunts, K., & Kohn, N. (2021).	<i>A short-term musical training affects implicit emotion regulation only in behaviour but not in brain activity.</i>	<i>“Emotion regulation can be understood as an either implicit (automatic, without monitoring or insight) or explicit (monitored with conscious effort and awareness) regulatory process of affective internal states”</i>	Gyurak A, Gross JJ, Etkin A. Explicit and implicit emotion regulation: a dual-process framework. <i>Cogn Emot</i> . 2011;25(3):400–12.
Bjureberg, J., Ojala, O., Hesser, H., Häbel, H., Sahlin, H., Gratz, K. L., ... & Hellner, C. (2023).	<i>Effect of internet-delivered emotion regulation individual therapy for adolescents with nonsuicidal self-injury disorder: A randomized clinical trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
Bjureberg, J., Ojala, O., Berg, A., Edvardsson, E., Kolbeinsson, Ö., Molander, O., ... & Hesser, H. (2023).	<i>Targeting maladaptive anger with brief therapist-supported internet-delivered emotion regulation treatments: A randomized controlled trial.</i>	<i>“However, emotion regulation is a complex multistage process involving different strategies”</i>	Bonanno, G. A., & Burton, C. L. (2013). Regulatory flexibility. <i>Perspectives on Psychological Science</i> , 8(6), 591–612.
Bomyea, J., Ball, T. M., Simmons, A. N., Campbell-Sills, L., Paulus, M. P., & Stein, M. B. (2020).	<i>Change in neural response during emotion regulation is associated with symptom reduction in cognitive behavioral therapy for anxiety disorders.</i>	NÃO DESCRITO.	
Bonfatti, J. S., Costa, A. G. M., Lutz, A. G., Bastos, M. O., & Rodrigues, M. C. (2021).	Habilidades de autorregulação emocional e resolução de problemas interpessoais em pré-escolares: relato de experiência.	“Essa habilidade diz respeito ao processo de gerenciar, refletir e manejar adequadamente as próprias emoções,	Rodrigues, M. (2015). Educação emocional positiva: Saber lidar com as emoções é uma importante lição. Novo Hamburgo, RS: Sinopsys.

		tornando-as mais adaptativas à vida do indivíduo”	Tessaro, F., & Lampert, C. D. T. Desenvolvimento da inteligência emocional na escola: Relato de experiência. <i>Psicologia Escolar e Educacional</i> , 23(e178696), 1–3.
Boutelle, K. N., Manzano, M. A., Pasquale, E. K., Bernard, R. S., Strong, D. R., Rhee, K. E., ... & Peterson, C. B. (2024).	<i>Design of the FRESH-teen study: A randomized controlled trial evaluating an adapted emotion regulation weight loss program for adolescents with overweight or obesity and their parent.</i>	NÃO DESCRITO.	
Brown, K. W., Berry, D., Eichel, K., Beloborodova, P., Rahrig, H., & Britton, W. B. (2022).	<i>Comparing impacts of meditation training in focused attention, open monitoring, and mindfulness-based cognitive therapy on emotion reactivity and regulation: neural and subjective evidence from a dismantling study.</i>	“Emotion regulation, the ability to alter that emotional response”	X
Brown, T. A., Cusack, A., Berner, L. A., Anderson, L. K., Nakamura, T., Gomez, L., ... & Kaye, W. H. (2020).	<i>Emotion regulation difficulties during and after partial hospitalization treatment across eating disorders.</i>	“Gratz and Roemer’s widely used emotion regulation model (2004) describes emotion regulation across four dimensions: (a) awareness and understanding of emotions; (b) acceptance of emotions; (c) the ability to engage in goal directed behavior, and refrain from impulsive behavior, when experiencing negative emotions; and (d) access to emotion regulation strategies perceived as effective”	Gratz KL, & Roemer L (2004). Multidimensional assessment of emotion regulation and dysregulation: Development, factor structure, and initial validation of the difficulties in emotion regulation scale. <i>Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment</i> , 26, 41–54
Byström, M., Bränström, R., Jolstedt, M., Alwall, N., Engberg, H., Nord, M., ... & Sahlin, H. (2025).	<i>Development and feasibility of an internet-delivered emotion regulation treatment for transgender and gender diverse individuals and their chosen support person.</i>	“Emotion regulation is defined as the awareness and acceptance of emotions and the ability to modify emotional reactions, particularly their intensity and duration, to meet important, individual goals and situational demands”	Gratz, K. L., & Roemer, L. (2004). Multidimensional assessment of emotion regulation and dysregulation: Development, factor structure, and initial validation of the difficulties in Emotion Regulation Scale. <i>Journal of</i>

			Psychopathology and Behavioral Assessment, 26(1), 41–54.
Calero, A. D., Formoso, J., Injoque-Ricle, I., Barreyro, J. P., & Burin, D. I. (2023).	<i>Spontaneous emotional regulation under experimental emotional condition: The role of working memory.</i>	<i>“Emotional regulation is a process that determines how individuals are influenced by their emotions, when and how they experience them, and how they express them”</i>	Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. <i>Review of General Psychology</i> , 2(3), 271–279.
Cañabate, D., Santos, M., Rodríguez, D., Serra, T., & Colomer, J. (2020).	<i>Emotional self-regulation through introjective practices in physical education.</i>	<i>“In this study, self-regulation is understood to be the capacity to recognize individual emotions and to act accordingly, mitigating states of tension, stress, anxiety, or pain, in pursuit of well-being and psychosomatic balance”</i>	Canales, I.; Rovira, G. La importancia de la autorregulación y la empatía en la formación docente. <i>Movimiento</i> 2016, 22, 157–172.
Carbonero-Martín, M. Á., Arteaga-Cedeño, W. L., Martín-Antón, L. J., & Molinero-González, P. (2022).	<i>Group segmentation as a strategy for implementing the intervention programme in emotional education for infant and primary teachers.</i>	<i>“Emotional regulation is the ability to be open to feelings and to promote an understanding towards personal growth”</i>	Mayer, J.; Salovey, P. <i>Emotional Development and Emotional Intelligence: Educational Implications</i> ; Basic Books: New York, NY, USA, 1997.
Carretero, L. M., Latorre, J. M., Fernández, D., Barry, T. J., & Ricarte, J. J. (2020).	<i>Effects of positive personal and non-personal autobiographical stimuli on emotional regulation in older adults.</i>	NÃO DESCRITO.	
Chen, S., Ding, N., Wang, F., Li, Z., Qin, S., Biswal, B. B., & Yuan, J. (2021).	<i>Functional decoupling of emotion coping network subsides automatic emotion regulation by implementation intention.</i>	<i>“Emotion regulation, a process to modulate any components of emotional activity”</i>	J. J. Gross, “The emerging field of emotion regulation: an integrative review,” <i>Review of General Psychology</i> , vol. 2, no. 3, pp. 271–299, 1998.
Chen, W., Hammett, J. F., & Davis, K. C. (2024).	<i>Preliminary efficacy of a brief cognitive restructuring intervention to reduce sexual coercion intentions: roles of alcohol and emotion regulation.</i>	<i>“Emotion regulation (ER), referring to individuals’ attempts to control or change their emotional experience”</i>	McRae K, & Gross JJ (2020). Emotion regulation. <i>Emotion</i> , 20(1), 1–9.
Cheng, R., Lu, K., & Hao, N. (2021).	<i>The effect of anger on malevolent creativity and strategies for its emotion regulation.</i>	<i>“Emotion regulation is a series of cognitive processes that regulate or alter the appearance, intensity, and duration of emotional states”</i>	Eisenberg, N., Fabes, R. A., Guthrie, I. K., & Reiser, M. (2000). Dispositional emotionality and regulation: Their role in predicting quality of social functioning. <i>Journal of Personality and Social Psychology</i> , 78(1), 136–157

			Gross, J. J., & Thompson, R. A. (2007). Emotion regulation: Conceptual foundations. In J. J. Gross (Ed.), Handbook of emotion regulation (pp.3–24). New York, NY: Guilford Press.
Cherry, M. L., & Wilcox, M. M. (2020).	<i>Decreasing perceived and academic stress through emotion regulation and nonjudging with trauma-exposed college students.</i>	NÃO DESCRITO.	
Christ, C., van Schaik, D. J. F., Kikkert, M. J., de Waal, M. M., Dozeman, E., Hulstijn, H. L., ... & Dekker, J. J. M. (2024).	<i>Internet-based emotion regulation training aimed at reducing violent revictimization and depressive symptoms in victimized depressed patients: Results of a randomized controlled trial.</i>	<i>“Emotion regulation (ER) refers to ‘the processes responsible for monitoring, evaluating, and modifying emotional reactions, especially their intensive and temporal features, to accomplish one’s goals’”</i>	Thompson, R.A, 1994. Emotion regulation: A theme in search of definition. Monogr. Soc. Res. Child Dev. 25–52.
Clarke, P. J., Van Bockstaele, B., Marinovic, W., Howell, J. A., Boyes, M. E., & Notebaert, L. (2020).	<i>The effects of left DLPFC tDCS on emotion regulation, biased attention, and emotional reactivity to negative content.</i>	<i>“Emotion regulation itself refers to the processes via which individuals intentionally influence the emotions they experience, including when and how they express such emotions, and their intensity”</i>	Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. Review of General Psychology, 2(3), 271-299.
Coccaro, E. F., Drossos, T., Kline, D., Lazarus, S., Joseph, J. J., & de Groot, M. (2022).	<i>Diabetes distress, emotional regulation, HbA1c in people with diabetes and a controlled pilot study of an emotion-focused behavioral therapy intervention in adults with type 2 diabetes.</i>	<i>“Emotional regulation consists of the experience, processing, understanding, and coping with emotion”</i>	Salovey P, et al., Emotional attention, clarity and repair. Exploring emotional intelligence using the trait meta mood scale, in Emotion, disclosure and health, Pennebaker JW, Editor. 1995, American Psychological Association: Washington. p. 125–154.
Costache, M. E., Gioia, F., Vanello, N., Greco, A., Capobianco, A., Weibel, S., & Weiner, L. (2025).	<i>Dialectical behavior therapy in autistic adults: effects on ecological subjective and physiological measures of emotion dysregulation.</i>	NÃO DESCRITO.	

Coyne, A. E., Mattson, E., Bagley, J. M., Klein, A. B., Shekhtman, K., Payat, S., ... & Zoellner, L. A. (2024).	<i>Within-patient association between emotion regulation and outcome in prolonged exposure for posttraumatic stress disorder.</i>	<i>“Emotion regulation (...), or the process by which individuals influence the types of emotions they experience, the timing of their emotional experiences, and how their emotions are experienced and expressed”</i>	Moore, S. A., Zoellner, L. A., & Mollenholt, N. (2008). Are expressive suppression and cognitive reappraisal associated with stress-related symptoms? Behaviour Research and Therapy, 46(9), 993–1000. Weiss, N. H., Tull, M. T., Viana, A. G., Anestis, M. D., & Gratz, K. L. (2012). Impulsive behaviors as an emotion regulation strategy: Examining associations between PTSD, emotion dysregulation, and impulsive behaviors among substance dependent inpatients. Journal of Anxiety Disorders, 26(3), 453–458.
Cremades, C., Melone, M., Bellotti, M., Boscolo, M., Rivas, A. L., Neumann, J., ... & Rodante, D. (2024).	<i>Estudio piloto sobre el efecto de un taller para el manejo efectivo del enojo basado en terapia dialéctico conductual.</i>	NÃO DESCRITO.	
Cummings, C., Lansing, A. H., Hadley, W., & Houck, C. D. (2023).	<i>Intervention impact on the perceived emotion regulation repertoire of adolescents at-risk for risky sexual behaviors.</i>	NÃO DESCRITO.	
Czepczor-Bernat, K., Brytek-Matera, A., & Staniszewska, A. (2021).	<i>The effect of a web-based psychoeducation on emotional functioning, eating behaviors, and body image among premenopausal women with excess body weight.</i>	NÃO DESCRITO.	
Danvers, A. F., Scott, B. G., Shiota, M. N., Tein, J. Y., Wolchik, S. A., & Sandler, I. I. (2020).	<i>Effects of therapeutic intervention on parentally bereaved children’s emotion reactivity and regulation 15 years later.</i>	<i>“Emotion regulation can be broadly defined as ‘the processes by which individuals influence which emotions they have, when they have them, and how they experience and express these emotions’”</i>	Gross JJ (1998). The emerging field of emotion regulation: an integrative review. Review of General Psychology, 2(3), 271.

Darwich, R. A., & Costa, Y. S. K. (2022).	Yoga com histórias para crianças com transtorno do espectro autista: regulação emocional mediada pela internet.	“A área da autorregulação ganha destaque, pois está relacionada à demonstração de flexibilidade e à capacidade de regular as reações comportamentais, tanto em resposta a mudanças inesperadas quanto diante de erros e feedbacks de correção”	Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2017). Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes. Ellis, J. T., & Almeida, C. (2014). Socially Savvy: An assessment and curriculum guide for young children. New York: Different Roads to Learning. Linehan, M. M. (2018). Treinamento de habilidades em DBT: manual de terapia comportamental dialética para o terapeuta. Porto Alegre, RS: Artmed.
Datko, M., Lutz, J., Gawande, R., Comeau, A., Gan, J., To, M. N., ... & Schuman-Olivier, Z. (2025).	<i>Neural regulation of pain anticipation is associated with mindful behavior change in patients with anxiety or depression: A pilot study.</i>	NÃO DESCRITO.	
Davey, S., Bell, E., Halberstadt, J., & Collings, S. (2020).	<i>Where is an emotion? Using targeted viscerosception as a method of improving emotion regulation in healthy participants to inform suicide prevention initiatives: a randomised controlled trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
Davis, K. C., Neilson, E. C., Kirwan, M., Eldridge, N., George, W. H., & Stappenbeck, C. A. (2021).	<i>Alcohol-involved sexual aggression: Emotion regulation as a mechanism of behavior change.</i>	NÃO DESCRITO.	
De la Viuda Suárez, M. E., & Posada, A. C. (2020).	<i>Terapia de aceptación y compromiso (ACT) grupal para adolescentes con dificultades de regulación emocional: un estudio piloto.</i>	NÃO DESCRITO.	
Debeuf, T., Verbeken, S., Boelens, E., Volkaert, B., Van Malderen, E., Michels, N., & Braet, C. (2020).	<i>Emotion regulation training in the treatment of obesity in young adolescents: protocol for a randomized controlled trial.</i>	<i>“Emotion regulation (ER) refers to the actions by which individuals try to exert an influence on the emotions they have,</i>	Gross J. The emerging field of emotion regulation: an integrative review. Rev Gen Psychol. 1998;2(3):271–99.

		<i>when and how they experience and communicate them”</i>	
Debeuf, T., Verbeken, S., Boelens, E., Volkaert, B., Tanghe, A., Michels, N., & Braet, C. (2024).	<i>Emotion regulation training as an add-on in the treatment of obesity in young adolescents: a randomized controlled superiority trial.</i>	<i>“Emotion regulation (ER), defined as the actions by which persons try to influence the emotions they have, when and how they experience and express them, is proposed as the missing link in the stress–obesity relationship”</i>	Gross, J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. <i>Review of General Psychology</i> , 2(3), 271–299.
Deng, Y., Hou, L., Chen, X., & Zhou, R. (2021).	<i>Working memory training improves emotion regulation in drug abstiners: Evidence from frontal alpha asymmetry.</i>	NÃO DESCRITO.	
Denny, B. T., Lopez, R. B., Wu-Chung, E. L., Dicker, E. E., Goodson, P. N., Fan, J., ... & Koenigsberg, H. W. (2024).	<i>Training in cognitive reappraisal normalizes whole-brain indices of emotion regulation in borderline personality disorder.</i>	NÃO DESCRITO.	
Dickey, L., Pegg, S., Cárdenas, E. F., Green, H., Dao, A., Waxmonsky, J., ... & Kujawa, A. (2023).	<i>Neural predictors of improvement with cognitive behavioral therapy for adolescents with depression: An examination of reward responsiveness and emotion regulation.</i>	NÃO DESCRITO.	
Dixius, A., & Möhler, E. (2021).	<i>Feasibility and effectiveness of a new short-term psychotherapy concept for adolescents with emotional dysregulation.</i>	NÃO DESCRITO.	
Dolcos, S., Hu, Y., Williams, C., Bogdan, P. C., Hohl, K., Berenbaum, H., & Dolcos, F. (2021).	<i>Cultivating affective resilience: proof-of-principle evidence of translational benefits from a novel cognitive-emotional training intervention.</i>	NÃO DESCRITO.	
Double, K. S., Pinkus, R. T., Gross, J. J., & MacCann, C. (2024).	<i>Emotion regulation efficacy beliefs: The outsized impact of base rates.</i>	NÃO DESCRITO.	
Doukas, A. M., D'Andrea, W. M., Gregory, W. E., Joachim, B., Lee, K. A., Robinson, G., ... & Siegle, G. J. (2020).	<i>Hurts so good: Pain as an emotion regulation strategy.</i>	NÃO DESCRITO.	
Douw, L., Quaak, M., Fitzsimmons, S. M., de Wit, S. J., van der Werf, Y. D.,	<i>Static and dynamic network properties of the repetitive transcranial magnetic</i>	NÃO DESCRITO.	

van den Heuvel, O. A., & Vriend, C. (2020).	<i>stimulation target predict changes in emotion regulation in obsessive-compulsive disorder.</i>		
Duijndam, S., Karreman, A., Denollet, J., & Kupper, N. (2020).	<i>Emotion regulation in social interaction: Physiological and emotional responses associated with social inhibition.</i>	NÃO DESCRITO.	
Duraney, E. J., Fisher, M. E., Mangani, H. R., Andridge, R. R., Nicholas, J. A., & Prakash, R. S. (2022).	<i>Impact of mindfulness training on emotion regulation in multiple sclerosis: Secondary analysis of a pilot randomized controlled trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
ElBarazi, A. S. (2025).	<i>The effect of emotion regulation training on anxiety in college students in Egypt (Randomized control trial).</i>	<i>“ER is defined as ‘the process by which individuals influence which emotions they have, when they have them, and how they experience and express their feelings. ER can be automatic or controlled, conscious or unconscious, and may have effects at one or more points in the emotion producing process.’ Also, ER is defined as ‘the extrinsic and intrinsic processes responsible for monitoring, evaluating, and modifying emotional reactions, especially their intensive and temporal features, to accomplish one’s goal.’”</i>	Gross JJ. Emotion regulation. In: Lewis M, Haviland-Jones JM and Feldman Barrett L (eds) Handbook of emotions. The Guilford Press, 2008, pp.497–512, 3rd ed Loevaas MES, Sund AM, Patras J, et al. Emotion regulation and its relation to symptoms of anxiety and depression in children aged 8–12 years: does parental gender play a differentiating role? BMC Psychol 2018; 6(1): 116
Elzohairy, N. W., Elzlbany, G. A. M., Khamis, B. I., El-Monshed, A. H., & Atta, M. H. R. (2024).	<i>Mindfulness-based training effect on attention, impulsivity, and emotional regulation among children with ADHD: The role of family engagement in randomized controlled trials.</i>	<i>“Emotional regulation is managing and controlling one’s emotional responses to different environmental stimuli”</i>	Soler-Gutiérrez, A.-M., Pérez-Gonzalez, J.-C., & Mayas, J. (2023). Evidence of emotion dysregulation as a core symptom of adult ADHD: A systematic review. PLoS One, 18 (1), Article e0280131.
Emmelkamp, J., Wisman, M. A., Beuk, N. J., Stikkelbroek, Y. A., Nauta, M. H., Dekker, J. J., & Christ, C. (2022).	<i>Effectiveness of an add-on guided internet-based emotion regulation training (E-TRAIN) in adolescents with depressive and/or anxiety disorders:</i>	<i>“Emotion regulation (ER) is defined as ‘The processes responsible for monitoring, evaluating, and modifying emotional reactions, especially their</i>	Thompson RA. Emotion regulation: a theme in search of definition. Monogr Soc Res Child Dev. 2008;59(2–3):25–52

	<i>study protocol for a multicenter randomized controlled trial.</i>	<i>intensive and temporal features, to accomplish one's goals'''</i>	
Esbati, Z., & Korunka, C. (2021).	<i>Does intragroup conflict intensity matter? The moderating effects of conflict management on emotional exhaustion and work engagement.</i>	<i>"Emotion regulation is defined as 'the processes [strategies] by which individuals influence which emotions they have, when they have them, and how they experience and express these emotions'."</i>	Gross, J. J. (1998). Antecedent- and response-focused emotion regulation: divergent consequences for experience, expression, and physiology. <i>J. Pers. Soc. Psychol.</i> 74, 224–237.
Farahmand, S. R. E., Ahadi, H., Golkar, M. K., & Sedaghat, M. (2020).	<i>Comparison of the effectiveness of music therapy and cognitive behavioral therapy on quality of life, craving and emotion regulation in patients under methadone maintenance therapy.</i>	NÃO DESCRITO.	
Fattahi, A., Mazini, F., Jaberghaderi, N., Rajabi, F., Derakhshani, M., & Laki, M. (2025).	<i>Effectiveness of acceptance and commitment therapy for distress, emotion regulation, and self-compassion in patients with cardiovascular disease: a randomized clinical trial.</i>	<i>"Emotion regulation involves experiencing, processing, and modifying emotional responses"</i>	Griffin SM. Emotion regulation style and cardiovascular reactivity to active and passive stress: cross-sectional and experimental analyses. Limberg: University of Limberg; 2020. p. 121-26
Favre, P., Kanske, P., Engen, H., & Singer, T. (2021).	<i>Decreased emotional reactivity after 3-month socio-affective but not attention- or meta-cognitive-based mental training: A randomized, controlled, longitudinal fMRI study.</i>	NÃO DESCRITO.	
Fazia, T., Bubbico, F., Nova, A., Buizza, C., Cela, H., Iozzi, D., ... & Bernardinelli, L. (2023).	<i>Improving stress management, anxiety, and mental well-being in medical students through an online Mindfulness-Based Intervention: a randomized study.</i>	NÃO DESCRITO.	
Feldman, J. L., & Freitas, A. L. (2021).	<i>The generality of effects of emotional experience on emotion-regulation choice.</i>	NÃO DESCRITO.	
Fernandes, B., Wright, M., & Essau, C. A. (2023).	<i>The role of emotion regulation and executive functioning in the intervention outcome of children with emotional and behavioural problems.</i>	NÃO DESCRITO.	

Fernández, D., Ros, L., Sánchez-Reolid, R., Ricarte, J. J., & Latorre, J. M. (2020).	<i>Effectiveness of the level of personal relevance of visual autobiographical stimuli in the induction of positive emotions in young and older adults: pilot study protocol for a randomized controlled trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
Fernández-Hawrylak, M., Heras-Sevilla, D., & Cepa-Serrano, A. (2020).	<i>Evaluation of the effectiveness of the emotional education program EMO-ACTION within a preschool setting.</i>	NÃO DESCRITO.	
Ferraris, A., Vitolo, E., Brienza, L., Zennaro, A., Grasso, V., & Andò, A. (2025).	<i>Emotion regulation strategies in meditators and nonmeditators: An experimental study using a multimethod psychological assessment.</i>	<i>“Emotion Regulation (ER) refers to a set of processes by which people influence the duration, occurrence and intensity of their emotions, either automatically or in a controlled manner”</i>	Aldao, A., & Nolen-Hoeksema, S. (2010). Specificity of cognitive emotion regulation strategies: a transdiagnostic examination. <i>Behaviour research and therapy</i>, 48(10), 974–983. Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. <i>Review of General Psychology</i>, 2(3), 271–299. Kring, A. M., & Sloan, D. M. (Eds.). (2010). <i>Emotion regulation and psychopathology: A transdiagnostic approach to etiology and treatment</i>. New York, NY: Guilford Press. Naragon-Gainey, K., McMahon, T. P., & Chacko, T. (2017). The structure of common emotion regulation strategies: A meta-analytic examination. <i>Psychological Bulletin</i>, 143(4), 384–427.
Flujas-Contreras, J. M., García-Palacios, A., & Gómez, I. (2021).	<i>Effectiveness of a web-based intervention on parental psychological</i>	NÃO DESCRITO.	

	<i>flexibility and emotion regulation: A pilot open trial.</i>		
Contreras, J. M. F., Becerra, I. G., Palacios, A. G., Chavez, A., & Askins, M. C. (2021).	<i>Protocolo de intervención en flexibilidad psicológica y regulación emocional con terapia contextual en familias: Una serie de casos.</i>	NÃO DESCRITO.	
Flujas-Contreras, J. M., Garcia-Palacios, A., & Gómez, I. (2022).	<i>Parenting intervention for psychological flexibility and emotion regulation: clinical protocol and an evidence-based case study.</i>	<i>“The concept of flexible emotion regulation emphasizes the use of emotion regulation strategies adapted to contextual demands, and considers the coherence of the strategy with the direction of personal goals”</i>	Aldao, A.; Sheppes, G.; Gross, J.J. Emotion Regulation Flexibility. Cogn. Ther. Res. 2015, 39, 263–278.
Forrer, F., Rubo, M., Wyssen, A., Meyer, A. H., & Munsch, S. (2025).	<i>The predictive value of emotion regulation difficulties and negative mood on short and long-term treatment outcomes in an online guided self-help programme for adults with binge-eating disorder.</i>	NÃO DESCRITO.	
Galinha, I. C., de Carvalho, J. L. D. C. S., de Oliveira, A. C. P., Arriaga, P., Gaspar, A. D., Silva, H. P., & Ortega, V. (2025).	<i>MindRegulation-SEL: randomized controlled trial of the effects of a relaxation and guided imagery intervention with socioemotional learning on the psychological and biophysiological well-being, socioemotional development, cognitive function and academic achievement of elementary school children.</i>	NÃO DESCRITO.	
Gao, W., Yan, X., Chen, Y., Yang, J., & Yuan, J. (2024).	<i>Situation covariation and goal adaptiveness? The promoting effect of cognitive flexibility on emotion regulation in depression.</i>	NÃO DESCRITO.	
Garke, M. Å., Hentati Isacson, N., Kolbeinsson, Ö., Hesser, H., & Månsson, K. N. (2025).	<i>Improvements in emotion regulation during cognitive behavior therapy predict subsequent social anxiety reductions.</i>	<i>“Emotion regulation, the process of monitoring, evaluating, and modulating one’s emotional responses”</i>	Thompson, R. A. (1994). Emotion regulation: A theme in search of definition. Monographs of the Society

			for Research in Child Development, 59(2–3), 25–52
Gasol, X., Navarro-Haro, M. V., Fernández-Felipe, I., García-Palacios, A., Suso-Ribera, C., & Gasol-Colomina, M. (2022).	<i>Preventing emotional dysregulation: Acceptability and preliminary effectiveness of a DBT skills training program for adolescents in the Spanish school system.</i>	NÃO DESCRITO.	
Gawande, R., Smith, L., Comeau, A., Creedon, T. B., Wilson, C. L., Griswold, T., ... & Schuman-Olivier, Z. (2023).	<i>Impact of warm mindfulness on emotion regulation: A randomized controlled effectiveness trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
Gerdes, A. C., & Gordon, N. S. (2025).	<i>6-Week student wellness program improves psychological wellbeing of students.</i>	NÃO DESCRITO.	
Godara, M., Hecht, M., & Singer, T. (2024).	<i>Training-related improvements in mental well-being through reduction in negative interpretation bias: A randomized trial of online socio-emotional dyadic and mindfulness interventions.</i>	NÃO DESCRITO.	
Goldin, P. R., Thurston, M., Allende, S., Moodie, C., Dixon, M. L., Heimberg, R. G., & Gross, J. J. (2021).	<i>Evaluation of cognitive behavioral therapy vs mindfulness meditation in brain changes during reappraisal and acceptance among patients with social anxiety disorder: a randomized clinical trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
Grecucci, A., Giorgetta, C., Lorandini, S., Sanfey, A. G., & Bonini, N. (2020).	<i>Changing decisions by changing emotions: Behavioral and physiological evidence of two emotion regulation strategies.</i>	<i>“This ability to regulate emotions is defined as the capacity to apply a series of heterogeneous processes through which individuals can modify the emotions experienced, when they are experienced, and how they are expressed”</i>	Gross, J. J. (1999). Emotion regulation: Past, present, future. Cognition and Emotion, 13, 551–573.
Grégoire, C., Faymonville, M. E., Vanhaudenhuyse, A., Jerusalem, G., Willems, S., & Bragard, I. (2021).	<i>Randomized controlled trial of a group intervention combining self-hypnosis and self-care: secondary results on self-</i>	<i>“Emotional regulation strategies can be defined as the ‘extrinsic and intrinsic processes responsible for monitoring,</i>	Thompson, R. A. (1994). Emotion regulation: A theme in search of definition. Monographs of the Society

	<i>esteem, emotional distress and regulation, and mindfulness in post-treatment cancer patients.</i>	<i>evaluating, and modifying emotional reactions, especially their intensive and temporal features, to accomplish one's goal''</i>	for Research in Child Development, 59(2–3), 25–52.
Grundmann, F., Epstude, K., & Scheibe, S. (2024).	<i>Whether and how to regulate: Emotion regulation in negative-feedback situations.</i>	<i>“They regulate their emotions (i.e., change the quantity or quality of emotions)”</i>	Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. <i>Review of General Psychology</i> , 2(3), 271–299. Koole, S. L. (2009). The psychology of emotion regulation: An integrative review. <i>Cognition and emotion</i> , 23(1), 4–41.
Niño, J. D. G. (2020).	<i>El arte como mecanismo de regulación emocional en jóvenes víctimas de conflicto armado.</i>	<i>“Regulación emocional, definida como la habilidad para modular personal y socialmente las emociones, y de este modo que se dé crecimiento personal”</i>	Fernández, P., & Extremera, N. (2013). Inteligencia emocional en adolescentes. <i>Padres y Maestros</i> , 0(352), 34-39. Mayer, J., & Salovey, P. (1997). What is emotional intelligence? En P. Salovey, & D. Sluyter, <i>Emotional Development and Emotional Intelligence: Implications for Educators</i> (págs. 3-31). New York: Basic Books
Guerriero, G., Liljedahl, S. I., Carlsen, H. K., López Muñoz, M., Daros, A. R., Ruocco, A. C., & Steingrimsson, S. (2024).	<i>Transcutaneous auricular vagus nerve stimulation to acutely reduce emotional vulnerability and improve emotional regulation in borderline personality disorder (tVNS-BPD): study protocol for a randomized, single-blind, sham-controlled trial</i>	NÃO DESCRITO.	
Guillén Botella, V., García-Palacios, A., Bolo Miñana, S., Baños, R., Botella, C., & Marco, J. H. (2021).	<i>Exploring the effectiveness of dialectical behavior therapy versus systems training for emotional predictability and problem solving in a sample of patients with borderline personality disorder.</i>	NÃO DESCRITO.	

Gur, N., Zimmerman-Brenner, S., Fattal-Valevski, A., Rotstein, M., & Pilowsky Peleg, T. (2023).	<i>Group comprehensive behavioral intervention for tics contribution to broader cognitive and emotion regulation in children.</i>	NÃO DESCRITO.	
Gutiérrez-Lestón, C., Pérez-Escoda, N., Reguant, M., & Eroles, M. (2020).	<i>Innovación de educación emocional en el ocio educativo: el Método La Granja.</i>	<i>“Regulación emocional. Se refiere a una gestión apropiada de las emociones y a disponer de recursos para el afrontamiento de los retos cotidianos”</i>	X
Hadley, W., Houck, C., Barker, D., Wickham, B., Bogner, J., & Jelalian, E. (2020).	<i>Preliminary impact of an adapted emotion regulation intervention for adolescents with overweight and obesity attempting to lose weight.</i>	<i>“Emotion regulation is the set of processes used to manage positive and negative feelings and their expression to achieve goals”</i>	Gross JJ. Emotion regulation: conceptual and empirical foundations. In: Gross JJ, ed. Handbook of Emotion Regulation, 2nd ed. New York City: Guilford Press; 2014:3–20
Hansson, L. S., Axelsson, J., Petrovic, P., Göransson, S. P., Olsson, M. J., Lekander, M., & Lasselín, J. (2021).	<i>Regulation of emotions during experimental endotoxemia: A pilot study.</i>	NÃO DESCRITO.	
Haver, A., Caputi, P., & Akerjordet, K. (2025).	<i>Enhancing emotional intelligence and mental well-being for stress management in nursing education—a qualitative study.</i>	NÃO DESCRITO.	
Heinen, M., de Souza, K. R. V., Deluca, V., Gusmão, M., & da Silva Oliveira, M. (2021).	Protocolo preventivo da terapia de regulação infantil: estudo piloto no ambiente escolar.	“A regulação emocional, envolve o manejo adequado da ativação emocional frente a situações e emoções”	Caminha, R.M. (2019). Darwin para psicoerapeutas: socialização, emoções, empatia e psicoterapia. Sinopsys
Heinen, M., Sartoretto, C. R., Ortigão, M. E. D. S. R., Caminha, R., & da Silva Oliveira, M. (2022).	Efeitos do trabalho de regulação infantil nas competências socioemocionais de crianças no ambiente escolar.	“regulação emocional que diz respeito ao manejo diante da ativação de uma emoção” “O processo de compreensão e regulação emocional está diretamente relacionado à capacidade do indivíduo de experienciar e expressar emoções de maneira assertiva, influenciando positivamente no funcionamento interpessoal”	Caminha, R.M. (2019). Darwin para psicoerapeutas: socialização, emoções, empatia e psicoterapia. Sinopsys

Hermann, A., Neudert, M. K., Schäfer, A., Zehner, R. I., Fricke, S., Seinsche, R. J., & Stark, R. (2021).	<i>Lasting effects of cognitive emotion regulation: neural correlates of reinterpretation and distancing.</i>	NÃO DESCRITO.	
Hernandez Acton, E., Kubiniec, E., Bhargava, S., Tauriello, S., Paul, I. M., Savage, J. S., & Anzman-Frasca, S. (2024).	<i>INSIGHT responsive parenting intervention effects on child self-regulation at ages 3 and 6 years.</i>	<i>“Emotional self-regulation can be defined as the process one uses to manage the experience of an emotion-related state, as well as behavioral expression of one’s experienced, often based on contextual demands, such as not hurting a friend or adult’s feelings”</i>	Eisenberg, N., Hofer, C., & Vaughan, J. (2007). Effortful control and its socioemotional consequence. In <i>Handbook of Emotion Regulation</i> (pp. 287–306). Guilford Press Campos, J. J., Frankel, C. B., & Camras, L. (2004). On the nature of emotion regulation. <i>Child Development</i> , 75(2), 377–394.
Hessler-Kaufmann, J. B., Heese, J., Berking, M., Voderholzer, U., & Diedrich, A. (2020).	<i>Emotion regulation strategies in bulimia nervosa: An experimental investigation of mindfulness, self-compassion, and cognitive restructuring.</i>	NÃO DESCRITO.	
Himmerich, S. J., & Orcutt, H. K. (2021).	<i>Examining a brief self-compassion intervention for emotion regulation in individuals with exposure to trauma.</i>	NÃO DESCRITO.	
Hood, P., Maraun, M., McMain, S. F., Kuo, J. R., & Chapman, A. L. (2024).	<i>The role of mindfulness and emotion regulation in dialectical behavioral therapy for borderline personality disorder.</i>	<i>“Emotion regulation can be defined as a goal-oriented action, initiated to up- or -down regulate the degree and duration of an emotional response”</i>	Gross, J. J., Sheppes, G., & Urry, H. L. (2011). Cognition and Emotion Taking one’s lumps while doing the splits: A big tent perspective on emotion generation and emotion regulation
Hoorelbeke, K., Van den Bergh, N., De Raedt, R., Wichers, M., Albers, C. J., & Koster, E. H. (2023).	<i>Regaining control of your emotions? Investigating the mechanisms underlying effects of cognitive control training for remitted depressed patients.</i>	NÃO DESCRITO.	
Hoppe, J. M., Weise, C., Kleinstaeuber, M., Skalkidou, A., Vegelius, J., Comasco, E., ... & Buhrman, M. (2025).	<i>Emotion regulation-based internet-delivered cognitive behavioural therapy for premenstrual dysphoric disorder: study protocol for a randomised controlled trial in Sweden.</i>	NÃO DESCRITO.	

Hosokawa, R., Matsumoto, Y., Nishida, C., Funato, K., & Mitani, A. (2024).	<i>Enhancing social-emotional skills in early childhood: intervention study on the effectiveness of social and emotional learning.</i>	NÃO DESCRITO.	
Hosseini, M., & Ashori, M. (2024).	<i>Effect of child–parent relationship therapy on emotion regulation and stress in mothers of deaf children.</i>	<i>“Emotion regulation is defined as an individual’s ability to effectively respond and manage emotional experiences. It refers to each person’s use of strategic action, metacognition, and motivation to manage emotional stimulation to achieve goals”</i>	Wang, M., Liang, Y., Zhou, N., & Zou, H. (2019). Chinese fathers’ emotion socialization profiles and adolescents’ emotion regulation. <i>Personality and Individual Differences</i> , 137(1), 33–38. Gross, J. J. (2013). Emotion regulation: Taking stock and moving forward. <i>Emotion</i> , 13(3), 359–365.
Hu, D., & Gasper, K. (2023).	<i>Useful and affordable? How costs and benefits uniquely shape motivated emotion regulation.</i>	<i>“Emotion regulation is the process by which people change what they feel to what they want to feel”</i>	Gross J. J. (Ed.). (2014). <i>Handbook of emotion regulation</i> (2nd ed.). New York, NY: Guilford Press Tamir, M. (2021). Effortful emotion regulation as a unique form of cybernetic control. <i>Perspectives on Psychological Science</i> , 16(1), 94- 117.
Javadzade, N., Esmaeili, S. V., Omranifard, V., & Zargar, F. (2024).	<i>Effect of mindfulness-based stress reduction (MBSR) program on depression, emotion regulation, and sleep problems: A randomized controlled trial study on depressed elderly.</i>	<i>“Emotion regulation is conceptualized as a construct that includes awareness and understanding of emotions, acceptance of emotions, and the ability to control reactive behaviors and act in accordance with desired goals to achieve personal objectives and situational demands”</i>	Cordova JV, Gee CB, Warren LZ. Emotional skillfulness in marriage: intimacy as a mediator of the relationship between emotional skillfulness and marital satisfaction. <i>J Soc Clin Psychol</i> . 2005;24(2):218–35.
Jia-Yuan, Z., Xiang-Zi, J., Yi-Nan, F., & Yu-Xia, C. (2022).	<i>Emotion management for college students: effectiveness of a mindfulness-based emotion management intervention on emotional regulation and resilience of college students.</i>	NÃO DESCRITO.	

Joshi, S. A., Duval, E. R., Sheynin, J., King, A. P., Phan, K. L., Martis, B., ... & Rauch, S. A. (2020).	<i>Neural correlates of emotional reactivity and regulation associated with treatment response in a randomized clinical trial for posttraumatic stress disorder.</i>	NÃO DESCRITO.	
Juarascio, A. S., Parker, M. N., Manasse, S. M., Barney, J. L., Wyckoff, E. P., & Dochat, C. (2020).	<i>An exploratory component analysis of emotion regulation strategies for improving emotion regulation and emotional eating.</i>	NÃO DESCRITO.	
Kalnciema, B., & Svence, G. (2020).	<i>Changes in School Anxiety and Emotional Self-Regulation of an Adolescence Experimental Group Following the ABKT-B Programme.</i>	<i>“Emotion regulation is the ability of a person to understand and accept his or her emotional experience, to manage and control negative emotions, and to be productive in times of crisis or distress”</i>	Spielberger, C.D., & Vagg, P. (1995). Test Anxiety: a transactional process model. In C.D. Spielberger, P. Vagg (Eds.). Test Anxiety. Theory, Assessment, and Treatment. New York: Taylor & Francis Krohne, H.W. (2003). Individual differences in emotional reactions and coping. In R.J. Davidson, K.R. Scherer, H.H. Goldsmith (Eds.), Handbook of affective sciences (pp. 698-725). New York: Oxford University Press Gross, J.J., & Thompson, R.A. (2006). Emotion regulation: Conceptual foundations. In J. Gross (Ed.), Handbook of emotion regulation. New York.
Kaplan, S. N., & Gençarslan, D. Ö. (2024).	<i>The effects of mindfulness-based psychoeducation program on the perceived stress levels and emotion regulation strategies of patients diagnosed with bipolar disorder.</i>	<i>“Emotion regulation occurs in three steps. In the first step, the individual defines and understands the emotion he is experiencing at that moment, while in the second step, he accepts the emotion instead of escaping it. In the third step, the individual who accepts his feelings</i>	de Siqueira Rotenberg, L., Khafif, T. C., Nascimento, C., & Lafer, B. (2020). Emotion regulation and bipolar disorder: Strategies during the COVID-19 pandemic. <i>Bipolar Disorders</i>, 22(8), 879.

		<i>starts to control them. It is thought that emotion regulation, especially its first two steps, may greatly contribute to mindful attention awareness”</i>	
Kaunhoven, R. J., & Dorjee, D. (2021).	<i>The impact of mindfulness-based stress reduction (MBSR) on the early and late brain potential markers of emotion regulation.</i>	<i>“Emotion regulation is the management of all aspects of an emotional response”</i>	Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. <i>Review of General Psychology</i> , 2(3), 271–299.
Kaur, I., Kamel, R., Sultanik, E., Tan, J., Mazefsky, C. A., Brookman-Frazee, L., ... & Nuske, H. J. (2025).	<i>Supporting emotion regulation in children on the autism spectrum: co-developing a digital mental health application for school-based settings with community partners.</i>	<i>“Emotion regulation skills, or their ability to monitor, evaluate, and modify emotional responses to meet those environmental demands”</i>	Thompson, R. A. (1994). Emotion regulation: A theme in search of definition. <i>Monographs of the Society for Research in Child Development</i> , 59, 25–52.
Kells, M., Joyce, M., Flynn, D., Spillane, A., & Hayes, A. (2020).	<i>Dialectical behaviour therapy skills reconsidered: applying skills training to emotionally dysregulated individuals who do not engage in suicidal and self-harming behaviours.</i>	NÃO DESCRITO.	
Khanjani, M. S., Kazemi, J., Younesi, J., Dadkhah, A., Biglarian, A., & EBRAHIMI, B. B. (2021).	<i>The effect of acceptance and commitment therapy on psychological flexibility and emotional regulation in patients with spinal cord injuries: A randomized controlled trial.</i>	<i>“Emotional regulation refers to strategies that can influence the degree and duration of the increase in emotions, their duration, and experience and expression of these emotions. Moreover, emotional regulation refers to the process by which individuals influence which emotions they have, when they have them, and how they experience and express their feelings.”</i>	Moreira H, Canavarro MC. Mindful parenting is associated with adolescents’ difficulties in emotion regulation through adolescents’ psychological inflexibility and self-compassion. <i>Scand J Pain</i> . 2020;49(1). Rahbar Karbasdehi E, Abolghasemi A, Rahbar Karbasdehi F. The effectiveness of schema therapy integrated with rehabilitation on cognitive emotion regulation and existential anxiety in patients with congestive heart failure. <i>Contemp Psychother</i> . 2018;48(4):233–9.
Kheirabadi, G. R., Yousefian, Z., Zargar, F., Bahrami, M., & Maracy, M. R. (2020).	<i>Citalopram and metacognitive therapy for depressive symptoms and cognitive emotion regulation in patients with</i>	<i>“ER is described as the effort of an individual to preserve, inhibit and to</i>	Calkins SD. Commentary: Conceptual and methodological challenges to the study of emotion regulation and

	<i>major depressive disorder: A randomized controlled trial.</i>	<i>increase experiences and emotional states”</i>	psychopathology. J Psychopathol Behav Assess 2010;32:92-5
Khodabakhshi-Koolaei, A., Falsafinejad, M. R., Zoljalali, T., & Ghazizadeh, C. (2024).	<i>Dialectical behavior therapy: Effect on emotion regulation and death anxiety in older female adults.</i>	<i>“Emotion regulation refers to strategies used to reduce, increase, or maintain emotional experiences”</i>	Gratz, K. L., Dixon, L. J., Kiel, E. J., & Tull, M. T. (2018). Emotion regulation: Theoretical models, associated outcomes, and recent advances. In V. Zeigler-Hill & T. K. Shackelford (Eds.), The SAGE handbook of personality and individual differences: Applications of personality and individual differences (pp. 63–89). Sage Reference
Kilmer, M., Hong, M., Akakpo, V., Hawley, T., Randolph, D., Huetter, S., ... & Bowden, M. (2025).	<i>Animal-assisted therapy on prosocial behavior and emotional regulation in autistic children with varying verbal abilities: A pilot study.</i>	<i>“Emotional regulation, defined as the ability to monitor, evaluate, and change one’s emotional state to achieve a goal”</i>	Maemonah S, Hamidah H, Notobroto HB, Sulystiono D, Widarti L. Factors affecting the ability to speak in children with autism spectrum disorders. J Public Health Res. 2021;10(2):2236 Cibralic S, Kohlhoff J, Wallace N, McMahon C, Eapen V. Emotional Regulation and Language in Young Children With and Without Autism Traits. Journal of Early Intervention. 2023;46(3):428–47. Gross JJ. Emotion regulation: Conceptual and empirical foundations. Handbook of emotion regulation. Guilford Publications. 2013. p. 3–20.
Kroener, J., Mahler, J., & Susic-Vasic, Z. (2023).	<i>Addressing self-criticism in depression using CBT-based emotion-focused chairwork: study protocol of a randomised controlled trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
Krylova, M., Skouras, S., Razi, A., Nicholson, A. A., Karner, A., Steyrl, D., ... & Koush, Y. (2021).	<i>Progressive modulation of resting-state brain activity during neurofeedback of</i>	NÃO DESCRITO.	

	<i>positive-social emotion regulation networks.</i>		
Krzeczkowski, J. E., Kousha, K. Y., Savoy, C., Schmidt, L. A., & Van Lieshout, R. J. (2025).	<i>Adaptive changes in infant emotion regulation persist three months following birthing parent receipt of cognitive behavioral therapy for postpartum depression.</i>	NÃO DESCRITO	
Kuppelin, M., Goetsch, A., Choisel, R., Isner-Horobeti, M. E., Goetsch, T., & Krasny-Pacini, A. (2024).	<i>An exploratory study of dialectical behaviour therapy for emotional dysregulation and challenging behaviours after acquired brain injury.</i>	NÃO DESCRITO.	
Lam, A. H. Y., Leung, S. F., Lin, J. J., & Chien, W. T. (2020).	<i>The effectiveness of a mindfulness-based psychoeducation programme for emotional regulation in individuals with schizophrenia spectrum disorders: a pilot randomised controlled trial.</i>	<i>“Emotion regulation starts by selecting, or avoiding situation (situation selection/modification) that needs to be attended to (attentional deployment), giving rise to an appraisal of the situation’s valance and motivational relevance (cognitive appraisal), and expressing emotion in response to environmental demands (emotional modulation)”</i>	Gross JJ. Antecedent- and response-focused emotion regulation: divergent consequences for experience, expression, and physiology. J Pers Soc Psychol. 1998;74(1):224–237
Lambie, J. A., Lambie, H. J., & Sadek, S. (2020).	<i>“My child will actually say ‘I am upset’ ... Before all they would do was scream”: Teaching parents emotion validation in a social care setting.</i>	NÃO DESCRITO.	
Lan, L., Liu, W., Liu, C., Wang, H., Wang, M., Abbey, C., ... & Tong, L. (2024).	<i>Effects of mindfulness and life-skills training on emotion regulation and anxiety symptoms in Chinese migrant children: A randomized controlled trial.</i>	<i>“Emotion regulation can be defined as the process that individuals use to regulate, experience, and express their emotions”</i>	John OP, Gross JJ. Individual differences in emotion regulation. In: Handbook of emotion regulation. 2007:351e72.
Lawlor, C., Vitoratou, S., Duffy, J., Cooper, B., De Souza, T., Le Boutillier, C., ... & Jolley, S. (2022).	<i>Managing emotions in psychosis: Evaluation of a brief DBT-informed skills group for individuals with psychosis in routine community services.</i>	<i>“Emotion regulation (ER) refers to the ‘processes by which individuals influence which emotions they have, when they have them, and how they experience and express these emotions’”</i>	Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. Review of General Psychology, 2, 271–299.

Lee, M. S., Kim, S. J., Chae, J. H., Park, E. J., Won, W. Y., Jeon, Y. W., & Huh, H. J. (2021).	<i>A mixed-methods study protocol for soma experiencing motion program (soma e-motion program): the effectiveness of contemplative movement for emotion regulation.</i>	NÃO DESCRITO.	
Li, Y., Li, S., Li, H., Tang, Y., & Zhang, D. (2025).	<i>fNIRS neurofeedback facilitates emotion regulation: Exploring individual differences over the ventrolateral prefrontal cortex.</i>	<i>“Emotion regulation involves consciously managing emotional responses through strategies such as attention deployment and cognitive reappraisal”</i>	Dorfel, “ D., Lamke, J.P., Hummel, F., Wagner, U., Erk, S., Walter, H., 2014. Common and differential neural networks of emotion regulation by detachment, reinterpretation, distraction, and expressive suppression: a comparative fMRI investigation. <i>NeuroImage</i> 101, 298–309. Tsujimoto, M., Saito, T., Matsuzaki, Y., Kojima, R., Kawashima, R., 2022. Common and distinct neural bases of multiple positive emotion regulation strategies: a functional magnetic resonance imaging study. <i>NeuroImage</i> 257, 119334.
Lin, Y., Gloe, L. M., Louis, C. C., Eckerle, W. D., Fisher, M. E., & Moser, J. S. (2020).	<i>An electrophysiological investigation on the emotion regulatory mechanisms of brief open monitoring meditation in novice non-meditators.</i>	<i>“Emotion regulation, a core self regulatory ability involving modulation of the generation, experience, and expression of emotion. (...) emotion regulation is conceptualized as a complex dynamic process that unfolds over time”</i>	Gross, J. J. The emerging field of emotion regulation: an integrative review. <i>Rev. Gen. Psychol.</i> 2, 271 (1998). Gross, J. J. & Thompson, R. A. Emotion Regulation: Conceptual Foundations. In <i>Handbook of Emotion Regulation</i> 3–24 (The Guilford Press, 2007). Sheppes, G. & Gross, J. J. Is timing everything? Temporal considerations in emotion regulation. <i>Personal. Soc.</i>

			Psychol. Rev. Off. J. Soc. Personal. Soc. Psychol. Inc 15, 319–331 (2011)
Liu, B., Liu, H., Wen, R., Guo, H., & Zhang, M. (2025).	<i>An empirical study on the alleviation of policewomen 'anxiety by mindfulness-based aerobic dance through affecting emotion regulation.</i>	<i>“Emotional regulation is a process in which individuals use certain strategies to affect their own emotional activities. When individuals face stressful situations, they use specific methods to control emotions”</i>	John, O. P. & Eng, J. In Handbook of Emotion Regulation 2nd edition. 321–345. (The Guilford Press, 2014). Gross, J. J. Emotion regulation: affective, cognitive, and social consequences. Psychophysiology 39 (3), 281–291 (2002).
Liu, N., Yao, L., & Zhao, X. (2020).	<i>Evaluating the amygdala network induced by neurofeedback training for emotion regulation using hierarchical clustering.</i>	NÃO DESCRITO.	
Lohani, M., McElvaine, K., Payne, B., Mitcheom, K., & Britton, W. (2020).	<i>A longitudinal training study to delineate the specific causal effects of open monitoring versus focused attention techniques on emotional health.</i>	NÃO DESCRITO.	
Lopez, M., Ghirardi, A. C. A., Vicente, F. D. A., & Menezes, C. B. (2024).	Relação entre meditação, regulação emocional e expressão vocal: estudo de intervenção.	NÃO DESCRITO.	
MacEvilly, D., & Brosnan, G. (2022).	<i>Adapting an emotional regulation and social communication skills group programme to teletherapy, in response to the COVID-19 pandemic.</i>	NÃO DESCRITO.	
Mahler, K., Hample, K., Jones, C., Sensenig, J., Thomasco, P., & Hilton, C. (2022).	<i>Impact of an interoception-based program on emotion regulation in autistic children.</i>	<i>“The ability to regulate emotions, includes identifying and understanding one’s emotions as well as using strategies to increase or decrease responses when necessary”</i>	Hample, K. Mahler, and A. Amspacher, “An interoceptionbased intervention for children with autism spectrum disorder: a pilot study,” Journal of Occupational Therapy, Schools, & Early Intervention, vol. 13, no. 4, pp. 339–352, 2020. K. J. Barnes, K. A. Vogel, A. J. Beck, H. B. Schoenfeld, and S. V. Owen,

			“Self-regulation strategies of children with emotional disturbance,” <i>Physical & Occupational Therapy in Pediatrics</i>, vol. 28, no. 4, pp. 369–387, 2008. C. A. Mazefsky and S. W. White, “Emotion regulation: concepts & practice in autism spectrum disorder,” <i>Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America</i>, vol. 23, no. 1, pp. 15–24, 2014.
Mahmoudpour, A., Rayesh, N., Ghanbarian, E., & Rezaee, M. (2021).	<i>Effectiveness of acceptance and commitment therapy (ACT) on emotional regulation and loneliness of divorced women in Iran.</i>	NÃO DESCRITO.	
Maier, M. J., Schiel, J. E., Rosenbaum, D., Hautzinger, M., Fallgatter, A. J., & Ehli, A. C. (2021).	<i>To regulate or not to regulate: emotion regulation in participants with low and high impulsivity.</i>	NÃO DESCRITO.	Ochsner, K. N., and Gross, J. J. (2005). The cognitive control of emotion. <i>Trends Cogn. Sci.</i> 9, 242–249.
Maoz, I., Zubedat, S., Dolev, T., Aga-Mizrachi, S., Bloch, B., Michaeli, Y., ... & Avital, A. (2021).	<i>Dog training alleviates PTSD symptomatology by emotional and attentional regulation.</i>	NÃO DESCRITO.	
Martínez, A. A., Suck, A. T., de Juan, T. F., & Mancillas, C. (2021).	<i>Regulación emocional en adolescentes institucionalizados de la ciudad de México: un estudio piloto.</i>	“Se entiende por regulación emocional al conjunto de procesos heterogéneos mediante los cuales las emociones son controladas, ya sea amplificándolas, disminuyéndolas o manteniendo la intensidad de la reacción, que envuelve cambios en los sistemas de respuestas”	X
Matthews, M., Webb, T. L., & Sheppes, G. (2021).	<i>Do people choose the same strategies to regulate other people’s emotions as they choose to regulate their own?</i>	“Regulation can alter different aspects of the emotional experience, such as what emotion is experienced (e.g., anger or fear), when it is experienced (e.g., immediately or after the event), how strongly it is felt, and how long the	Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. <i>Review of General Psychology</i>, 2(3), 271–299. Gross, J. J., & Thompson, R. A. (2007). <i>Emotion regulation: Conceptual</i>

		<i>feelings last for” (Gross, 1998; Gross & Thompson, 2007).</i>	foundations. In J. J. Gross (Ed.), <i>Handbook of emotion regulation</i> (pp. 3–24). Guilford.
Medina, L. G., Correa, I., Sierra-Puentes, M., Hazzouri, M. E., & Hurtado-Parrado, C. (2025).	<i>Emotion regulation and attitudes toward FARC-EP ex-combatants and Venezuelan migrants: effects of a reappraisal training.</i>	NÃO DESCRITO.	
Meneguzzo, P., Garolla, A., Bonello, E., & Todisco, P. (2022).	<i>Alexithymia, dissociation and emotional regulation in eating disorders: Evidence of improvement through specialized inpatient treatment.</i>	<i>“Emotional regulation, which is defined as ‘the ability to identify and modulate the experience and expression of emotions’”</i>	Mallorquí-Bagué, N., Vintro-Alcaraz, C., Sánchez, I., Riesco, N., Agüera, Z., Granero, R., Jiménez-Múrcia, S., Menchon, J. M., Treasure, J., & Fernández-Aranda, F. (2018). Emotion regulation as a Transdiagnostic feature among eating disorders: Cross-sectional and longitudinal approach. <i>European Eating Disorders Review</i> , 26(1), 53–61.
Michel, C. A., Schneck, N., Mann, J. J., Ochsner, K. N., Brodsky, B. S., & Stanley, B. (2024).	<i>Prefrontal cortex engagement during an fMRI task of emotion regulation as a potential predictor of treatment response in borderline personality disorder.</i>	NÃO DESCRITO.	
Miller-Chagnon, R. L., Shomaker, L. B., Prince, M. A., Krause, J. T., Rzonca, A., Haddock, S. A., ... & Lucas-Thompson, R. G. (2024).	<i>The benefits of mindfulness training for momentary mindfulness and emotion regulation: A randomized controlled trial for adolescents exposed to chronic stressors.</i>	<i>“Emotion regulation has been conceptualized as the process through which individuals effectively manage and express their emotions and it is central to stress responding”</i>	Gross JJ (2014). <i>Emotion Regulation: Conceptual and Empirical Foundations</i> . In Gross JJ (Ed.). In <i>Handbook of Emotion Regulation</i> . The Guilford Press New York.
Mirzaei, S., Bagherian-Sararoudi, R., Emami, M. H. D., Izadi, R., & Sharbafchi, M. R. (2025).	<i>The effectiveness of internet-based acceptance and commitment therapy on acceptance of illness, emotion regulation, symptom severity reduction, and symptoms interference with function in patients with breast cancer.</i>	<i>“The concept of emotion regulation (ER) involves multiple aspects (model of Gratz and Roemer (2004)), including the awareness and understanding of your emotions, accepting how you feel, moderating your impulses to act in accordance with your goals, and utilizing appropriate ER strategies that</i>	Gratz KL, Roemer L. Multidimensional assessment of emotion regulation and dysregulation: development, factor structure, and initial validation of the difficulties in emotion regulation scale. <i>J Psychopathol Behav Assess</i> . 2004;26:41–54.

		<i>match the context to achieve your desired outcomes”</i>	
Molina, A., & O'Shea, D. (2020).	<i>Mindful emotion regulation, savouring and proactive behaviour: The role of supervisor justice.</i>	<i>“Emotion regulation is a set of self-regulatory strategies that workers can use, referring to a process whereby ‘individuals modify their emotional experiences, expressions, and physiology and the situations eliciting such emotions in order to produce appropriate responses to the ever-changing demands posed by the environment’”</i>	Aldao, A. (2013). The future of emotion regulation research capturing context. <i>Perspectives on Psychological Science</i> , 8(2), 155-172.
Morthorst, B., Olsen, M. H., Jakobsen, J. C., Lindschou, J., Gluud, C., Heinrichsen, M., ... & Pagsberg, A. K. (2022).	<i>Internet based intervention (Emotion Regulation Individual Therapy for Adolescents) as add-on to treatment as usual versus treatment as usual for non-suicidal self-injury in adolescent outpatients: The TEENS randomised feasibility trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
Moukhtarian, T. R., Patel, K., Toro, C., Russel, S., Daly, G., Walasek, L., ... & Meyer, C. (2022).	<i>Effects of a hybrid digital cognitive-behavioural therapy for insomnia and emotion regulation in the workplace (SLEEP): study protocol for a randomised waitlist control trial.</i>	<i>“ER is conceptualised as the processes influencing which emotions we have, when we have them and how we express and experience them”</i>	Gross JJ. The emerging field of emotion regulation: an integrative review. <i>Review of General Psychology</i> 1998;2:271–99.
Moukhtarian, T. R., Fletcher, S., Walasek, L., Patel, K., Toro, C., Hurley-Wallace, A. L., ... & Meyer, C. (2025).	<i>Digital CBT for insomnia and emotion regulation in the workplace: a randomised waitlist-controlled trial.</i>	<i>“ER involves processes that influence our emotions, including when and how we express and experience them”</i>	Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. <i>Review of General Psychology</i> , 2(3), 271–299.
Mrazek, A. J., Mrazek, M. D., Maul, A., Mrazek, K. L., & Schooler, J. W. (2021).	<i>Taking charge: Characterizing the rapid development of self-regulation through intensive training.</i>	NÃO DESCRITO.	
Nandrino, J. L., Claisse, C., Duprez, C., Defrance, L., Brunelle, E., Naassila, M., & Gandolphe, M. C. (2021).	<i>Training emotion regulation processes in alcohol-abstinent individuals: A pilot study.</i>	NÃO DESCRITO.	

Naughton, B., O'Shea, D., van der Werff, L., & Buckley, F. (2024).	<i>Influencing a nation: How a leader's interpersonal emotion regulation influences citizen compliance via trust and emotions during a global pandemic.</i>	NÃO DESCRITO.	
Navarro-Haro, M. V., Abanades-Morillo, A., Péris-Baquero, Ó., Martínez-Borba, V., Crespo-Delgado, E., Baquero-Escribano, A., ... & Osma, J. (2025).	<i>Implementation of two transdiagnostic interventions based on emotional regulation for professionals who treat alcohol addiction in the Spanish mental health system: A multicenter mixed methods pilot study protocol.</i>	NÃO DESCRITO.	
Neacsiu, A. D., Beynel, L., Graner, J. L., Szabo, S. T., Appelbaum, L. G., Smoski, M. J., & LaBar, K. S. (2022).	<i>Enhancing cognitive restructuring with concurrent fMRI-guided neurostimulation for emotional dysregulation—A randomized controlled trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
Neacsiu, A. D., Gerlus, N., Graner, J. L., Beynel, L., Smoski, M. J., & LaBar, K. S. (2024).	<i>Characterization of neural networks involved in transdiagnostic emotion dysregulation from a pilot randomized controlled trial of a neurostimulation-enhanced behavioral intervention.</i>	NÃO DESCRITO.	
Neilson, E. C., Smith, L., Davis, K. C., & George, W. H. (2022).	<i>Acute alcohol intoxication, state anger, and sexual assault perpetration: The role of state emotion regulation.</i>	<i>“ER is the process through which individuals influence which emotions they have, when they have them, and how they experience and express them in response to environmental demands”</i>	Gross, J. J. (1998). Antecedent- and response-focused emotion regulation: Divergent consequences for experience, expression, and physiology. <i>Journal of Personality and Social Psychology</i> , 74(1), 224-237.
Nesset, M. B., Bjørngaard, J. H., Whittington, R., & Palmstierna, T. (2021).	<i>Does cognitive behavioural therapy or mindfulness-based therapy improve mental health and emotion regulation among men who perpetrate intimate partner violence? A randomised controlled trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
Njardvik, U., Smaradottir, H., & Öst, L. G. (2022).	<i>The effects of emotion regulation treatment on disruptive behavior</i>	NÃO DESCRITO.	

	<i>problems in children: A randomized controlled trial.</i>		
Norman-Nott, N., Wilks, C., Hesam-Shariati, N., Schroeder, J., Suh, J., Czerwinski, M., & Gustin, S. M. (2021).	<i>Efficacy of the iDBT-Pain skills training intervention to reduce emotional dysregulation and pain intensity in people with chronic pain: protocol for a single-case experimental design with multiple baselines.</i>	<i>“Emotional regulation, defined as an individual’s ability to control and manage emotional states and expression, including the type of emotions expressed alongside when and how these emotions occur”</i>	Koechlin H, Coakley R, Schechter N, et al. The role of emotion regulation in chronic pain: a systematic literature review. J Psychosom Res 2018;107:38–45.
Nozaki, Y., & Mikolajczak, M. (2023).	<i>Effectiveness of extrinsic emotion regulation strategies in text-based online communication.</i>	NÃO DESCRITO.	
Oliveros, J. C., Santiesteban, I., & Ulloa, J. L. (2024).	<i>Training self–other distinction: Effects on emotion regulation, empathy, and theory of mind.</i>	<i>“The term ‘emotion regulation’ encompasses a range of processes that enable us to effectively manage our emotions”</i>	Gross, J. J. (2015). Emotion regulation: Current status and future prospects. Psychological Inquiry, 26(1), 1–26.
Orvell, A., Vickers, B. D., Drake, B., Verduyn, P., Ayduk, O., Moser, J., ... & Kross, E. (2021).	<i>Does distanced self-talk facilitate emotion regulation across a range of emotionally intense experiences?</i>	NÃO DESCRITO.	
Oveis, C., Gu, Y., Ocampo, J. M., Hangen, E. J., & Jamieson, J. P. (2020).	<i>Emotion regulation contagion: Stress reappraisal promotes challenge responses in teammates.</i>	<i>“Emotion regulation—attempting to influence one’s own or others’ affective responses”</i>	Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. Review of General Psychology, 2, 271–299.
Pan, D. N., Hoid, D., Wang, X. B., Jia, Z., & Li, X. (2022).	<i>When expanding training from working memory to emotional working memory: Not only improving explicit emotion regulation but also implicit negative control for anxious individuals.</i>	NÃO DESCRITO.	
Park, W., Cho, M., & Park, S. (2022).	<i>Effects of electroencephalogram biofeedback on emotion regulation and brain homeostasis of late adolescents in the COVID-19 pandemic.</i>	NÃO DESCRITO.	
Pavani, J. B., Berna, G., Andreotti, E., Guiller, T., Antoine, P., Dauvier, B., & Congard, A. (2020).	<i>Between-individual differences in baseline well-being and emotion regulation strategy use moderate the</i>	<i>“Emotion regulation encompasses the whole range of behavioral and cognitive processes that individuals can use to modify the intensity of their emotions”</i>	Gross, J. J. (2015). Emotion regulation: Current status and future prospects. Psychological Inquiry, 26(1), 1-26.

	<i>effect of a self-help cognitive-behavioral intervention for typical adults.</i>		Parkinson, B., & Totterdell, P. (1999). Classifying affect-regulation strategies. <i>Cognition and Emotion</i> , 13(3), 277–303.
Pereira, A. F. S., Prior, A. I. S., Ferreira, M., & Fonte, C. (2020).	Cuidar de quem cuida: eficácia de um programa de inteligência emocional para enfermeiros.	NÃO DESCRITO.	
Piguet, C., Celen, Z., Meuleman, B., Schilliger, Z., Magnus Smith, M., Mendola, E., ... & Merglen, A. (2025).	<i>Impact of a Mindfulness-Based Intervention on Symptoms and Emotion Regulation Strategies in Young Adolescents From the General Population: A Randomized Controlled Trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
Pinus, M., Cao, Y., Halperin, E., Coman, A., Gross, J. J., & Goldenberg, A. (2025).	<i>Emotion regulation contagion drives reduction in negative intergroup emotions.</i>	<i>“Regulation, defined as the activation of a goal to change the emotional trajectory”</i>	Gross, J. J. Emotion regulation: Current status and future prospects. <i>Psychological Inq.</i> 26, 1–26 (2015).
Pogrebtsova, E., Son Hing, L., & González-Morales, M. G. (2022).	<i>Effectiveness of an emotion regulation intervention versus an active control on daily well-being and cognitive reappraisal: An experience sampling randomized controlled trial.</i>	<i>“Emotion regulation—defined as the ability to alter the type, timing, and intensity of emotions via cognitive, emotional, and behavioral strategies”</i>	Gross, J. J. (2015). Emotion regulation: Current status and future prospects. <i>Psychological Inquiry</i> , 26(1), 1–26
Pruessner, L., Timm, C., Kalmar, J., Bents, H., Barnow, S., & Mander, J. (2024)..	<i>Emotion regulation as a mechanism of mindfulness in individual cognitive-behavioral therapy for depression and anxiety disorders.</i>	<i>“Emotion regulation strategies are commonly conceptualized as describing various ways through which individuals attempt to influence the intensity, frequency, and duration of their affective responses”</i>	K. McRae and J. J. Gross, “Emotion regulation,” <i>Emotion</i> , vol. 20, no. 1, pp. 1–9, 2020. J. J. Gross, “Emotion regulation: current status and future prospects,” <i>Psychological Inquiry</i> , vol. 26, no. 1, pp. 1–26, 2015.
Ramaiya, M. K., McLean, C. L., Pokharel, M., Thapa, K., Schmidt, M. A., Berg, M., ... & Kohrt, B. A. (2022).	<i>Feasibility and acceptability of a school-based emotion regulation prevention intervention (READY-Nepal) for secondary school students in post-earthquake Nepal.</i>	NÃO DESCRITO.	

Ray, S., Bhanji, J., Kennelly, N., Fox, H. C., Budsock, P. D., Delgado, M., ... & Garland, E. L. (2024).	<i>Mindfulness-oriented recovery enhancement in opioid use disorder: Extended emotional regulation and neural effects and immediate effects of guided meditation in a pilot sample.</i>	NÃO DESCRITO.	
Roca, P., Vazquez, C., Diez, G., & McNally, R. J. (2023).	<i>How do mindfulness and compassion programs improve mental health and well-being? The role of attentional processing of emotional information.</i>	NÃO DESCRITO.	
Rodriguez, L. M., Lee, K. D., Onufrak, J., Dell, J. B., Quist, M., Drake, H. P., & Bryan, J. (2020).	<i>Effects of a brief interpersonal conflict cognitive reappraisal intervention on improvements in access to emotion regulation strategies and depressive symptoms in college students.</i>	<i>“Emotion regulation, operationalised herein as one’s ability to influence which emotions they have, when they have them, and their resulting experience and expression”</i>	Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. <i>Review of General Psychology</i> , 2(3), 271–299.
Rosenbaum, D., Kroczeck, A. M., Hudak, J., Rubel, J., Maier, M. J., Sorg, T., ... & Ehli, A. C. (2020).	<i>Neural correlates of mindful emotion regulation in high and low ruminators.</i>	NÃO DESCRITO.	
Rubin-Falcone, H., Weber, J., Kishon, R., Ochsner, K., Delaparte, L., Doré, B., ... & Miller, J. M. (2020).	<i>Neural predictors and effects of cognitive behavioral therapy for depression: the role of emotional reactivity and regulation.</i>	NÃO DESCRITO.	
Ruiz, S. M., Vega, B. R., Pérez, C. B., & Peinado, R. P. (2023).	<i>Mindfulness-based emotional regulation for patients with implantable cardioverter-defibrillators: A randomized pilot study of efficacy, applicability, and safety.</i>	NÃO DESCRITO.	
Rutherford, A. V., Raila, H., Blicher, A., Vanderlind, W. M., & Joormann, J. (2023).	<i>Seeing red: Distraction influences visual attention for anger but not for other negative emotions.</i>	<i>“Emotion regulation, or an individual’s ability to influence which emotions they experience—and to what extent—is an important skill with significant implications for psychological well-being and overall functioning”</i>	Gross, J. J. (1998). Antecedent- and response-focused emotion regulation: Divergent consequences for experience, expression, and physiology. <i>Journal of Personality and Social Psychology</i> , 74(1), 224–237
Ryan, A., Crehan, E., Khondoker, M., Fell, M., Curtin, R., & Johns, L. C. (2021).	<i>An emotional regulation approach to psychosis recovery: The Living Through Psychosis group programme.</i>	<i>“ER is defined as a process comprising the monitoring, appraisal and</i>	Thompson, R. A. (1994). Emotion regulation: A theme in search of definition. <i>Monographs of the Society</i>

		<i>modification of the quality, intensity, and duration of affective states”</i>	for Research in Child Development, 59(2-3), 25–52, 250–283.
Bahmani, D. S., Razazian, N., Motl, R. W., Farnia, V., Alikhani, M., Pühse, U., ... & Brand, S. (2020).	<i>Physical activity interventions can improve emotion regulation and dimensions of empathy in persons with multiple sclerosis: An exploratory study.</i>	<i>“Emotional regulation is understood as the ability to perceive, regulate, and express one’s own emotions appropriately, and to perceive the emotions of others correctly”</i>	Pfeifer, J.H., Blakemore, S.J., 2012. Adolescent social cognitive and affective neuroscience: past, present, and future. Soc. Cogn. Affect Neurosci. 7 (1), 1–10. Adolphs, R., 2003. Cognitive neuroscience of human social behaviour. Nat. Rev. Neurosci. 4 (3), 165–178. Rindermann, H. (2009). <i>EKF: Emotionale-Kompetenz-Fragebogen</i> . Göttingen: Hogrefe.
Sahi, R. S., Ninova, E., & Silvers, J. A. (2021).	<i>With a little help from my friends: Selective social potentiation of emotion regulation.</i>	<i>“Emotion regulation (ER) is defined as the process by which individuals control the experience and expression of their emotions”</i>	Gross, J. J. (1998b). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. Review of General Psychology.
Sahi, R. S., He, Z., Silvers, J. A., & Eisenberger, N. I. (2023).	<i>One size does not fit all: Decomposing the implementation and differential benefits of social emotion regulation strategies.</i>	<i>“Emotion regulation, or the ability to manage the experience and expression of emotions, is crucial for navigating everyday challenges”</i>	Gross, J. J. (1998b). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. Review of General Psychology, 2(3), 271–29
Sahi, R. S., Gaines, E. M., Nussbaum, S. G., Lee, D., Lieberman, M. D., Eisenberger, N. I., & Silvers, J. A. (2025).	<i>You changed my mind: Immediate and enduring impacts of social emotion regulation.</i>	NÃO DESCRITO.	
Schaitz, C., Kroener, J., Maier, A., Connemann, B. J., & Sosic-Vasic, Z. (2020).	<i>Short imagery rescripting intervention to treat emotionally dysregulated behavior in borderline personality disorder: an exploratory study.</i>	NÃO DESCRITO.	
Scheffel, C., Graupner, S. T., Gärtner, A., Zerna, J., Strobel, A., & Dörfel, D. (2021).	<i>Effort beats effectiveness in emotion regulation choice: Differences between suppression and distancing in subjective and physiological measures.</i>	<i>“Emotion regulation (ER) can be conceptualized as any process by which individuals modify their emotional</i>	Gross, J. J. (1998). Antecedent- and response-focused emotion regulation: Divergent consequences for experience, expression, and physiology. Journal of

		<i>experiences, expressions, and physiology”</i>	Personality and Social Psychology, 74(1), 224– 237.
Schirda, B., Duraney, E., Lee, H. K., Manglani, H. R., Andridge, R. R., Plate, A., ... & Prakash, R. S. (2020).	<i>Mindfulness training for emotion dysregulation in multiple sclerosis: A pilot randomized controlled trial.</i>	<i>“Emotion regulation refers to a collection of attentional, cognitive, and behavioral processes by which we modulate the experience and expression of emotions.”</i>	Gratz, K. L., & Roemer, L. (2004). Multidimensional assessment of emotion regulation and dysregulation: Development, factor structure, and initial validation of the Difficulties in Emotion Regulation Scale. Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment, 26, 41–54.
Schnitker, S. A., Shubert, J., Ratchford, J. L., Lumpkin, M., & Houltberg, B. J. (2021).	<i>Mixed results on the efficacy of the CharacterMe smartphone app to improve self-control, patience, and emotional regulation competencies in adolescents.</i>	<i>“Emotion regulation (i.e., processes that monitor, assess, and modulate emotional reactions in goal pursuit)”</i>	Zeman, J., Shipman, K., and Suveg, C. (2002). Anger and sadness regulation: predictions to internalizing and externalizing symptoms in children. J. Clin. Child. Adolesc. 31, 393–398.
Shareh, H., & Yazdanian, M. (2023).	<i>The effectiveness of dialectical behavior group therapy on stress, depression, and cognitive emotion regulation in mothers of intellectually disabled students: A randomized clinical trial.</i>	<i>“The understanding of activities or processes that people can use to evaluate, follow up, and influence the expression of emotions is referred to as emotion regulation”</i>	Domaradzka, E., & Fajkowska, M. (2018). Cognitive emotion regulation strategies in anxiety and depression understood as types of personality. Frontiers in Psychology, 9, 856.
Skowron, E. A., Nekkanti, A. K., Skoranski, A. M., Scholtes, C. M., Lyons, E. R., Mills, K. L., ... & Funderburk, B. W. (2024).	<i>Randomized trial of parent–child interaction therapy improves child-welfare parents’ behavior, self-regulation, and self-perceptions.</i>	<i>“Emotion regulation – the ability to recognize and modulate one’s emotional responses, and inhibitory control”</i>	Gratz, K. L., & Roemer, L. (2004). Multidimensional assessment of emotion regulation and dysregulation: Development, factor structure, and initial validation of the difficulties in emotion regulation scale. Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment, 26(1), 41–54.
Smith, R., Persich, M. R., Chuning, A. E., Cloonan, S., Woods-Lubert, R., Skalamera, J., ... & Killgore, W. D. (2024).	<i>Improvements in mindfulness, interoceptive and emotional awareness, emotion regulation, and interpersonal emotion management following completion of an online emotional skills training program.</i>	NÃO DESCRITO.	

Sobhani, Z., Hosseini, S. V., Honarparvaran, N., Khazraei, H., Amini, M., & Hedayati, A. (2023).	<i>The effectiveness of an online video-based group schema therapy in improvement of the cognitive emotion regulation strategies in women who have undergone bariatric surgery.</i>	“Cognitive emotion regulation (CER) is defined as the ‘conscious, mental strategies individuals use to cope with the intake of emotionally arousing information’”	12. Garnefski N, Koopman H, Kraaij V, ten Cate R. Brief report: Cognitive emotion regulation strategies and psychological adjustment in adolescents with a chronic disease. J Adolesc. 2009;32:449–54
Sosic-Vasic, Z., Schaitz, C., Mayer, B., Maier, A., Connemann, B., & Kroener, J. (2024).	<i>Treating emotion dysregulation in patients with borderline personality disorder using imagery rescripting: A two-session randomized controlled trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
Speer, S., Hamner, E., Tasota, M., Zito, L., & Byrne-Houser, S. K. (2021).	<i>MindfulNest: Strengthening emotion regulation with tangible user interfaces.</i>	NÃO DESCRITO.	
Stappenbeck, C. A., Gulati, N. K., Jaffe, A. E., Blayney, J. A., & Kaysen, D. (2021)	<i>Initial efficacy of a web-based alcohol and emotion regulation intervention for college women with sexual assault histories.</i>	NÃO DESCRITO.	
Stefanica, V., Macri, A. C., Man, C. M., Vasile, A. M., Mateescu, A., Popescu, C., ... & Mavritsakis, N. (2025).	<i>Integrated Physical Education for Mental Health: Enhancing Emotional Regulation, Self-Esteem, and Stress Resilience in Adolescents through Sports, Mindfulness, and Reflection.</i>	NÃO DESCRITO.	
Stubberud, J., Huster, R., Hoorelbeke, K., Hammar, Å., & Hagen, B. I. (2021).	<i>Improved emotion regulation in depression following cognitive remediation: A randomized controlled trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
Suzuki, Y., & Tanaka, S. C. (2021).	<i>Functions of the ventromedial prefrontal cortex in emotion regulation under stress.</i>	“Emotion regulation has been defined as an attempt to monitor and modulate emotional experience”	Gross, J. J. & Thompson, R. A. Emotion regulation: Conceptual foundations. In Handbook of Emotion Regulation (ed. Gross, J. J.) 3–24 (The Guilford Press, 2007).
Tao, Q., Zhang, C., & Li, X. (2021).	<i>Dancing improves emotional regulation in women with methamphetamine use disorder but use of a cycle ergometer does not.</i>	NÃO DESCRITO.	

Te Brinke, L. W., Menting, A. T., Schuiringa, H. D., Deković, M., Weisz, J. R., & De Castro, B. O. (2021).	<i>Emotion regulation training as a treatment element for externalizing problems in adolescence: A randomized controlled micro-trial.</i>	<i>“Emotion regulation can be defined as the extrinsic and intrinsic processes responsible for monitoring, evaluating, and modifying emotional reactions”</i>	Thompson, R. A. (1994). Emotion regulation: A theme in search of definition. Monographs of the Society for Research in Child Development, 59, 25–52
Ter Harmsel, J. F., Noordzij, M. L., van der Pol, T. M., Swinkels, L. T., Goudriaan, A. E., & Popma, A. (2023).	<i>Exploring the effects of a wearable biocueing app (Sense-IT) as an addition to aggression regulation therapy in forensic psychiatric outpatients.</i>	NÃO DESCRITO.	
Tharaud, J. B., Murphy, J., Smith, D. L., Valdespino-Hayden, Z. E., & Held, P. (2024).	<i>Changes in emotion regulation difficulties and PTSD symptom severity in an intensive treatment program for PTSD.</i>	NÃO DESCRITO.	
Thuillard, S., & Dan-Glauser, E. S. (2020).	<i>The simultaneous use of Emotional suppression and Situation selection to regulate emotions incrementally favors physiological responses.</i>	<i>“Emotion regulation refers to ‘the processes by which individuals influence which emotions they have, when they have them, and how they experience and express these emotions’”</i>	Gross JJ. The emerging field of emotion regulation: an integrative review. Rev Gen Psychol. 1998;2(3):271–99.
Tingaz, E. O. (2025).	<i>Effects of brief online mindful sport performance enhancement on athletes' mental health, emotion regulation, and performance: a mixed-methods randomized controlled trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
Tse, A. C. (2020).	<i>Brief Report: Impact of a Physical Exercise Intervention on Emotion Regulation and Behavioral Functioning in Children with Autism Spectrum Disorder.</i>	NÃO DESCRITO.	
van Dam, W. O., & Chrysikou, E. G. (2021).	<i>Effects of unilateral tDCS over left prefrontal cortex on emotion regulation in depression: Evidence from concurrent functional magnetic resonance imaging.</i>	<i>“ER is generally defined as the set of both strategic and automatic processes that influence the occurrence, magnitude, duration, and expression of an affective event”</i>	John, O. P., & Gross, J. J. (2004). Healthy and unhealthy ER: personality processes, individual differences, and life span development. Journal of Personality, 72(6), 1301–1334.

			Gross, J. J., & Levenson, R. W. (1997). Hiding feelings: the acute effects of inhibiting positive and negative emotions. <i>Journal of Abnormal Psychology</i> , 106, 95–103.
Van Doren, N., Shields, S. A., & Soto, J. A. (2021).	<i>Emotion Regulation Training in a First-Year Experience Course: A Qualitative Analysis of Students' Experiences</i>	NÃO DESCRITO.	
Vaudreuil, C., Abel, M. R., Barnett, Y., DiSalvo, M., & Hirshfeld-Becker, D. R. (2024).	<i>A Pilot Controlled Trial of Relaxation Training Combined with a Video Game Reinforcing Emotional Regulation to Improve Anger Management in Children and Adolescents</i>	NÃO DESCRITO.	
Vieira, N. S. D. C., Prette, Z. A. P. D., Oliveira, A. M., Ribeiro, D. F., Silva, S. F., Raimundo, E. M., ... & Guerra, L. B. (2020).	<i>Effects of a Preventive Intervention of Emotional Regulation in the School Context</i>	“Emotional regulation (ER) refers to processes involved in dealing with high levels of positive and negative emotions”	Kopp, C. B. (1989). Regulation of distress and negative emotions: a developmental view. <i>Developmental Psychology</i> , 25(3), 343- 354
Votinov, M., Wagels, L., Hoffstaedter, F., Kellermann, T., Goerlich, K. S., Eickhoff, S. B., & Habel, U. (2020).	<i>Effects of exogenous testosterone application on network connectivity within emotion regulation systems.</i>	“Emotion regulation comprises all processes that are used to initiate, stop, or modulate a certain emotion”	Etkin, A., Büchel, C. & Gross, J. J. The neural bases of emotion regulation. <i>Nature Reviews Neuroscience</i> 16, 693–700 (2015). Gross, J. J. Emotion regulation: Current status and future prospects. <i>Psychol. Inq.</i> 26, 1–26 (2015).
Wallace, R., Smith, I., Day, D., Alexander, M., Weihs, K. L., & Wiley, J. F. (2025).	<i>A randomized controlled trial: Evaluating whether a cognitive behavioral internet-delivered intervention targeting emotion regulation improves health-related quality of life in cancer survivors.</i>	“Emotion regulation refers to ‘the processes by which we influence which emotions we have, when we have them, and how we experience and express them’”	Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. <i>Review of General Psychology</i> , 2(3), 271–299.
Wang, K., Goldenberg, A., Dorison, C. A., Miller, J. K., Uusberg, A., Lerner, J. S., ... & Štrukelj, E. (2021).	<i>A multi-country test of brief reappraisal interventions on emotions during the COVID-19 pandemic.</i>	NAO DESCRITO.	

Wang, L., Zou, H. O., Qu, Y. H., Hong, J. F., & Chen, J. (2025).	<i>The Role of Pain and Blood Simulation of Nonsuicidal Self-Injury in Emotion Regulation Among Adolescents With Depression Based on the Principle of Harm Reduction: An Experimental Study.</i>	NÃO DESCRITO.	
Waters, S. F., Karnilowicz, H. R., West, T. V., & Mendes, W. B. (2020).	<i>Keep it to yourself? Parent emotion suppression influences physiological linkage and interaction behavior.</i>	NÃO DESCRITO.	
Weaver, S. S., Birn, R. M., & Cisler, J. M. (2020).	<i>A pilot adaptive neurofeedback investigation of the neural mechanisms of implicit emotion regulation among women with PTSD.</i>	<i>“Bias towards threat correspond with more general models of implicit emotion regulation, which differentiate two processes engaged during attentional biases: the detection of a salient cue and a regulatory process by which attention is disengaged from the cue and redirected towards task-relevant stimuli”</i>	Etkin, A., Egner, T., Peraza, D. M., Kandel, E. R., and Hirsch, J. (2006). Resolving emotional conflict: a role for the rostral anterior cingulate cortex in modulating activity in the amygdala. <i>Neuron</i> 51, 871–882. Etkin, A., Büchel, C., and Gross, J. J. (2015). The neural bases of emotion regulation. <i>Nat. Rev. Neurosci.</i> 16, 693–700.
Weymeis, H., Van Leeuwen, K., & Braet, C. (2021).	<i>The Effects of TIME-IN on Emotion Regulation, Externalizing, and Internalizing Problems in Promoting School Readiness.</i>	<i>“Emotion regulation (ER), which has been (a) defined by Gross (...) as ‘processes by which individuals influence which emotions they have, when they have them, and how they experience and express these emotions,’ and (b) shown to be a transdiagnostic mechanism that affects both EP and IP”</i>	Gross, J. J. (1998). Antecedent- and response-focused emotion regulation: divergent consequences for experience, expression, and physiology. <i>J. Pers. Soc. Psychol.</i> 74, 224–237. Aldao, A., Gee, D. G., De Los Reyes, A., and Seager, I. (2016). Emotion regulation as a transdiagnostic factor in the development of internalizing and externalizing psychopathology: current and future directions. <i>Dev. Psychopathol.</i> 28, 927–946.

Witten, J. A., Coetzer, R., Rowlands, L., & Turnbull, O. H. (2025).	<i>“Talk and Chalk”: An emotion regulation intervention for anger after acquired brain injury.</i>	<i>“Emotion regulation (i.e., the ability to modify and control emotional experiences and reactions)”</i>	Gross, J. J. (1998a). Antecedent- and response-focused emotion regulation: Divergent consequences for experience, expression, and physiology. <i>Journal of Personality and Social Psychology</i> , 74(1), 224–237. Gross, J. J. (2002). Emotion regulation: Affective, cognitive, and social consequences. <i>Psychophysiology</i> , 39(3), 281–291.
Wittkamp, M. F., Krkovic, K., & Lincoln, T. M. (2023).	<i>Effectiveness of a transdiagnostic emotion regulation training in an at-risk sample: a randomized-controlled trial of group-based training versus self-help bibliotherapy.</i>	<i>“Emotion regulation (cf. Cludius et al., 2020), which has been defined to comprise (1) identifying the need to regulate, (2) selecting a regulation strategy, and (3) implementing the selected strategy”</i>	Gross, J. J. (2015). The extended process model of emotion regulation: Elaborations, applications, and future directions. <i>Psychological Inquiry</i> , 26(1), 130–137.
Wolitzky-Taylor, K., Glasner, S., Tanner, A., Ghahremani, D. G., & London, E. D. (2022).	<i>Targeting maladaptive reactivity to negative affect in emerging adults with cannabis use disorder: A preliminary test and proof of concept.</i>	NÃO DESCRITO.	
Xiao, F., Peng, Q., & Wang, X. (2025).	<i>Intertemporal meditation regulates time perception and emotions: an exploratory fNIRS study.</i>	NÃO DESCRITO.	
Yang, X., Wang, Y., Tang, S., Li, L., & Wang, J. (2025).	<i>Effects of transcranial direct current stimulation of the right dorsolateral prefrontal cortex on craving and negative emotion regulation in individuals at risk for problematic pornography use: A double-blind, placebo-controlled study.</i>	NÃO DESCRITO.	
Yap, S. H., Zainal, L. N. B., Yusoff, S. Z. B., & Tan, X. R. (2025).	<i>Exploring the use of mindfulness for prevention of burnout in allied health professionals in Singapore.</i>	<i>“The concept of emotional regulation. It was described by Fasbinder et al. (2020) as a construct of 4 defining attributes: (1) self-awareness, (2) self-control, (3)</i>	Fasbinder A, Shidler K and Caboral-Stevens M. A concept analysis: emotional regulation of nurses. <i>Nurs Forum</i> 2020; 55: 118–127.

		<i>emotional expression, and (4) active thinking”</i>	
You, M., Laborde, S., Zammit, N., Iskra, M., Borges, U., Dosseville, F., & Vaughan, R. S. (2021).	<i>Emotional intelligence training: Influence of a brief slow-paced breathing exercise on psychophysiological variables linked to emotion regulation.</i>	NÃO DESCRITO.	
Yu, M., Bai, Y., & Li, Y. (2023).	<i>Emo-regulator: An emotion-regulation training system fusing virtual reality and EEG-based neurofeedback.</i>	<i>“Emotion regulation is the ability to recognize emotions and control the intensity and duration of emotional experiences, an important cognitive function that allows humans to adapt to their environment”</i>	J. J. Gross, “Emotion Regulation: Current Status and Future Prospects,” Psychol. Inq., vol. 26, no. 1, pp. 1–26, 2015.
Yuan, J., Zheng, M., Liu, D., & Wang, L. (2024).	<i>Effect of acceptance and commitment therapy on emotion regulation in adolescent patients with nonsuicidal self-injury.</i>	NÃO DESCRITO.	
Yuan, J., Zhang, Y., Chen, S., Luo, L., & Ru, Y. (2021).	<i>The establishment of the Chinese Emotion Regulation Word System (CERWS) and its pilot test.</i>	<i>“Emotion regulation refers to the process of changing cognitive or behavioral patterns to affect emotion production, experience, and expression during emotional arousal”</i>	Gross, J. J. (2013). Handbook of emotion regulation. Guilford publications.
Zakaria, S., Sasagawa, S., & Essau, C. A. (2021).	<i>Exploring the impact of a transdiagnostic cognitive behavioural therapy-based intervention on a group of Malaysian adolescents with problematic drug use and emotional problems.</i>	NÃO DESCRITO.	
Zheng, Q., Zhou, H. Y., Li, K., Liu, Y., Nan, W., & Gong, J. (2024).	<i>The effectiveness of mindfulness-based intervention for psychological distress and emotion regulation in college students with non-suicidal self-injury.</i>	<i>“Emotion regulation involves the awareness/acceptance of emotions, the ability to control impulsive behaviors when experiencing negative emotions, and the ability to respond appropriately to the demands of the situation”</i>	Gratz, & Roemer (2004). Multidimensional assessment of emotion regulation and dysregulation: Development, factor structure, and initial validation of the difficulties in emotion regulation scale. Journal of

			Psychopathology and Behavioral Assessment, 26, 41–54.
Zhu, P., Liu, X., Shang, X., Chen, Y., Chen, C., & Wu, Q. (2023).	<i>Mindfulness-based stress reduction for quality of life, psychological distress, and cognitive emotion regulation strategies in patients with breast cancer under early chemotherapy—a randomized controlled trial.</i>	NÃO DESCRITO.	
Zich, C., Johnstone, N., Lührs, M., Lisk, S., Haller, S. P., Lipp, A., ... & Kadosh, K. C. (2020).	<i>Modulatory effects of dynamic fMRI-based neurofeedback on emotion regulation networks in adolescent females.</i>	NÃO DESCRITO.	
Zompa, L., Cassioli, E., Rossi, E., Cordasco, V. Z., Caiati, L., Lucarelli, S., ... & Castellini, G. (2025).	<i>Group Dialectical Behavior Therapy for Binge Eating Disorder: Emotion Dysregulation and Alexithymia as Mediators of Symptom Improvement.</i>	NÃO DESCRITO.	
Zotev, V., Mayeli, A., Misaki, M., & Bodurka, J. (2020).	<i>Emotion self-regulation training in major depressive disorder using simultaneous real-time fMRI and EEG neurofeedback.</i>	NÃO DESCRITO.	

Apêndice B – Análise dos conceitos descritos de Regulação Emocional

Autores e ano	Título	Descrição do conceito	Identificação do que está sendo regulado	Explicitação dos comportamentos do processo regulatório	Indicação das condições sob as quais as respostas ocorrem	Qualidade da descrição conceitual
Aghamohammadi, F., Saed, O., Ahmadi, R., & Kharaghani, R. (2022)	The effectiveness of adapted group mindfulness-based stress management program on perceived stress and emotion regulation in midwives: a randomized clinical trial.	<i>“ER known as an ability to manage and regulate emotions (including stress)”</i> .	Parcial — menciona de forma genérica emoções, estresse.	Sim — explicita comportamentos/processos como manejo, regulação geral.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Alvarez, T. M. B. (2025)	Entrenamiento en habilidades de regulación emocional: estudio de caso de una paciente con Trastorno Limite de Personalidad, ansiedad y problemas tiroideos.	<i>“Por regulación emocional, se entiende a ‘la capacidad de la persona para disminuir el malestar emocional que le provocan las respuestas secundarias intensas a las emociones primarias’”</i> .	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, respostas secundárias.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, redução.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Amundsen, R., Riby, L. M., Hamilton, C., Hope, M., &	Mindfulness in primary school children as a route to enhanced life	<i>“Emotion regulation has been defined as the conscious and unconscious strategies</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/componentes de respostas emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral,	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média

McGann, D. (2020)	satisfaction, positive outlook and effective emotion regulation.	<i>one employs to maintain, increase or decrease components of an emotional response”.</i>		aumento, redução, manutenção.		
Aranberri-Ruiz, A., Aritzeta, A., Olarza, A., Soroa, G., & Mindeguia, R. (2022)	Reducing anxiety and social stress in primary education: A breath-focused heart rate variability biofeedback intervention.	<i>“Most emotional regulation processes, are conscious and refer to the efforts that we as subjects make to change our own emotions. Emotional regulation consists of three phases: identification, selection, and implementation”.</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, seleção, implementação, processamento.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Asarnow, J. R., Berk, M. S., Bedics, J., Adrian, M., Gallop, R., Cohen, J., ... & McCauley, E. (2021)	Dialectical behavior therapy for suicidal self-harming youth: Emotion regulation, mechanisms, and mediators.	<i>“Although definitions of emotion regulation vary, DBT conceptualizes emotion regulation as involving the following: sensitivity to emotional stimuli; intensity of emotional reactions; and ability to regulate negative affective responses”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, afeto/estados afetivos.	Parcial — indica apenas um processo geral (regulação geral), sem detalhar etapas/estratégias.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Atta, M. H. R., El-Gueneidy, M. M., & Lachine, O. A. R. (2024)	The influence of an emotion regulation intervention on challenges in emotion regulation and cognitive	<i>“ER involves modulating which emotions one experiences, the timing of these emotions, and</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento	Sim — explicita comportamentos/processos como modulação, expressão.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média

	strategies in patients with depression.	<i>how one feels or expresses them</i>	público, experiência subjetiva.			
Barrio-Martínez, S., González-Blanch, C., Priede, A., Muñoz-Navarro, R., Medrano, L. A., Moriana, J. A., ... & Cano-Vindel, A. (2022)	Emotion regulation as a moderator of outcomes of transdiagnostic group cognitive-behavioral therapy for emotional disorders.	<i>"A process by which individuals control their emotions in order to respond adequately to the demands of the environment"</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções.	Parcial — indica apenas um processo geral (controle), sem detalhar etapas/estratégias.	Sim — indica condições em função do ambiente, em função de demandas ambientais/situacionais.	Média
Battaglini, A. M., Zareian, B., & LeMoult, J. (2025)	Intra-versus interpersonal emotion regulation: Associations with affect, relationship quality and closeness, and biological markers of stress.	<i>"The process by which emotional experiences are managed is known as emotion regulation"</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, experiência subjetiva.	Parcial — indica apenas um processo geral (gerenciar), sem detalhar etapas/estratégias.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Behrouian, M., Ramezani, T., Dehghan, M., Sabahi, A., & Ebrahimnejad Zarandi, B. (2021)	The effect of the emotion regulation training on the resilience of caregivers of patients with schizophrenia: a parallel randomized controlled trial.	<i>"All strategies used to reduce, increase, or maintain positive or negative emotions are referred to as emotion regulation"</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, aumento, manutenção.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Berthold-Losleben, M., Papalini, S., Habel, U., Losleben, K.,	A short-term musical training affects implicit emotion regulation only in	<i>"Emotion regulation can be understood as an either implicit (automatic, without monitoring or insight)</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, estados	Sim — explicita comportamentos/processos como monitoramento, regulação geral,	Parcial — sugere apenas sob certas condições/estados.	Alta

Schneider, F., Amunts, K., & Kohn, N. (2021)	behaviour but not in brain activity.	<i>or explicit (monitored with conscious effort and awareness) regulatory process of affective internal states”</i>	internos/privados, afeto/estados afetivos.	monitoramento/consciência, processamento.		
Bjureberg, J., Ojala, O., Berg, A., Edvardsson, E., Kolbeinsson, Ö., Molander, O., ... & Hesser, H. (2023)	Targeting maladaptive anger with brief therapist-supported internet-delivered emotion regulation treatments: A randomized controlled trial.	<i>“However, emotion regulation is a complex multistage process involving different strategies”</i>	Não — não especifica claramente qual resposta/componente emocional é regulado.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento, estratégias.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Baixa
Bonfatti, J. S., Costa, A. G. M., Lutz, A. G., Bastos, M. O., & Rodrigues, M. C. (2021)	Habilidades de autorregulação emocional e resolução de problemas interpessoais em pré-escolares: relato de experiência.	“Essa habilidade diz respeito ao processo de gerenciar, refletir e manejar adequadamente as próprias emoções, tornando-as mais adaptativas à vida do indivíduo”	Parcial — menciona de forma genérica emoções.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Brown, K. W., Berry, D., Eichel, K., Beloborodova, P., Rahrig, H., & Britton, W. B. (2022)	Comparing impacts of meditation training in focused attention, open monitoring, and mindfulness-based cognitive therapy on emotion reactivity and regulation: neural and subjective	<i>“Emotion regulation, the ability to alter that emotional response”</i>	Parcial — menciona de forma genérica respostas emocionais.	Parcial — indica apenas um processo geral (regulação geral), sem detalhar etapas/estratégias.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Baixa

	evidence from a dismantling study.					
Brown, T. A., Cusack, A., Berner, L. A., Anderson, L. K., Nakamura, T., Gomez, L., ... & Kaye, W. H. (2020)	Emotion regulation difficulties during and after partial hospitalization treatment across eating disorders.	<i>“Gratz and Roemer’s widely used emotion regulation model (2004) describes emotion regulation across four dimensions: (a) awareness and understanding of emotions; (b) acceptance of emotions; (c) the ability to engage in goal directed behavior, and refrain from impulsive behavior, when experiencing negative emotions; and (d) access to emotion regulation strategies perceived as effective”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, aceitação, compreensão, monitoramento/consciência.	Sim — indica condições em função de metas/objetivos, quando certas emoções/situações ocorrem, sob certas condições/estados.	Alta
Byström, M., Bränström, R., Jolstedt, M., Alwall, N., Engberg, H., Nord, M., ... & Sahlin, H. (2025)	Development and feasibility of an internet-delivered emotion regulation treatment for transgender and gender diverse individuals and their	<i>“Emotion regulation is defined as the awareness and acceptance of emotions and the ability to modify emotional reactions, particularly their intensity and</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, reações.	Sim — explicita comportamentos/processos como modificação, regulação geral, aceitação, monitoramento/consciência.	Sim — indica condições em função de metas/objetivos, em função das demandas da situação, em função de demandas ambientais/situacionais.	Alta

	chosen support person.	<i>duration, to meet important, individual goals and situational demands”</i>				
Calero, A. D., Formoso, J., Injoque-Ricle, I., Barreyro, J. P., & Burin, D. I. (2023)	Spontaneous emotional regulation under experimental emotional condition: The role of working memory.	<i>“Emotional regulation is a process that determines how individuals are influenced by their emotions, when and how they experience them, and how they express them”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento, expressão.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta
Cañabate, D., Santos, M., Rodríguez, D., Serra, T., & Colomer, J. (2020)	Emotional self-regulation through introjective practices in physical education.	<i>“In this study, self-regulation is understood to be the capacity to recognize individual emotions and to act accordingly, mitigating states of tension, stress, anxiety, or pain, in pursuit of well-being and psychosomatic balance”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, estresse.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, reconhecimento, mitigar.	Sim — indica condições sob certas condições/estados, voltada ao bem-estar.	Alta
Carbonero-Martín, M. Á., Arteaga-Cedeño, W. L., Martín-Antón, L. J., & Molinero-González, P. (2022)	Group segmentation as a strategy for implementing the intervention programme in emotional education for infant and primary teachers.	<i>“Emotional regulation is the ability to be open to feelings and to promote an understanding towards personal growth”</i>	Parcial — menciona de forma genérica sentimentos.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, compreensão.	Sim — indica condições sob certas condições/estados, voltada ao crescimento pessoal.	Alta

Chen, S., Ding, N., Wang, F., Li, Z., Qin, S., Biswal, B. B., & Yuan, J. (2021)	Functional decoupling of emotion coping network subsides automatic emotion regulation by implementation intention.	<i>“Emotion regulation, a process to modulate any components of emotional activity”</i>	Parcial — menciona de forma genérica atividades emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, modulação, processamento.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Chen, W., Hammett, J. F., & Davis, K. C. (2024)	Preliminary efficacy of a brief cognitive restructuring intervention to reduce sexual coercion intentions: roles of alcohol and emotion regulation.	<i>“Emotion regulation (ER), referring to individuals’ attempts to control or change their emotional experience”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, controle, alteração.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Cheng, R., Lu, K., & Hao, N. (2021)	The effect of anger on malevolent creativity and strategies for its emotion regulation.	<i>“Emotion regulation is a series of cognitive processes that regulate or alter the appearance, intensity, and duration of emotional states”</i>	Parcial — menciona de forma genérica estados emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Christ, C., van Schaik, D. J. F., Kikkert, M. J., de Waal, M. M., Dozeman, E., Hulstijn, H. L., ... & Dekker, J. J. M. (2024)	Internet-based emotion regulation training aimed at reducing violent revictimization and depressive symptoms in victimized depressed patients: Results of a randomized controlled trial.	<i>“Emotion regulation (ER) refers to ‘the processes responsible for monitoring, evaluating, and modifying emotional reactions, especially their intensive and temporal features, to accomplish one’s goals’”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como monitoramento, modificação, regulação geral, processamento.	Sim — indica condições em função de metas/objetivos, para alcançar objetivos.	Alta

Clarke, P. J., Van Bockstaele, B., Marinovic, W., Howell, J. A., Boyes, M. E., & Notebaert, L. (2020)	The effects of left DLPFC tDCS on emotion regulation, biased attention, and emotional reactivity to negative content.	<i>“Emotion regulation itself refers to the processes via which individuals intentionally influence the emotions they experience, including when and how they express such emotions, and their intensity”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento, expressão.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta
Coccaro, E. F., Drossos, T., Kline, D., Lazarus, S., Joseph, J. J., & de Groot, M. (2022)	Diabetes distress, emotional regulation, HbA1c in people with diabetes and a controlled pilot study of an emotion-focused behavioral therapy intervention in adults with type 2 diabetes.	<i>“Emotional regulation consists of the experience, processing, understanding, and coping with emotion”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, compreensão, processamento.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Coyne, A. E., Mattson, E., Bagley, J. M., Klein, A. B., Shekhtman, K., Payat, S., ... & Zoellner, L. A. (2024)	Within-patient association between emotion regulation and outcome in prolonged exposure for posttraumatic stress disorder.	<i>“Emotion regulation (...), or the process by which individuals influence the types of emotions they experience, the timing of their emotional experiences, and how their emotions are experienced and expressed”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento, expressão.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Danvers, A. F., Scott, B. G., Shiota, M. N., Tein, J. Y.,	Effects of therapeutic intervention on parentally bereaved children’s emotion	<i>“Emotion regulation can be broadly defined as ‘the processes by which individuals</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais,	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento, expressão.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta

Wolchik, S. A., & Sandler, I. I. (2020)	reactivity and regulation 15 years later.	<i>influence which emotions they have, when they have them, and how they experience and express these emotions”</i>	expressão/comportamento público, experiência subjetiva.			
Darwich, R. A., & Costa, Y. S. K. (2022)	Yoga com histórias para crianças com transtorno do espectro autista: regulação emocional mediada pela internet.	“A área da autorregulação ganha destaque, pois está relacionada à demonstração de flexibilidade e à capacidade de regular as reações comportamentais, tanto em resposta a mudanças inesperadas quanto diante de erros e feedbacks de correção”	Parcial — menciona de forma genérica reações comportamentais.	Não — não descreve os comportamentos/estratégias do processo regulatório.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Baixa
Debeuf, T., Verbeken, S., Boelens, E., Volkaert, B., Van Malderen, E., Michels, N., & Braet, C. (2020)	Emotion regulation training in the treatment of obesity in young adolescents: protocol for a randomized controlled trial.	<i>“Emotion regulation (ER) refers to the actions by which individuals try to exert an influence on the emotions they have, when and how they experience and communicate them”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, expressão.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta
Debeuf, T., Verbeken, S., Boelens, E., Volkaert, B., Tanghe, A.,	Emotion regulation training as an add-on in the treatment of obesity in young adolescents: a randomized	<i>“Emotion regulation (ER), defined as the actions by which persons try to influence the emotions they have, when and</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, expressão.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta

Michels, N., & Braet, C. (2024)	controlled superiority trial.	<i>how they experience and express them, is proposed as the missing link in the stress–obesity relationship”</i>	público, experiência subjetiva.			
ElBarazi, A. S. (2025)	The effect of emotion regulation training on anxiety in college students in Egypt (Randomized control trial).	<i>“ER is defined as ‘the process by which individuals influence which emotions they have, when they have them, and how they experience and express their feelings. ER can be automatic or controlled, conscious or unconscious, and may have effects at one or more points in the emotion producing process.’ Also, ER is defined as ‘the extrinsic and intrinsic processes responsible for monitoring, evaluating, and modifying emotional reactions, especially their intensive and temporal features, to accomplish one’s goal.’”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como monitoramento, modificação, controle, processamento.	Sim — indica condições em função de metas/objetivos, quando certas emoções/situações ocorrem, para alcançar objetivos.	Alta

Elzohairy, N. W., Elzlbany, G. A. M., Khamis, B. I., El-Monshed, A. H., & Atta, M. H. R. (2024)	Mindfulness-based training effect on attention, impulsivity, and emotional regulation among children with ADHD: The role of family engagement in randomized controlled trials.	<i>“Emotional regulation is managing and controlling one’s emotional responses to different environmental stimuli”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, controle.	Sim — indica condições em função de do ambiente.	Alta
Emmelkamp, J., Wisman, M. A., Beuk, N. J., Stikkelbroek, Y. A., Nauta, M. H., Dekker, J. J., & Christ, C. (2022)	Effectiveness of an add-on guided internet-based emotion regulation training (E-TRAIN) in adolescents with depressive and/or anxiety disorders: study protocol for a multicenter randomized controlled trial.	<i>“Emotion regulation (ER) is defined as ‘The processes responsible for monitoring, evaluating, and modifying emotional reactions, especially their intensive and temporal features, to accomplish one’s goals’”</i>	Parcial — menciona de forma genérica reações emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como monitoramento, modificação, regulação geral, processamento.	Sim — indica condições em função de metas/objetivos, para alcançar objetivos.	Alta
Esbati, Z., & Korunka, C. (2021)	Does intragroup conflict intensity matter? The moderating effects of conflict management on emotional exhaustion and work engagement.	<i>“Emotion regulation is defined as ‘the processes [strategies] by which individuals influence which emotions they have, when they have them, and how they experience and express these emotions’”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento, expressão.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta

Fattahi, A., Mazini, F., Jaberghaderi, N., Rajabi, F., Derakhshani, M., & Laki, M. (2025)	Effectiveness of acceptance and commitment therapy for distress, emotion regulation, and self-compassion in patients with cardiovascular disease: a randomized clinical trial.	<i>“Emotion regulation involves experiencing, processing, and modifying emotional responses”</i>	Parcial — menciona de forma genérica respostas emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como modificação, regulação geral, processamento.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Ferraris, A., Vitolo, E., Brienza, L., Zennaro, A., Grasso, V., & Andò, A. (2025)	Emotion regulation strategies in meditators and nonmeditators: An experimental study using a multimethod psychological assessment.	<i>“Emotion Regulation (ER) refers to a set of processes by which people influence the duration, occurrence and intensity of their emotions, either automatically or in a controlled manner”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, controle, processamento.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Flujas-Contreras, J. M., Garcia-Palacios, A., & Gómez, I. (2022)	Parenting intervention for psychological flexibility and emotion regulation: clinical protocol and an evidence-based case study.	<i>“The concept of flexible emotion regulation emphasizes the use of emotion regulation strategies adapted to contextual demands, and considers the coherence of the strategy with the direction of personal goals”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas emocionais.	Parcial — indica apenas um processo geral (regulação geral), sem detalhar etapas/estratégias.	Sim — indica condições em função de metas/objetivos, dependente de contexto, em função de demandas ambientais/situacionais.	Média
Garke, M. Å., Hentati Isacson, N., Kolbeinsson, N.,	Improvements in emotion regulation during cognitive	<i>“Emotion regulation, the process of monitoring,</i>	Parcial — menciona de forma genérica respostas emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como monitoramento,	Não — não indica claramente em que	Média

Ö., Hesser, H., & Månsson, K. N. (2025)	behavior therapy predict subsequent social anxiety reductions.	<i>evaluating, and modulating one's emotional responses</i>		regulação geral, modulação, processamento.	condições a regulação ocorre.	
Grecucci, A., Giorgetta, C., Lorandini, S., Sanfey, A. G., & Bonini, N. (2020)	Changing decisions by changing emotions: Behavioral and physiological evidence of two emotion regulation strategies.	<i>“This ability to regulate emotions is defined as the capacity to apply a series of heterogeneous processes through which individuals can modify the emotions experienced, when they are experienced, and how they are expressed”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como modificação, regulação geral, processamento, expressão.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta
Grégoire, C., Faymonville, M. E., Vanhaudenhuyse, A., Jerusalem, G., Willems, S., & Bragard, I. (2021)	Randomized controlled trial of a group intervention combining self-hypnosis and self-care: secondary results on self-esteem, emotional distress and regulation, and mindfulness in post-treatment cancer patients.	<i>“Emotional regulation strategies can be defined as the ‘extrinsic and intrinsic processes responsible for monitoring, evaluating, and modifying emotional reactions, especially their intensive and temporal features, to accomplish one’s goal’”</i>	Parcial — menciona de forma genérica reações emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como monitoramento, modificação, regulação geral, processamento.	Sim — indica condições em função de metas/objetivos, para alcançar objetivos.	Alta
Grundmann, F., Epstude, K., & Scheibe, S. (2024)	Whether and how to regulate: Emotion regulation in negative-feedback situations.	<i>“They regulate their emotions (i.e., change the quantity or quality of emotions)”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, alteração qualitativa e quantitativa.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média

Niño, J. D. G. (2020)	El arte como mecanismo de regulación emocional en jóvenes víctimas de conflicto armado.	<i>“Regulación emocional, definida como la habilidad para modular personal y socialmente las emociones, y de este modo que se dé crecimiento personal”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções.	Sim — explicita comportamentos/processos privados e públicos	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Gutiérrez-Lestón, C., Pérez-Escoda, N., Reguant, M., & Eroles, M. (2020)	Innovación de educación emocional en el ocio educativo: el Método La Granja.	<i>“Regulación emocional. Se refiere a una gestión apropiada de las emociones y a disponer de recursos para el afrontamiento de los retos cotidianos”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções.	Parcial — indica apenas um processo geral (regulação geral), sem detalhar etapas/estratégias.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Baixa
Hadley, W., Houck, C., Barker, D., Wickham, B., Bogner, J., & Jelalian, E. (2020)	Preliminary impact of an adapted emotion regulation intervention for adolescents with overweight and obesity attempting to lose weight.	<i>“Emotion regulation is the set of processes used to manage positive and negative feelings and their expression to achieve goals”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Parcial — indica apenas um processo geral (regulação geral), sem detalhar etapas/estratégias.	Sim — indica condições em função de metas/objetivos, para alcançar objetivos.	Alta
Heinen, M., de Souza, K. R. V., Deluca, V., Gusmão, M., & da Silva Oliveira, M. (2021)	Protocolo preventivo da terapia de regulação infantil: estudo piloto no ambiente escolar.	“A regulação emocional, envolve o manejo adequado da ativação emocional frente a situações e emoções”	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas emocionais.	Parcial — indica apenas um processo geral (manejo) sem detalhar etapas/estratégias.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Média

Heinen, M., Sartoretto, C. R., Ortigão, M. E. D. S. R., Caminha, R., & da Silva Oliveira, M. (2022)	Efeitos do trabalho de regulação infantil nas competências socioemocionais de crianças no ambiente escolar.	“regulação emocional que diz respeito ao manejo diante da ativação de uma emoção” “O processo de compreensão e regulação emocional está diretamente relacionado à capacidade do indivíduo de experienciar e expressar emoções de maneira assertiva, influenciando positivamente no funcionamento interpessoal”	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como processamento, expressão.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Hernandez Acton, E., Kubiniec, E., Bhargava, S., Tauriello, S., Paul, I. M., Savage, J. S., & Anzman-Frasca, S. (2024)	INSIGHT responsive parenting intervention effects on child self-regulation at ages 3 and 6 years.	<i>“Emotional self-regulation can be defined as the process one uses to manage the experience of an emotion-related state, as well as behavioral expression of one’s experienced, often based on contextual demands, such as not hurting a friend or adult’s feelings”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como manejo, regulação geral, processamento, expressão.	Sim — indica condições dependente de contexto, em função de demandas ambientais/situacionais.	Alta

Hood, P., Maraun, M., McMain, S. F., Kuo, J. R., & Chapman, A. L. (2024)	The role of mindfulness and emotion regulation in dialectical behavioral therapy for borderline personality disorder.	<i>“Emotion regulation can be defined as a goal-oriented action, initiated to up- or - down regulate the degree and duration of an emotional response”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas emocionais.	Parcial — indica apenas um processo geral (regulação geral), sem detalhar etapas/estratégias.	Sim — indica condições em função de metas/objetivos.	Média
Hosseini, M., & Ashori, M. (2024)	Effect of child–parent relationship therapy on emotion regulation and stress in mothers of deaf children.	<i>“Emotion regulation is defined as an individual’s ability to effectively respond and manage emotional experiences. It refers to each person’s use of strategic action, metacognition, and motivation to manage emotional stimulation to achieve goals”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como manejo, regulação geral, resposta ajustada.	Sim — indica condições em função de metas/objetivos.	Alta
Hu, D., & Gasper, K. (2023)	Useful and affordable? How costs and benefits uniquely shape motivated emotion regulation.	<i>“Emotion regulation is the process by which people change what they feel to what they want to feel”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções, experiência subjetiva.	Parcial — indica apenas um processo geral (regulação geral), sem detalhar etapas/estratégias.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Javadzade, N., Esmaeili, S. V., Omranifard, V., & Zargar, F. (2024)	Effect of mindfulness-based stress reduction (MBSR) program on depression, emotion regulation, and sleep problems: A randomized	<i>“Emotion regulation is conceptualized as a construct that includes awareness and understanding of emotions, acceptance of emotions, and the ability to control reactive behaviors and</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, comportamentos reativos.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, controle, aceitação, compreensão.	Sim — indica condições em função de metas/objetivos, em função das demandas da situação, em função de demandas ambientais/situacionais.	Alta

	controlled trial study on depressed elderly.	<i>act in accordance with desired goals to achieve personal objectives and situational demands”</i>				
Kalnciema, B., & Svence, G. (2020, May). Changes in School Anxiety and Emotional	Changes in School Anxiety and Emotional Self-Regulation of an Adolescence Experimental Group Following the ABKT-B Programme.	<i>“Emotion regulation is the ability of a person to understand and accept his or her emotional experience, to manage and control negative emotions, and to be productive in times of crisis or distress”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, experiência subjetiva, estresse.	Sim — explicita comportamentos/processos como manejo, regulação geral, controle, aceitação.	Sim — indica condições sob certas condições/estados, em situações de crise/sofrimento, em situações de estresse.	Alta
Kaplan, S. N., & Gençarslan, D. Ö. (2024)	The effects of mindfulness-based psychoeducation program on the perceived stress levels and emotion regulation strategies of patients diagnosed with bipolar disorder.	<i>“Emotion regulation occurs in three steps. In the first step, the individual defines and understands the emotion he is experiencing at that moment, while in the second step, he accepts the emotion instead of escaping it. In the third step, the individual who accepts his feelings starts to control them. It is thought that emotion regulation, especially its first two steps, may</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, controle, aceitação, compreensão.	Parcial — sugere apenas sob certas condições/estados.	Alta

		<i>greatly contribute to mindful attention awareness”</i>				
Kaunhoven, R. J., & Dorjee, D. (2021)	The impact of mindfulness-based stress reduction (MBSR) on the early and late brain potential markers of emotion regulation.	<i>“Emotion regulation is the management of all aspects of an emotional response”</i>	Parcial — menciona de forma genérica respostas emocionais.	Parcial — indica apenas um processo geral (manejo), sem detalhar etapas/estratégias.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Baixa
Kaur, I., Kamel, R., Sultanik, E., Tan, J., Mazefsky, C. A., Brookman-Frazee, L., ... & Nuske, H. J. (2025)	Supporting emotion regulation in children on the autism spectrum: co-developing a digital mental health application for school-based settings with community partners.	<i>“Emotion regulation skills, or their ability to monitor, evaluate, and modify emotional responses to meet those environmental demands”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como monitoramento, avaliação, modificação, regulação geral.	Sim — indica condições em função do ambiente, em função de demandas ambientais/situacionais.	Alta
Khanjani, M. S., Kazemi, J., Younesi, J., Dadkhah, A., Biglarian, A., & EBRAHIMI, B. B. (2021)	The effect of acceptance and commitment therapy on psychological flexibility and emotional regulation in patients with spinal cord injuries:	<i>“Emotional regulation refers to strategies that can influence the degree and duration of the increase in emotions, their duration, and experience and expression of these</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento, aumento, expressão.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta

	A randomized controlled trial.	<i>emotions. Moreover, emotional regulation refers to the process by which individuals influence which emotions they have, when they have them, and how they experience and express their feelings. ”</i>				
Kheirabadi, G. R., Yousefian, Z., Zargar, F., Bahrami, M., & Maracy, M. R. (2020)	Citalopram and metacognitive therapy for depressive symptoms and cognitive emotion regulation in patients with major depressive disorder: A randomized controlled trial.	<i>“ER is described as the effort of an individual to preserve, inhibit and to increase experiences and emotional states”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como aumento, inibição, preservação.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Khodabakhshi-Koolae, A., Falsafinejad, M. R., Zoljalali, T., & Ghazizadeh, C. (2024)	Dialectical behavior therapy: Effect on emotion regulation and death anxiety in older female adults.	<i>“Emotion regulation refers to strategies used to reduce, increase, or maintain emotional experiences”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, aumento, manutenção.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Kilmer, M., Hong, M., Akakpo, V., Hawley, T., Randolph, D., Huetter, S., ... & Bowden, M. (2025)	Animal-assisted therapy on prosocial behavior and emotional regulation in autistic children with varying verbal abilities: A pilot study.	<i>“Emotional regulation, defined as the ability to monitor, evaluate, and change one’s emotional state to achieve a goal”</i>	Parcial — menciona de forma genérica estados emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como monitoramento, avaliação, regulação geral, alteração.	Sim — indica condições em função de metas/objetivos, para alcançar objetivos.	Alta

Lam, A. H. Y., Leung, S. F., Lin, J. J., & Chien, W. T. (2020)	The effectiveness of a mindfulness-based psychoeducation programme for emotional regulation in individuals with schizophrenia spectrum disorders: a pilot randomised controlled trial.	<i>“Emotion regulation starts by selecting, or avoiding situation (situation selection/modification) that needs to be attended to (attentional deployment), giving rise to an appraisal of the situation’s valance and motivational relevance (cognitive appraisal), and expressing emotion in response to environmental demands (emotional modulation)”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público.	Sim — explicita comportamentos/processos como modificação, regulação geral, modulação, seleção.	Sim — indica condições em função das demandas da situação, em função do ambiente, em função de demandas ambientais/situacionais.	Alta
Lan, L., Liu, W., Liu, C., Wang, H., Wang, M., Abbey, C., ... & Tong, L. (2024)	Effects of mindfulness and life-skills training on emotion regulation and anxiety symptoms in Chinese migrant children: A randomized controlled trial.	<i>“Emotion regulation can be defined as the process that individuals use to regulate, experience, and express their emotions”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento, expressão.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Lawlor, C., Vitoratou, S., Duffy, J., Cooper, B., De Souza, T., Le Boutillier, C., ... & Jolley, S. (2022)	Managing emotions in psychosis: Evaluation of a brief DBT-informed skills group for individuals with psychosis in routine community services.	<i>“Emotion regulation (ER) refers to the ‘processes by which individuals influence which emotions they have, when they have them, and how they</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento, expressão.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta

		<i>experience and express these emotions’”</i>				
Li, Y., Li, S., Li, H., Tang, Y., & Zhang, D. (2025)	fNIRS neurofeedback facilitates emotion regulation: Exploring individual differences over the ventrolateral prefrontal cortex.	<i>“Emotion regulation involves consciously managing emotional responses through strategies such as attention deployment and cognitive reappraisal”</i>	Parcial — menciona de forma genérica respostas emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, reavaliação.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Lin, Y., Gloe, L. M., Louis, C. C., Eckerle, W. D., Fisher, M. E., & Moser, J. S. (2020)	An electrophysiological investigation on the emotion regulatory mechanisms of brief open monitoring meditation in novice non-meditators.	<i>“Emotion regulation, a core self regulatory ability involving modulation of the generation, experience, and expression of emotion. (...) emotion regulation is conceptualized as a complex dynamic process that unfolds over time”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, modulação, processamento, expressão.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Liu, B., Liu, H., Wen, R., Guo, H., & Zhang, M. (2025)	An empirical study on the alleviation of policewomen’ anxiety by mindfulness-based aerobic dance through affecting emotion regulation.	<i>“Emotional regulation is a process in which individuals use certain strategies to affect their own emotional activities. When individuals face stressful situations, they use specific methods to control emotions”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, afeto/estados afetivos, estresse.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, controle, processamento.	Sim — indica condições em função das demandas da situação, quando certas emoções ocorrem.	Alta

Mahler, K., Hample, K., Jones, C., Sensenig, J., Thomasco, P., & Hilton, C. (2022)	Impact of an interoception-based program on emotion regulation in autistic children.	<i>“The ability to regulate emotions, includes identifying and understanding one’s emotions as well as using strategies to increase or decrease responses when necessary”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, compreensão, aumento, redução.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Média
Martínez, A. A., Suck, A. T., de Juan, T. F., & Mancillas, C. (2021)	Regulación emocional en adolescentes institucionalizados de la ciudad de México: un estudio piloto.	<i>“Se entiende por regulación emocional al conjunto de procesos heterogéneos mediante los cuales las emociones son controladas, ya sea amplificándolas, disminuyéndolas o manteniendo la intensidad de la reacción, que envuelve cambios en los sistemas de respuestas”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, aumento, redução.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Matthews, M., Webb, T. L., & Sheppes, G. (2021)	Do people choose the same strategies to regulate other people’s emotions as they choose to regulate their own?	<i>“Regulation can alter different aspects of the emotional experience, such as what emotion is experienced (e.g., anger or fear), when it is experienced (e.g., immediately or after the event), how strongly it is felt, and</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, experiência subjetiva.	Parcial — indica apenas um processo geral (regulação geral), sem detalhar etapas/estratégias.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Média

		<i>how long the feelings last for”</i>				
Meneguzzo, P., Garolla, A., Bonello, E., & Todisco, P. (2022)	Alexithymia, dissociation and emotional regulation in eating disorders: Evidence of improvement through specialized inpatient treatment.	<i>“Emotional regulation, which is defined as ‘the ability to identify and modulate the experience and expression of emotions ’”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, modulação, expressão.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Miller-Chagnon, R. L., Shomaker, L. B., Prince, M. A., Krause, J. T., Rzonca, A., Haddock, S. A., ... & Lucas-Thompson, R. G. (2024)	The benefits of mindfulness training for momentary mindfulness and emotion regulation: A randomized controlled trial for adolescents exposed to chronic stressors.	<i>“Emotion regulation has been conceptualized as the process through which individuals effectively manage and express their emotions and it is central to stress responding”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público.	Sim — explicita comportamentos/processos como manejo, regulação geral, processamento, resposta ajustada.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Mirzaei, S., Bagherian-Sararoudi, R., Emami, M. H. D., Izadi, R., & Sharbafchi, M. R. (2025)	The effectiveness of internet-based acceptance and commitment therapy on acceptance of illness, emotion regulation, symptom severity reduction, and symptoms interference with	<i>“The concept of emotion regulation (ER) involves multiple aspects (model of Gratz and Roemer (2004)), including the awareness and understanding of your emotions, accepting how you feel, moderating your</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, aceitação, compreensão, monitoramento/consciência.	Sim — indica condições em função de metas/objetivos, dependente de contexto, sob certas condições/estados.	Alta

	function in patients with breast cancer.	<i>impulses to act in accordance with your goals, and utilizing appropriate ER strategies that match the context to achieve your desired outcomes”</i>				
Molina, A., & O'Shea, D. (2020)	Mindful emotion regulation, savouring and proactive behaviour: The role of supervisor justice.	<i>“Emotion regulation is a set of self-regulatory strategies that workers can use, referring to a process whereby ‘individuals modify their emotional experiences, expressions, and physiology and the situations eliciting such emotions in order to produce appropriate responses to the ever-changing demands posed by the environment’”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como modificação, regulação geral, processamento, expressão.	Sim — indica condições em função das demandas da situação, em função do ambiente, em função de demandas ambientais/situacionais.	Alta
Moukhtarian, T. R., Patel, K., Toro, C., Russel, S., Daly, G., Walasek, L., ... & Meyer, C. (2022)	Effects of a hybrid digital cognitive–behavioural therapy for insomnia and emotion regulation in the workplace (SLEEP): study protocol for a randomised waitlist control trial.	<i>“ER is conceptualised as the processes influencing which emotions we have, when we have them and how we express and experience them”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como processamento, expressão.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta

Moukhtarian, T. R., Fletcher, S., Walasek, L., Patel, K., Toro, C., Hurley-Wallace, A. L., ... & Meyer, C. (2025)	Digital CBT for insomnia and emotion regulation in the workplace: a randomised waitlist-controlled trial.	<i>“ER involves processes that influence our emotions, including when and how we express and experience them”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como processamento, expressão.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta
Neilson, E. C., Smith, L., Davis, K. C., & George, W. H. (2022)	Acute alcohol intoxication, state anger, and sexual assault perpetration: The role of state emotion regulation.	<i>“ER is the process through which individuals influence which emotions they have, when they have them, and how they experience and express them in response to environmental demands”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como processamento, expressão.	Sim — indica condições em função do ambiente, em função de demandas ambientais/situacionais, quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta
Norman-Nott, N., Wilks, C., Hesam-Shariati, N., Schroeder, J., Suh, J., Czerwinski, M., & Gustin, S. M. (2021)	Efficacy of the iDBT-Pain skills training intervention to reduce emotional dysregulation and pain intensity in people with chronic pain: protocol for a single-case experimental design with multiple baselines.	<i>“Emotional regulation, defined as an individual’s ability to control and manage emotional states and expression, including the type of emotions expressed alongside when and how these emotions occur”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público.	Sim — explicita comportamentos/processos como manejo, regulação geral, controle, expressão.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta
Oliveros, J. C., Santiesteban, I., & Ulloa, J. L. (2024)	Training self–other distinction: Effects on emotion regulation, empathy, and theory of mind.	<i>“The term ‘emotion regulation’ encompasses a range of processes that</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas emocionais.	Parcial — indica apenas um processo geral (regulação geral), sem detalhar etapas/estratégias.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Baixa

		<i>enable us to effectively manage our emotions”</i>				
Oveis, C., Gu, Y., Ocampo, J. M., Hangen, E. J., & Jamieson, J. P. (2020)	Emotion regulation contagion: Stress reappraisal promotes challenge responses in teammates.	<i>“Emotion regulation—attempting to influence one’s own or others’ affective responses”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas afetivas.	Parcial — indica apenas um processo geral (regulação geral), sem detalhar etapas/estratégias.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Baixa
Pavani, J. B., Berna, G., Andreotti, E., Guiller, T., Antoine, P., Dauvier, B., & Congard, A. (2020)	Between-individual differences in baseline well-being and emotion regulation strategy use moderate the effect of a self-help cognitive-behavioral intervention for typical adults.	<i>“Emotion regulation encompasses the whole range of behavioral and cognitive processes that individuals can use to modify the intensity of their emotions”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como modificação, regulação geral, processamento.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Pinus, M., Cao, Y., Halperin, E., Coman, A., Gross, J. J., & Goldenberg, A. (2025)	Emotion regulation contagion drives reduction in negative intergroup emotions.	<i>“Regulation, defined as the activation of a goal to change the emotional trajectory”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas emocionais.	Parcial — indica apenas um processo geral (regulação geral), sem detalhar etapas/estratégias.	Parcial — sugere apenas em função de metas/objetivos.	Média
Pogrebtsova, E., Son Hing, L., & González-Morales, M. G. (2022)	Effectiveness of an emotion regulation intervention versus an active control on daily well-being and cognitive reappraisal: An experience sampling randomized controlled trial.	<i>“Emotion regulation—defined as the ability to alter the type, timing, and intensity of emotions via cognitive, emotional, and behavioral strategies”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, expressão.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média

Pruessner, L., Timm, C., Kalmar, J., Bents, H., Barnow, S., & Mander, J. (2024)	Emotion regulation as a mechanism of mindfulness in individual cognitive-behavioral therapy for depression and anxiety disorders.	<i>“Emotion regulation strategies are commonly conceptualized as describing various ways through which individuals attempt to influence the intensity, frequency, and duration of their affective responses”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas afetivas.	Parcial — indica apenas um processo geral (regulação geral), sem detalhar etapas/estratégias.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Baixa
Rodriguez, L. M., Lee, K. D., Onufrak, J., Dell, J. B., Quist, M., Drake, H. P., & Bryan, J. (2020)	Effects of a brief interpersonal conflict cognitive reappraisal intervention on improvements in access to emotion regulation strategies and depressive symptoms in college students.	<i>“Emotion regulation, operationalised herein as one’s ability to influence which emotions they have, when they have them, and their resulting experience and expression”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, expressão.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta
Rutherford, A. V., Raila, H., Blicher, A., Vanderlind, W. M., & Joormann, J. (2023)	Seeing red: Distraction influences visual attention for anger but not for other negative emotions.	<i>“Emotion regulation, or an individual’s ability to influence which emotions they experience—and to what extent—is an important skill with significant implications for psychological well-being and overall functioning”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, experiência subjetiva.	Parcial — indica apenas um processo geral (regulação geral), sem detalhar etapas/estratégias.	Parcial — sugere apenas voltada ao bem-estar.	Média

Ryan, A., Crehan, E., Khondoker, M., Fell, M., Curtin, R., & Johns, L. C. (2021)	An emotional regulation approach to psychosis recovery: The Living Through Psychosis group programme.	<i>“ER is defined as a process comprising the monitoring, appraisal and modification of the quality, intensity, and duration of affective states”</i>	Parcial — menciona de forma genérica estados afetivos.	Sim — explicita comportamentos/processos como monitoramento, modificação, processamento.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Bahmani, D. S., Razazian, N., Motl, R. W., Farnia, V., Alikhani, M., Pühse, U., ... & Brand, S. (2020)	Physical activity interventions can improve emotion regulation and dimensions of empathy in persons with multiple sclerosis: An exploratory study.	<i>“Emotional regulation is understood as the ability to perceive, regulate, and express one's own emotions appropriately, and to perceive the emotions of others correctly”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, expressão.	Parcial — sugere apenas sob certas condições/estados.	Alta
Sahi, R. S., Ninova, E., & Silvers, J. A. (2021)	With a little help from my friends: Selective social potentiation of emotion regulation.	<i>“Emotion regulation (ER) is defined as the process by which individuals control the experience and expression of their emotions”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, controle, processamento, expressão.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Sahi, R. S., He, Z., Silvers, J. A., & Eisenberger, N. I. (2023)	One size does not fit all: Decomposing the implementation and differential benefits of social emotion regulation strategies.	<i>“Emotion regulation, or the ability to manage the experience and expression of emotions, is crucial for navigating everyday challenges”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como manejo, regulação geral, expressão.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Scheffel, C., Graupner, S. T., Gärtner, A., Zerna, J., Strobel,	Effort beats effectiveness in emotion regulation choice: Differences between suppression	<i>“Emotion regulation (ER) can be conceptualized as any process by which individuals modify</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento	Sim — explicita comportamentos/processos como modificação, regulação geral, processamento, expressão.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média

A., & Dörfel, D. (2021)	and distancing in subjective and physiological measures.	<i>their emotional experiences, expressions, and physiology”</i>	público, experiência subjetiva.			
Schirda, B., Duraney, E., Lee, H. K., Manglani, H. R., Andridge, R. R., Plate, A., ... & Prakash, R. S. (2020)	Mindfulness training for emotion dysregulation in multiple sclerosis: A pilot randomized controlled trial.	<i>“Emotion regulation refers to a collection of attentional, cognitive, and behavioral processes by which we modulate the experience and expression of emotions.”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, modulação, processamento, expressão.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Schnitker, S. A., Shubert, J., Ratchford, J. L., Lumpkin, M., & Houltberg, B. J. (2021)	Mixed results on the efficacy of the CharacterMe smartphone app to improve self-control, patience, and emotional regulation competencies in adolescents.	<i>“Emotion regulation (i.e., processes that monitor, assess, and modulate emotional reactions in goal pursuit)”</i>	Parcial — menciona de forma genérica reações emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como monitoramento, regulação geral, modulação, processamento.	Parcial — sugere apenas em função de metas/objetivos.	Média
Shareh, H., & Yazdanian, M. (2023)	The effectiveness of dialectical behavior group therapy on stress, depression, and cognitive emotion regulation in mothers of intellectually disabled students: A randomized clinical trial.	<i>“The understanding of activities or processes that people can use to evaluate, follow up, and influence the expression of emotions is referred to as emotion regulation”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público.	Sim — explicita comportamentos/processos como avaliação, regulação geral, compreensão, processamento.	Parcial — sugere apenas sob certas condições/estados.	Alta

Skowron, E. A., Nekkanti, A. K., Skoranski, A. M., Scholtes, C. M., Lyons, E. R., Mills, K. L., ... & Funderburk, B. W. (2024)	Randomized trial of parent-child interaction therapy improves child-welfare parents' behavior, self-regulation, and self-perceptions.	<i>"Emotion regulation – the ability to recognize and modulate one's emotional responses, and inhibitory control"</i>	Parcial — menciona de forma genérica respostas emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, controle, modulação, reconhecimento.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Sobhani, Z., Hosseini, S. V., Honarparvaran, N., Khazraei, H., Amini, M., & Hedayati, A. (2023)	The effectiveness of an online video-based group schema therapy in improvement of the cognitive emotion regulation strategies in women who have undergone bariatric surgery.	<i>"Cognitive emotion regulation (CER) is defined as the 'conscious, mental strategies individuals use to cope with the intake of emotionally arousing information'"</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, enfrentamento.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Suzuki, Y., & Tanaka, S. C. (2021)	Functions of the ventromedial prefrontal cortex in emotion regulation under stress.	<i>"Emotion regulation has been defined as an attempt to monitor and modulate emotional experience"</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como monitoramento, regulação geral, modulação.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Te Brinke, L. W., Menting, A. T., Schuiringa, H. D., Deković, M., Weisz, J. R., & De Castro, B. O. (2021)	Emotion regulation training as a treatment element for externalizing problems in adolescence: A randomized controlled micro-trial.	<i>"Emotion regulation can be defined as the extrinsic and intrinsic processes responsible for monitoring, evaluating, and modifying emotional reactions"</i>	Parcial — menciona de forma genérica reações emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como monitoramento, modificação, regulação geral, processamento.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média

Thuillard, S., & Dan-Glauser, E. S. (2020)	The simultaneous use of Emotional suppression and Situation selection to regulate emotions incrementally favors physiological responses	<i>“Emotion regulation refers to ‘the processes by which individuals influence which emotions they have, when they have them, and how they experience and express these emotions’”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento, expressão.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta
van Dam, W. O., & Chrysikou, E. G. (2021)	Effects of unilateral tDCS over left prefrontal cortex on emotion regulation in depression: Evidence from concurrent functional magnetic resonance imaging	<i>“ER is generally defined as the set of both strategic and automatic processes that influence the occurrence, magnitude, duration, and expression of an affective event”</i>	Sim — identifica explicitamente expressão/comportamento público, afeto/estados afetivos.	Sim — explicita comportamentos/processos como processamento, expressão.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Vieira, N. S. D. C., Prette, Z. A. P. D., Oliveira, A. M., Ribeiro, D. F., Silva, S. F., Raimundo, E. M., ... & Guerra, L. B. (2020)	Effects of a Preventive Intervention of Emotional Regulation in the School Context	<i>“Emotional regulation (ER) refers to processes involved in dealing with high levels of positive and negative emotions”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Votinov, M., Wagels, L., Hoffstaedter, F., Kellermann, T., Goerlich, K. S., Eickhoff, S. B., & Habel, U. (2020)	Effects of exogenous testosterone application on network connectivity within emotion regulation systems.	<i>“Emotion regulation comprises all processes that are used to initiate, stop, or modulate a certain emotion”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, modulação, processamento.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média

Wallace, R., Smith, I., Day, D., Alexander, M., Weihs, K. L., & Wiley, J. F. (2025)	A randomized controlled trial: Evaluating whether a cognitive behavioral internet-delivered intervention targeting emotion regulation improves health-related quality of life in cancer survivors.	<i>“Emotion regulation refers to ‘the processes by which we influence which emotions we have, when we have them, and how we experience and express them’”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento, expressão.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta
Weaver, S. S., Birn, R. M., & Cisler, J. M. (2020)	A pilot adaptive neurofeedback investigation of the neural mechanisms of implicit emotion regulation among women with PTSD.	<i>“Bias towards threat correspond with more general models of implicit emotion regulation, which differentiate two processes engaged during attentional biases: the detection of a salient cue and a regulatory process by which attention is disengaged from the cue and redirected towards task-relevant stimuli”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento, resposta ajustada.	Parcial — sugere apenas durante certos estados/situações.	Média
Weymeis, H., Van Leeuwen, K., & Braet, C. (2021)	The Effects of TIME-IN on Emotion Regulation, Externalizing, and Internalizing Problems in Promoting School Readiness.	<i>“Emotion regulation (ER), which has been (a) defined by Gross (...) as ‘processes by which individuals influence which emotions they have, when they have them, and how they</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento, expressão.	Parcial — sugere apenas quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta

		<i>experience and express these emotions, ' and (b) shown to be a transdiagnostic mechanism that affects both EP and IP”</i>				
Witten, J. A., Coetzer, R., Rowlands, L., & Turnbull, O. H. (2025)	“Talk and Chalk”: An emotion regulation intervention for anger after acquired brain injury.	<i>“Emotion regulation (i.e., the ability to modify and control emotional experiences and reactions)”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como modificação, regulação geral, controle.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Wittkamp, M. F., Krkovic, K., & Lincoln, T. M. (2023)	Effectiveness of a transdiagnostic emotion regulation training in an at-risk sample: a randomized-controlled trial of group-based training versus self-help bibliotherapy.	<i>“Emotion regulation (cf. Cludius et al., 2020), which has been defined to comprise (1) identifying the need to regulate, (2) selecting a regulation strategy, and (3) implementing the selected strategy”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, seleção, implementação.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média
Yap, S. H., Zainal, L. N. B., Yusoff, S. Z. B., & Tan, X. R. (2025)	Exploring the use of mindfulness for prevention of burnout in allied health professionals in Singapore.	<i>“The concept of emotional regulation. It was described by Fasbinder et al. (2020) as a construct of 4 defining attributes: (1) self-awareness, (2) self-control, (3) emotional expression, and (4) active thinking”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, controle, monitoramento/consciência, expressão.	Não — não indica claramente em que condições a regulação ocorre.	Média

Yu, M., Bai, Y., & Li, Y. (2023, July). Emo-regulator: An emotion-regulation tra	Emo-regulator: An emotion-regulation training system fusing virtual reality and EEG-based neurofeedback.	<i>“Emotion regulation is the ability to recognize emotions and control the intensity and duration of emotional experiences, an important cognitive function that allows humans to adapt to their environment”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, controle, reconhecimento.	Parcial — sugere apenas em função do ambiente.	Alta
Yuan, J., Zhang, Y., Chen, S., Luo, L., & Ru, Y. (2021)	The establishment of the Chinese Emotion Regulation Word System (CERWS) and its pilot test.	<i>“Emotion regulation refers to the process of changing cognitive or behavioral patterns to affect emotion production, experience, and expression during emotional arousal”</i>	Sim — identifica explicitamente emoções/respostas emocionais, expressão/comportamento público, experiência subjetiva.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, processamento, expressão.	Sim — indica condições durante certos estados/situações, durante ativação emocional.	Alta
Zheng, Q., Zhou, H. Y., Li, K., Liu, Y., Nan, W., & Gong, J. (2024)	The effectiveness of mindfulness-based intervention for psychological distress and emotion regulation in college students with non-suicidal self-injury.	<i>“Emotion regulation involves the awareness/acceptance of emotions, the ability to control impulsive behaviors when experiencing negative emotions, and the ability to respond appropriately to the demands of the situation”</i>	Parcial — menciona de forma genérica emoções/respostas emocionais.	Sim — explicita comportamentos/processos como regulação geral, controle, monitoramento/consciência.	Sim — indica condições em função das demandas da situação, em função de demandas ambientais/situacionais, quando certas emoções/situações ocorrem.	Alta